

Solidariedade prática. As relações de apoio entre a Comunidade Islâmica de Lisboa e os guineenses

Cátia Alexandra da Silva Fernandes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Estudos Africanos

Orientador:

Doutor Ulrich Schiefer, Professor Auxiliar com agregação,
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Setembro 2015

Agradecimentos

São imensas as pessoas a quem quero agradecer e que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho. Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer ao Professor Ulrich Schiefer, meu orientador, pelo incentivo e motivação que me deu, pela confiança que depositou em mim e no meu trabalho. Os conselhos, comentários e leituras revelaram-se de extrema importância para este trabalho. Um agradecimento especial é dirigido a toda a Comunidade Islâmica de Lisboa, pois sem eles este trabalho não seria possível, em especial ao Sheikh David Munir pela sua disponibilidade e amabilidade em me receber na Mesquita Central. Agradeço a todos os entrevistados pelo tempo dispensado, seja na Mesquita ou no Largo de São Domingos.

O conhecimento e apoio de professores, colegas e amigos foi indispensável para construir este trabalho. À Professora Ana Larcher Carvalho, ao Professor Eduardo Costa Dias, ao Professor João Belo, ao Professor José da Silva Horta, à Professora Isabel Castro Henriques, à Doutora Nina Clara Tiesler pelo apoio que, de uma forma ou de outra, me deram. Ao Professor Jorge Macaísta Malheiros pelo tempo dispensado, sugestões e revisões feitas. Ao Professor José Varandas pela amizade que foi cimentando através dos dias de convivência no Centro de História da Universidade de Lisboa. Aos meus colegas de mestrado que viram o interesse por este tema nascer, nomeadamente à Ana Pereira e à Débora Capelo que me passaram alguns dos seus contactos que se tornaram fundamentais para a concretização deste trabalho. Um agradecimento muito especial ao meu colega de mestrado e amigo Jorge Costa por todo o apoio e amizade dado ao longo deste percurso. Aos meus amigos que me apoiaram e ouviram os meus desabafos e me incentivaram, mostrando interesse e contribuindo com ideias e sugestões: Carina Santos, Miguel Pimenta Silva, Tiago Pinto, Inês Meira Araújo, Marta Vilela, Serghei Caisin. Ao André de Oliveira Leitão por toda a paciência gasta em ouvir-me falar do meu tema e por todas as correcções feitas ao texto. Um agradecimento especial a Jairson Indequi pelo tempo disponibilizado e por ter aceitado ser meu tradutor. Ao Nuno Fonseca por todo o amor e palavras de ânimo que ao longo do mestrado me dirigiu. Obrigado por teres estado presente.

À minha família que compreendeu os meus momentos de ausência e sempre me apoiou. À minha irmã e à minha sobrinha Gabriela que me encorajaram nos momentos mais desanimadores. Aos meus pais que me educaram e contribuíram para a construção da pessoa que hoje sou, que sempre me apoiaram em todos os momentos da minha vida e me ensinaram a lutar pela concretização dos meus sonhos. A eles dedico-lhes este trabalho.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

A subsistência de muitas famílias passa, por vezes, pela ajuda. As ajudas são dadas através de familiares, amigos, vizinhos ou através da comunidade religiosa em que se inserem. Existe também vários tipos de ajuda: ajuda emocional, apoio moral e companheirismo, ajuda económica, ajuda em pequenos e grandes serviços.

A presente investigação tem por objectivo estudar os mecanismos de ajuda existentes na Comunidade Islâmica de Lisboa. A pesquisa incluiu um trabalho de campo desenvolvido durante o mês de Ramadão (18 de Julho a 15 de Agosto de 2012), na Mesquita Central de Lisboa.

Este trabalho tem como objectivo principal a compreensão das redes de entre ajuda na comunidade islâmica, principalmente entre os guineenses muçulmanos; isto é, de que forma está organizado este tipo de relações e em que consiste efectivamente essa ajuda.

Os resultados da pesquisa revelaram que as ajudas são dadas durante todo o ano e que existe um apoio concreto às famílias mais carenciadas.

Palavras-Chave: guineenses, indo-moçambicanos, muçulmanos, solidariedade, imigrantes

Abstract

The subsistence of many families, is often due of the aid provide to them, Aid is given through family, friends, neighbors or through the religious community to which they belong. There are also several types of help: emotional help, moral support and companionship, financial aid, help for small and large services.

This research aims to study the existing aid mechanisms in the Islamic Community of Lisbon. The survey included a field work during the month of Ramadão (July 18 to August 15, 2012), in the Central Mosque of Lisbon.

This work also aims to understand the help in the shape of nets in the Islamic community, particularly among Muslims from Guinea; that is, how it is organized this kind of relations and what actually is this help.

The survey results, revealed that the aid is given throughout the year and that there is a real support to the poorest families.

Keywords: Guineans, Indo-Mozambicans; Muslims, solidarity, immigrats

Índice

Agradecimentos	
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice.....	iv
Índice de Quadros	vi
Índice de Figuras	vi
Acrónimos.....	vii
Glossário	viii
Introdução	1
I - METODOLOGIA E PROBLEMÁTICA	5
1.1 – Metodologia e Problemática	5
1.2 – Enquadramento do espaço	7
II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO: COMUNIDADE, REDES SOCIAIS, CAPITAL SOCIAL, DÁDIVA, SOLIDARIEDADE E RECIPROCIDADE	9
2.1 – Conceitos de Comunidade	9
2.2 – As redes sociais ou de sociabilidade	15
2.3 – O Capital Social	19
2.4 – Dádiva: um outro termo para solidariedade	22
2.5 – Os tipos de ajuda: os cinco tipos de ajuda e a ajuda formal e informal	25
III - A COMUNIDADE ISLÂMICA EM PORTUGAL	27
3.1 – Guineenses e indo-moçambicanos hoje: migrações e sociedade civil	27
3.1.1 – O aparecimento das primeiras comunidades indo-moçambicanas e a chegada dos guineenses a Portugal	27
3.1.2 – A população estrangeira residente em Portugal em números	28
3.2 – A Sociedade Civil	31
3.2.1 – Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO).....	31
3.2.2 – Associação dos Muçulmanos Naturais da Guiné-Bissau (AMNGB)	33
3.2.3 – Associação de Filhos e Amigos de Bula da Diáspora (AFABD)	34
3.3 – A CIL e os sistemas de ajuda	35
3.3.1 – Breve história da CIL.....	35
3.3.2 – Os sistemas de ajuda	37

3.3.2.1 – O Gabinete de Assessoria Jurídica.....	40
3.3.2.2 – A Comissão Assuntos Funerários	40
3.3.2.3 – A Comissão Sócio Cultural e Formação	40
3.3.2.4 – A CIL Jovem.....	41
3.3.2.5 – A Comissão Iftar	41
3.3.2.6 – A Comissão Zakat.....	43
IV- RAMADÃO: O MÊS PROPENSO PARA A SOLIDARIEDADE.....	45
4.1 – A Mesquita Central de Lisboa e o mês de Ramadão	45
4.1.1 – <i>Noites do Saber</i>	46
4.1.2 – <i>Ranchos zakat</i>	48
4.2 – Pelas ruas de Lisboa.....	51
4.2.1 – As salas de culto do Cacém e de Alfovelos.....	51
4.2.2 – Largo de São Domingos.....	53
4.3 – A CIL e os dirigentes das suas comissões	54
V - AS REDES INFORMAIS DE AJUDA: ESPAÇOS E LUGARES DE SOCIABILIDADE .	59
5.1 - O mês de Ramadão	59
5.2 – Os lugares de sociabilidade.....	60
5.3 – As redes informais	62
5.4 – Benefícios da Sociabilidade	69
CONCLUSÃO	73
FONTES	77
BIBLIOGRAFIA	78
ANEXOS	I
ANEXO A - Lista de Locais de Culto em Portugal.....	II
ANEXO B - Listagem de Associações Guineenses em Lisboa	IV
ANEXO C - Cartaz “Mostra Cultural. Dia da Bula da Diáspora”	V
ANEXO D - Actividades das Comissões (2011).....	VI
ANEXO E - Lista de Comissões que pertencem à Comunidade Islâmica de Lisboa.....	IX
ANEXO F - Repartição das Comissões da CIL pelos seus vice-presidentes. Triénio 2010-2013 X	
ANEXO G - Imagens retiradas do programa <i>Caminhos</i> do dia 4 de Novembro de 2012.....	XI

Índice de Quadros

Quadro 1.1. – <i>População estrangeira residente em Portugal</i>	29
Quadro 1.2. – <i>Quadro da população muçulmana e do número de Mesquitas em Portugal de 1960 a 2011</i>	29
Quadro 1.3. – <i>Quadro da população muçulmana baseada em dados fornecidos por investigadores de 1968 a 2010</i>	30
Quadro 1.4 – <i>Total de famílias atendidas e ranchos distribuídos (2006-2012)</i>	43

Índice de Figuras

Figura 1 – <i>Gráfico com o total de ranchos distribuídos por escalões</i>	44
---	----

Acrónimos

AFABD – Associação de Filhos e Amigos de Bula da Diáspora

AGUINENSO – Associação Guineense de Solidariedade Social

AML - Área Metropolitana de Lisboa

AML-N – Área Metropolitana de Lisboa Norte

AMNGB – Associação dos Muçulmanos Naturais da Guiné-Bissau

CIL – Comunidade Islâmica de Lisboa

NPI – Nova Presença Islâmica

ONGD – Organização Não Governamental de Desenvolvimento

Glossário

ABOTA – Sistema de poupança; microcrédito; sistema de entreaajuda que consiste na reunião e distribuição de fundos.

DJUMBAI – Jumbai ou djumbai. Momentos alargados e prolongados de conversa.

FITRA – Esmola concedida pós-Ramadão, que serve como meio de expiação dos maus hábitos, como por exemplo a bisbilhotice, a lascívia, a mentira, a difamação, entre outros. Cada muçulmano deverá fazer caridade no final do mês de Ramadão por ele e pela sua família. O valor desta doação é estipulado baseando-se numa medida de alimentos consumidos na localidade, tal como trigo, arroz, etc. Esta esmola é dada antes da Oração do *Id* e recomenda-se que seja entregue dias antes dessa oração para que a esmola chegue às pessoas carenciadas nesse dia, aliviando-os dessas mesmas carências, pois este é um dia de alegria.

ID – o *Id* ou *Eid* significa festa. Nos *Id*'s fazem-se orações e sermões especiais, reuniões de família, visitas a parentes e amigos, actos de caridade para agradecer a Deus. As duas comemorações mais importantes do calendário islâmico são o *Id al-Fitr* e o *Id al-Adha*. No *Id ul-Fitr* (*Id-ul-Futra* ou *Id-ul-Seghir*) festeja-se o fim do jejum e celebra-se no final do mês de *Ramadão*, tendo uma duração de cerca de três dias, começando quando se avista a lua crescente. Os crentes vestem os seus melhores fatos, vão ao cemitério e dão esmolas aos pobres. Esta festa começa com uma oração que reúne toda a comunidade. É também designada muitas vezes por “festa pequena”. O *Id Al-Adha* (*Id-ul-Adá* ou *Id-ul-Quibir*) celebra-se no último mês do calendário islâmico, o *Dhu al-Hijjah* (ou *Dul-Hijjah*). Aqui comemora-se o final da peregrinação a Meca (*Hajj*). É nesta Festa do Sacrifício, ou Festa Grande, que os animais são sacrificados para evocar o carneiro substituído por Deus quando Adão foi chamado a sacrificar o seu filho Isma’il (Ismael) como teste de fé. Porém, só um terço dos animais sacrificados é consumido pela família que faz esse sacrifício, sendo a restante carne distribuída pelos pobres. Este *Id* dura cerca de três dias nos quais se dá e recebe doces e presentes e se fazem visitas a amigos e familiares.

IFTAR – Significa quebrar o jejum do Ramadão todos os dias ao pôr-do-sol. Este termo refere-se também à quebra do jejum que termina o mês de Ramadão, quando se avista a lua nova. É costume quebrar-se o jejum comendo tâmaras ou sal.

IMAM – *Imam* pode ser a pessoa que lidera a oração mas também pode ser o chefe supremo de uma comunidade. Neste trabalho, *imam* será sempre referente à pessoa que lidera as orações.

JUMA – oração de congregação, realizada às sextas-feiras nas Mesquitas. É exigida a todos os homens mas não às mulheres, devendo estas fazerem as suas orações em casa para se salvaguardarem dos olhares masculinos.

LILLAH – para Deus. É considerada uma boa acção pois é voluntária e facultativa, ao contrário da *Zakat*. Esta tem a particularidade de poder ser distribuída a qualquer pessoa sem haver distinção religiosa.

MANA – Termo que as mulheres do mesmo grupo de *mandjuandade* utilizam para se designarem umas às outras.

MANDJUANDADE – Rede de entreatada baseada num grupo de idade; a socialização e a constituição de redes de relações sociais e de entreatada são as finalidades principais.

PASSADA – Relatos sobre factos acontecidos, novidades e *stórias* baseadas em experiências que se conhecem, reais ou ficcionadas, cujos heróis podem ser apropriados por qualquer um.

RAMADÃO – Nono mês do calendário muçulmano, sendo este o mês em que se jejua. Neste mês, desde o raiar até ao pôr-do-sol, deve haver abstinência de comer, beber e de ter relações sexuais. Os doentes e as grávidas estão isentos de fazer o jejum. O jejum termina com o *Id ul-Fitr*. Este mês é sagrado para os muçulmanos, pois foi o mês em que se deu a primeira revelação do Alcorão.

RANCHO – Cabaz composto por diversos géneros alimentares: arroz, massas, bolachas, óleo, azeite, açúcar, leite, farinha, latas de conservas, feijão, etc.. A quantidade de alimentos difere consoante o escalão em que foi inserido. Existem diversos escalões sendo estes diferenciados pelo número de pessoas que constituem o agregado familiar.

SADQAH – Donativo voluntário dado pelos muçulmanos, podendo ser utilizado para prestar ajuda tanto a muçulmanos como a não-muçulmanos. O *Sadqah* é muitas vezes equiparado à *zakat*, tornando-se muitas vezes sinónimos.

SALAT – Oração.

SEHRI – última refeição antes do nascer do Sol.

TERA – Terra, território, país de origem.

ZAKAT – este é um dos pilares do Islão e refere-se à esmola obrigatória dada aos pobres, pois serve para ajudar os mais necessitados e propagar a fé, libertar escravos e aliviar os endividados. O Alcorão prevê a purificação das riquezas obtidas, sendo que a *zakat* é uma forma de o fazer. Deve-se dar 2,5% do lucro obtido do rendimento anual, assim como de ouro, prata, gado e produtos agrícolas, entre outros bens.

“O espírito da dádiva está localizado no interior da totalidade social, estimulando e dando sentido às relações sociais, às de hoje como às de ontem. Dar, receber e retribuir é fazer circular presentes, favores, serviços, mulheres, amabilidades e gentilezas, palavras, [...] objectos preciosos ou de subsistência, [...] afectos, honras e valores, verdades e confianças, amizades, símbolos e crenças, espaços, tempos e trabalho, [...] experiências, saberes e competências, [...] verticalmente, atravessando clivagens de idades e gerações, ou horizontalmente, propagando-se desde os círculos mais concêntricos da sociabilidade até aos mais longínquos das nossas relações.”

(Casal, 2005: 13)

Introdução

Entre o século VII e XV o Islão teve uma presença marcante na Europa. O sul de Itália (séculos IX a XII) e a Península Ibérica¹ (séculos VII a XV) estiveram sob domínio muçulmano. Os muçulmanos fixaram-se por toda a bacia do Mediterrâneo até serem expulsos nas reconquistas cristãs.

Séculos depois, em 1869, através da Companhia das Índias, chegaram os primeiros muçulmanos ao Reino Unido, mas é a partir do fim da II Guerra Mundial que muçulmanos oriundos das antigas colónias (Índia, Paquistão, Bangladesh) e de territórios protegidos (Chipre, Palestina e Jamaica) chegaram a este país. Na década de 90 começaram a chegar refugiados políticos principalmente da Península Arábica (Pinto, 2006: 52).

Os primeiros muçulmanos chegaram à Bélgica em 1910 mas foi a partir da década de 60 que o número de imigrantes cresceu. Estes imigrantes eram oriundos de países como a Turquia e Marrocos, e mais tarde da Argélia e da Tunísia (Pinto, 2006: 85-86).

Durante a Primeira Guerra Mundial a França necessitou de mão-de-obra estrangeira para a sua indústria, principalmente para a exploração das minas. Porém, foi a partir da década de 50 que houve um aumento da presença muçulmana.

A Holanda recebeu um pequeno grupo de estudantes indonésios entre a I e a II Guerra Mundial, e soldados que tinham combatido ao lado dos Holandeses oriundos das Molucas. Na década de 60 chegaram à Holanda trabalhadores marroquinos, turcos e imigrantes oriundos das antigas colónias holandesas (Suriname, Antilhas Holandesas, Ilhas Molucas e Indonésia) e com eles a comunidade islâmica ganha uma maior visibilidade. Nos anos 70 e 80 chega à Holanda uma vaga de refugiados oriundos do Irão, Somália, Afeganistão e Iraque (Nielsen, 2009: 243-244).

Estudantes marroquinos, libaneses, sírios, iranianos, egípcios, iraquianos e jordanos começaram a chegar a Espanha na década de 50 e duas décadas depois palestinianos e iranianos refugiados políticos e em fuga de conflitos chegaram a Espanha. Na década de 80 começaram a chegar muitos imigrantes oriundos do Norte de África, Senegal, Nigéria, Paquistão, Bangladesh e Argélia (Nielsen, 2009: 319-320).

Só em 1970 a Itália começou a atrair trabalhadores migrantes. Estes vinham de países como Marrocos, Tunísia, Albânia, Líbano, Egipto, Turquia e Paquistão (Pinto, 2006: 71-72).

¹ Este território era denominado de Al-Andalus. A população residente em Portugal actualmente não tem nenhuma ligação com a população sociodemográfica anterior (Tiesler, 2001: 121).

Com a chegada de trabalhadores e estudantes muçulmanos à Europa sobretudo após a II Guerra Mundial, registou-se uma Nova Presença Islâmica (NPI) na Europa. Este conceito começou a ser difundido e utilizado quando Thomas Gerholme e Yngve George Lithman publicaram a obra *The New Islamic Presence in Western Europe*, em 1988. Este livro é uma colectânea de textos de diversos autores que falam sobre cultura, imigração e integração em países como a Bélgica, o Reino Unido e a Alemanha.

Na Europa, a partir da década de 70 os trabalhadores imigrantes ficaram desempregados, porém, em quase todos os países europeus, foi durante essa década que o fluxo migratório aumentou, desta vez como consequência da reunificação familiar. Com a chegada das mulheres e filhos, a necessidade habitacional dos imigrantes alterou-se e o interesse religioso ressurgiu e com ele a necessidade de locais para orar. Por toda a Europa os muçulmanos aproveitavam pequenos espaços (lojas, caves e garagens) para locais de oração, mas desde os anos 80 que muitos locais foram construídos de raiz para este efeito. Na Alemanha, tal como nos outros países, as primeiras mesquitas situavam-se em zonas industriais devido às limitações económicas da comunidade muçulmana e devido à vontade de viver entre os seus compatriotas e perto dos locais de oração, começaram, no caso alemão, a surgir os guetos turco-muçulmanos (Carneiro, 2013: 60).

Hoje em dia existem cerca de 2600 locais de culto na Alemanha, 2150 na França, 2000 no Reino Unido, cerca de 450 na Espanha e na Holanda, 333 na Bélgica e cerca de 250 em Itália² (Nielsen, 2009).

Nas últimas estimativas supunha-se que o número de muçulmanos na Alemanha situava-se entre os 3,1 milhões e os 3.4 milhões (em 2006); na Bélgica estes números situavam-se entre os 410 mil e os 450 mil (em 2009); na Espanha o número de muçulmanos situavam-se entre os 800 mil e um milhão de muçulmanos (em 2008); em França os muçulmanos são cerca de 4.5 milhões (em 2007); na Holanda as estimativas apontam para cerca de 857 mil muçulmanos (em 2007); para Itália as estimativas apontam para cerca de 1.42 milhões de muçulmanos (2009); no Reino Unido as estimativas apontam para cerca de 2.2 milhões de muçulmanos (2009).

Actualmente o Islão é a maior religião minoritária na Europa, por causa das segundas e terceiras gerações. Muitos muçulmanos pertencentes a estas gerações não são praticantes³.

² Segundo a Agência Nacional de Informação e Segurança Interna Italiana existem cerca de 774 locais de culto, nos quais se pode contabilizar locais de culto e associações (Nielsen, 2009: 184).

Em Portugal, o Islão é também a maior religião minoritária. A partir dos anos 50 já se encontravam em Portugal estudantes muçulmanos, mas foi sobretudo após o processo de descolonização portuguesa que muitos africanos vieram para a antiga metrópole. Segundo Dias, cinco anos após o 25 de Abril de 1974, a população estrangeira⁴ com autorização de residência em Portugal tinha aumentado 82%. Esses imigrantes⁵ eram oriundos sobretudo dos PALOP; 44% eram africanos oriundos de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Moçambique (Dias, 2010: 28). Actualmente, alguns investigadores apontam que o número de muçulmanos em Portugal se situe entre os 48 000 e os 55 000 (Nielsen, 2013: 517). A população muçulmana chegou a Portugal vinda principalmente de Moçambique e Guiné-Bissau nos primeiros anos (1950-1980). Mais tarde, chegaram imigrantes vindos do Bangladesh, do Paquistão, de Marrocos, do Senegal e da Índia.

Tal como na Europa, verificou-se também em Portugal a criação e adaptação de locais de oração. Para além da Mesquita Central, uma mesquita criada de raiz, que é frequentada sobretudo por guineenses e indo-moçambicanos, existe outras adaptadas onde é possível fazer a oração. A chegada de imigrantes vindos do Bangladesh na década de 90 e a fixação (habitacional ou do local de emprego) desta população na zona do Martim Moniz levou a que alugassem um apartamento para a realização das orações, principalmente por causa da *juma*, por não se conseguirem deslocar à Mesquita Central para realizar as suas orações. Esta mesquita, mesquita de *Baitul Mukarram*, começou por se situar na rua do Benfornoso, mas tem passado para outros prédios quando o local começa a ficar sobrelotado. Em 2006 esta mesquita foi transferida para um armazém na Calçada Agostinho de Carvalho, que depois de remodelado passou a albergar perto de 700 crentes, tornando-se numa das maiores mesquitas

³ Porém, quando existe um conflito ou tensão no mundo árabe estes muçulmanos identificam-se reivindicando a sua identidade. “Esta identidade muçulmana aparece em grande parte como uma reacção, como a solidariedade mútua de uma comunidade que se sente cercada, sob observação, a quem se aponta o dedo acusador” (Pinto, 2006: 16).

⁴ Esta população estrangeira não incluiu apenas os muçulmanos. Nestes números estão incluídas todas as pessoas estrangeiras, independentemente da religião e da nacionalidade.

⁵ Quanto à imigração neste trabalho, este não é um conceito que se aplique na totalidade a toda população-alvo deste estudo, porque só uma parte da mesma são efectivamente imigrantes. No conceito de migrante que será utilizado, serão incluídos também os descendentes destes migrantes – os chamados migrantes de segunda e/ou terceira geração – e pessoas já com nacionalidade portuguesa mas que nasceram em Moçambique ou na Guiné-Bissau.

de Lisboa (Mapril, 2008: 196-199). Esta mesquita, tal como outras salas e mesquitas existentes na Área Metropolitana de Lisboa, não serão alvo de análise nesta dissertação.

CAPÍTULO I

METODOLOGIA E PROBLEMÁTICA

1.1 – Metodologia e Problemática

Esta dissertação tem como objectivo principal compreender os mecanismos de ajuda existentes na Comunidade Islâmica de Lisboa. Os objectivos específicos são perceber qual o papel desta Comunidade na ajuda aos seus crentes; identificar quais os grupos que estão envolvidos no apoio prestado pela Comunidade Islâmica, e por último, compreender quais são os mecanismos de ajuda activados para o apoio dos crentes.

Para esta investigação tornou-se fundamental analisar as redes de solidariedade na comunidade islâmica com o intuito de entender que tipos de ajuda os muçulmanos podem solicitar quando necessitam deles.

Para possibilitar essa compreensão estudou-se os mecanismos de ajuda existentes na Comunidade Islâmica de Lisboa, para verificar que tipos de apoio esta comunidade presta apesar dos poucos e irregulares financiamentos.

A problemática inicial centra-se na pergunta-chave: quais os contornos das redes de entreaajuda entre os guineenses muçulmanos? Perante esta questão-chave, a hipótese de trabalho é:

A Comunidade Islâmica de Lisboa tem mecanismos próprios de ajuda aos crentes que se interliga com outras formas de entreaajuda desenvolvidas através das sociabilidades dos fiéis.

A metodologia de investigação utilizada consistiu na pesquisa bibliográfica e documental assim como no trabalho empírico.

A investigação bibliográfica e documental teve dois objectivos fundamentais: por um enquadrar os assuntos abordados nesta dissertação, e, por outro lado, a preparação da pesquisa no terreno, analisando textos de outros investigadores que abordam esta temática e esta comunidade. Que conceitos abordar para melhor enquadrar o tema? Abordou-se o conceito de comunidade e de rede que acabaria por levar aos restantes conceitos por estes estarem interligados. O conceito de capital social está interligado aos conceitos anteriores e ajuda a compreendê-los. Por fim, abordou-se o conceito de solidariedade e o conceito de dádiva pois estes são importantes para perceber que tipos de ajuda existem e ajudam a perceber como as redes estão presentes no acesso a esse apoio.

As pesquisas qualitativas apoiam-se nos dados reunidos através das interações interpessoais e na participação dos informantes, analisadas a partir do significado que estes dão aos seus actos (Chizzotti, 1991: 52). A escolha de uma metodologia qualitativa deveu-se ao facto do fenómeno estudado ser de cariz subjectivo como é o caso das redes de sociabilidade e de ajuda.

Na parte empírica desta investigação as ferramentas utilizadas foram a observação directa, as entrevistas semiestruturadas e as conversas informais. Este método permitiu captar comportamentos e relações sociais no momento em que elas aconteciam e sem a mediação de terceiros. Estes métodos foram utilizados com o objectivo de adquirir o maior número de dados para traçar um panorama da ajuda dentro da Comunidade Islâmica de Lisboa. A pesquisa de terreno teve por base uma abordagem qualitativa, acabando por se obter alguns dados relativos ao número de famílias ajudadas. Foram ainda gravadas as entrevistas com os dirigentes da Comunidade Islâmica de Lisboa.

As conversas informais foram uma mais-valia para obter dados através das mulheres guineenses, pois com as entrevistas e inquéritos estas davam respostas muito curtas e sem desenvolvimento.

A observação participante permite ao investigador uma análise global do objecto de estudo (Almeida, 1990: 97). A observação participante permitiu a participação nas conferências, estar presente na hora das orações e nalgumas actividades como na entrega dos ranchos ou dos jantares dados às sextas-feiras. A observação directa foi muito importante para observar as entregas dos cabazes de alimentos e verificar a sociabilidade entre os crentes.

O período escolhido para obter mais informações foi o mês de Ramadão (21 de Julho a 19 de Agosto de 2012) e o local a Mesquita Central, designada muitas vezes pelos próprios como mesquita da Praça de Espanha, e mais tarde, a outras salas de culto. Esta escolha deveu-se à tentativa de obter mais informações relativamente à ajuda prestada aos guineenses. As salas de culto situadas no Cacém e na Brandoa confirmaram a informação já recolhida. As idas à Damaia e ao Largo de São Domingos, em Lisboa, tiveram o intuito de obter mais dados sobre as relações sociais entre os guineenses muçulmanos. Nestes locais, as pessoas continuaram a expressar-se com alguma desconfiança.

No entanto, as entrevistas tiveram um melhor resultado junto da comunidade indomuçambicana. As pessoas entrevistadas deste grupo eram dirigentes ou pertenciam activamente às diversas Comissões que compõem a CIL.

Para além dos dirigentes, as restantes entrevistas e conversas informais eram aleatórias ou por efeito de bola de neve. O receio de transmitir casos atípicos como sendo típicos era grande.

R. H. Wax sugere que quando se faz uma investigação a uma determinada cultura que ter ambos os sexos na equipa pode ser uma mais-valia pois dependendo do sexo, este pode influenciar como as questões são postas e os dados que se obtêm. O sexo do investigador pode promover ou dificultar a colheita de dados no terreno (Burgess, 1997: 98). No caso desta investigação, o facto de a investigadora ser mulher levou a muitos homens não colaborassem. Sheik David Munir – líder da Comunidade Islâmica de Lisboa e líder espiritual da Mesquita Central – nas primeiras conversas alertou para a dificuldade do tema, avisando que as mulheres não devem falar desses assuntos apesar de serem maioritariamente elas a gerir o orçamento de casa. Referiu que “podes ter duas reações nos homens: não falarem contigo por seres mulher ou quererem ajudar-te de mais e acabar por atrapalhar... por seres mulher”. Estas situações confirmaram-se ao longo do trabalho no terreno.

1.2 – Enquadramento do espaço

A Mesquita Central de Lisboa⁶ situa-se na freguesia de Campolide, junto à Praça de Espanha. Um edifício em tons alaranjados ocupa grande parte daquele quarteirão. Na entrada principal existe um painel de azulejos com inscrições em árabe e em português onde se pode ler “Só frequentam as Mesquitas de Deus aqueles que creem em Deus e no dia do juízo final, observam as orações, pagam o *zakat* e não temem ninguém além de Deus quicá. Estes se contam entre os encaminhados.”

Após entrar na mesquita⁷, existe um *hall* que dá acesso, do lado direito, à secretaria da Mesquita, em frente, ao pátio exterior e, do lado esquerdo, às escadas que permitem aceder aos restantes pisos. Existem alguns bancos em torno do pátio exterior e partir deste pátio é possível chegar ao local onde se fazem as abluções e à sala de oração dos homens. A sala de oração dos homens é ampla e no fundo da sala está o *mihrab* (púlpito). Do lado oposto à sala de orações existe outra porta que dá acesso a outro pátio, mas interior, com a biblioteca e três salas onde é possível fazer reuniões e dar aulas.

A sala de oração das mulheres situa-se no piso superior da Mesquita (quarto piso), mas é mais pequena que a dos homens. Do lado direito das escadas há um corredor que dá acesso

⁶ Ver anexo G Imagem 21.

⁷ A entrada principal situa-se no terceiro piso.

à casa de banho das mulheres e ao local das abluções. Ao fundo desse corredor existem dois sofás⁸ que estão ao lado da porta da sala de orações das mulheres. Na parede estão quatro caixas dispostas lado a lado para os vários tipos de esmola com os seguintes desígnios: *Lillah*, *Zakat*, *Sadqah*, Manutenção da Mesquita, *Iftar* e *Fitra*.

O espaço do refeitório (segundo piso) é bastante amplo e ocupa grande parte da mesquita. Há duas casas-de-banho e uma cozinha. Existem diversas mesas e cadeiras que são organizadas, dependendo da ocasião e do número de pessoas que esperam⁹. O acesso ao refeitório faz-se por dentro da Mesquita, mas existem também duas entradas laterais que vêm directamente da rua, contudo só uma é que está regularmente aberta e situa-se na rua Dr. Júlio Dantas.

A cave (como era sempre designado), ou piso um, tem a entrada na Rua Ramalho Ortigão e era esta que era utilizada para a entrada e saída das pessoas durante o Ramadão, tem também acesso interior pela Mesquita. Do lado direito dessa porta, encontrava-se uma divisão que servia, durante o mês de Ramadão, de armazém. Do lado oposto a este armazém, e num espaço mais amplo, estava uma fila de mesas para a Comissão *Zakat* fazer a triagem e no restante espaço situava-se a sala de espera. Esta última estava separada por um pequeno corredor onde a circulação era feita.

Relativamente às salas de culto do Cacém e de Alfovelos, e tal como na maioria dos casos, a mesquita passa despercebida. A primeira situa-se numa antiga garagem e a segunda numa loja. Na sala de culto do Cacém existe um tapete grande vermelho estendido na rua que serve para se fazer a *juma* e fazer a oração dos *Id's* quando a sala já está cheia. A garagem serve de sala de oração dos homens; ao fundo estão umas escadas estreitas que dão acesso a uma sala que serve como escritório e do outro lado um pequeno espaço que serve de sala de oração para as mulheres.

⁸ Onde as mulheres costumam sentar-se antes de entrarem para a sala de orações e onde se descalçam.

⁹ Devido à *sehri*, (aos sábados à noite durante o mês de Ramadão) as mesas estavam dispostas em filas e ocupavam metade do espaço. Na outra metade estavam dispostas várias cadeiras em duas filas; de um lado sentavam-se os homens, e no outro as mulheres. À frente, encontrava-se uma mesa com as cadeiras para os oradores e moderadores.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO: COMUNIDADE, REDES SOCIAIS, CAPITAL SOCIAL, DÁDIVA, SOLIDARIEDADE E RECIPROCIDADE

2.1 – Conceitos de Comunidade

Muitos trabalhos, teóricos e práticos, foram publicados que confirmam a importância da comunidade e o interesse que ela desperta. O conceito de comunidade é usado em diversas disciplinas e alguns autores apresentavam-na como relações orgânicas que existem no mundo animal e das plantas e podendo encontrar-se, também, nas relações humanas. Outros autores definem comunidade como sendo uma relação mais psíquica que orgânica destacando o consenso sobre a simbiose e a ação colectiva sobre a divisão do trabalho (Quintino, 2004: 30).

Comunidade passou a referir-se à vida em grupo, quando encarada do ponto de vista de simbiose, sociedade quando encarada do ponto de vista de consenso. A comunidade caracteriza-se por ter uma base territorial, uma distribuição de homens, instituições e actividades no espaço, uma vida em conjunto fundada no parentesco e interdependência económica, uma vida baseada em interesses comuns. A sociedade é caracterizada pelas relações voluntárias e contratuais entre os homens, as quais, presume-se, que dada a sua distribuição no espaço se acham menos directamente afectadas que as suas relações orgânicas.

O que torna toda a comunidade numa sociedade é, aparentemente, o facto de a vida social humana envolver um certo grau de comunicação. Toda a comunidade têm dois aspectos; por um lado o de viver-se juntos e por outro a participação numa vida em comum. Inúmeras reflexões foram produzidas acerca do conceito de comunidade. Este conceito não é unânime entre os autores¹⁰ mas existem três elementos que constam nas várias definições – territorialidade, partilha de actividades económicas e de traços culturais (interesse comum) e os laços sociais de interações que gera, devido ao interesse partilhado por todos.

Vários têm sido os investigadores que reflectiram sobre o conceito de comunidade, uns com noções mais amplas, outros com noções mais restritas. Este conceito é ambíguo e situa-se em dois níveis diferentes: um primeiro nível descritivo e um segundo nível interpretativo.

O nível descritivo permite captar uma realidade, seja ela física ou construída simbolicamente, e articula-se em torno de elementos como a territorialidade ou o espaço, com

¹⁰ George Hillery pesquisou mais de 94 definições para comunidade em que as características comuns eram as interações sociais entre as pessoas num determinado espaço (Recuero, 2006: 103).

redes de inter-relações e de partilha. O nível interpretativo pode evocar uma situação idealizada de homogeneidade e ausência de conflitos e de isolamento em relação ao exterior, de auto produção cultural e sobreposição do *nós* face ao *eu*. Pode evocar também um espaço-tempo de inter-relações abertas às trocas com o exterior, a partir das quais se renegoceiam a cultura e a identidade e se estruturam os quotidianos dos indivíduos e das comunidades a que pertencem (Quintino, 2004: 31).

O conceito de comunidade remonta ao século XX. Este primeiro conceito é caracterizado pela oposição entre comunidade e sociedade. Enquanto a comunidade representava o passado, a aldeia, a família e o calor, e era formado por um grupo de pessoas “idealizado”, com motivação afectiva e relações locais, íntimas, a sociedade era caracterizada pela frieza e egoísmo, pelo distanciamento e pela técnica.

O contraste entre comunidade e sociedade baseava-se nas relações de familiaridade para explicar um tipo de comunidade. Este conceito está normalmente associado a um tipo de valor tido como desejável para um agrupamento de pessoas. A comunidade é o início da vida social e é baseada na reciprocidade.

Neste conceito existem três formas básicas de comunidade: o parentesco, a vizinhança e a amizade que têm por base a localização geográfica, o elo emocional e ter algum interesse em comum. A comunidade de parentesco está relacionada com os laços de sangue e de vida em comum na mesma casa mas podem não se limitar à proximidade física. A comunidade de vizinhança caracteriza-se pela vida em comum entre as pessoas mais próximas da qual nasce um sentimento mútuo de confiança, de favores, etc., que dificilmente se mantém sem proximidade, pois esses elos são quebrados. A comunidade de amizade está ligada também aos laços de amizade criados no trabalho ou no modo de pensar; nasce das preferências entre profissionais de uma mesma área ou daqueles que partilham a mesma fé; trabalham pela mesma causa e reconhecem-se entre si (Recuero, 2006: 104).

Estas relações sociais são ampliadas pelos laços de proximidade, baseadas na localização geográfica e na vida quotidiana. A vontade afectiva é a base da constituição da comunidade pois está associada ao hábito, ao costume, à religião e tem por base a solidariedade. A comunidade envolve uma base colectiva da moral partilhada entre os membros que sentem fazer parte e se sentem responsáveis pela comunidade. Sem essa base, pode-se ter relações com outros mas não ter uma comunidade (Peruzzo, 2009: 142).

A comunidade em meio urbano é representada pela comunidade de vizinhança pois estes são grupos coesos e unidos por interesses comuns (Recuero, 2006: 104).

Este conceito foi apresentado pela primeira vez na obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* (“Comunidade e Sociedade”) de Ferdinand Tönnies em 1887. Este autor baseou-se na oposição entre comunidade e sociedade para definir estes conceitos, pois para Tönnies, estas eram o oposto uma da outra. Tönnies leva em conta as construções teóricas de Karl Marx e procura incorporá-las à sua própria teoria.

Uma nova teoria sobre a comunidade surgiu com *a divisão do trabalho social*, que classificava a sociedade em dois tipos de solidariedade: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. As leis e os sistemas legais são as bases destes tipos de solidariedade. As leis são parte fundamental do sucesso de uma sociedade. A sociedade é um sistema que se desenvolve de um estado para outro enquanto se moderniza. Nesta nova perspectiva é explorado o desenvolvimento da sociedade e da individualidade através das suas formas de organização, ao debruçar-se sobre o problema de como a ordem social deve ser mantida numa sociedade cada vez maior.

A divisão do trabalho social em solidariedade mecânica e orgânica está suportada nos dois tipos de consciência que têm lugar nos seres sociais, a consciência colectiva e a consciência individual. Nesta teoria a consciência colectiva é predominante em relação à consciência individual.

As sociedades primitivas seriam aquelas em que a consciência colectiva encontra-se desenvolvida em pleno. Isto é, todos os membros da mesma sociedade teriam em comum os valores, o conjunto de crenças, os sentimentos e os objectivos, tornando a consciência individual nula ou quase nula (Durkheim, 1977: 98).

Nesta teoria a consciência individual é formada socialmente. Se existir uma divisão do trabalho, a diferenciação social e a complexificação da sociedade não rompe os laços sociais mas sim transforma-os, levando a um novo tipo de solidariedade.

A solidariedade mecânica é característica das sociedades primitivas, enquanto a solidariedade orgânica é característica das sociedades mais evoluídas. O processo de divisão do trabalho forma indivíduos que se apercebem sozinhos da dependência que têm um dos outros. A consciência individual não é sinónimo de individualismo mas sim uma autoconsciência formada socialmente. Isto é, a solidariedade mecânica caracteriza-se por uma consciência colectiva, levando ao sentimento de identidade partilhada. A consciência colectiva é menor onde existe uma menor divisão do trabalho.

À medida que a divisão do trabalho aumenta, torna-se mais específica e especializada, ou seja, os indivíduos tornam-se mais interdependentes, pois quando cada um tem uma tarefa específica acabam por trabalhar para o bem-comum. A isto chama-se solidariedade orgânica. Se a consciência colectiva é o que une as pessoas na solidariedade mecânica, na solidariedade orgânica o que os une é a interdependência. Nesta tese a emergência da solidariedade orgânica é uma adaptação dos seres humanos no espaço, prevenindo a humanidade de cair na lei da sobrevivência do mais forte.

As sociedades complexas são grandes organismos vivos onde existe divisão de trabalho apesar de todos dependerem uns dos outros para o bom funcionamento desse organismo. A crescente divisão do trabalho faz aumentar também o grau de interdependência entre os indivíduos.

Para garantir a coesão social, onde predomina a solidariedade orgânica, é necessário que esta seja assente nos códigos e regras de conduta que estabelecem os direitos e deveres e se expressam por normas jurídicas, ao invés de assentar nas crenças e valores sociais, religiosos, na tradição e nos costumes partilhados como é o caso da solidariedade mecânica (Durkheim, 1977: 80-81). A teorização deste conceito de comunidade foi consolidada no livro sobre *A Divisão do Trabalho Social*, em 1893 por Émile Durkheim.

Poucos anos depois uma outra teoria sobre o conceito de comunidade foi formulada. A nova conceptualização define como base deste conceito as acções afectivas e tradicionais pois produzem relações entre as pessoas. Esta teoria baseia-se em quatro acções: acção racional com relação afins, acção racional com relação a valores, acção afectiva e acção tradicional (Weber, 1944: 33).

A acção é um comportamento humano ao qual os indivíduos vinculam um significado e a acção é social quando está relacionada com outro indivíduo. Um grupo unido por um sentimento de camaradagem ou de identificação pode tornar-se uma comunidade. Este conceito baseia-se na acção social e esta acção social pode ser determinada como:

1. Acção racional com relação a fins – esta acção é determinada pelas expectativas do individuo relativamente ao comportamento de objectos e utilizando essas expectativas como meios para atingir um fim. É uma acção que possui uma finalidade específica (por exemplo, plantar uma macieira tem como fim obter maçãs).

2. Acção racional com relação a valores – a acção possui um determinado valor (seja um valor religioso, ético, de estética, etc.). Nesta acção, o sujeito deseja permanecer fiel aos seus valores (por exemplo, o caso de alguém que reza pela alma de um morto).
3. Acção afectiva – é uma acção emocional que é determinada por afectos e emoções oriundas do estado emocional do indivíduo (por exemplo, o caso de alguém que abraça alguém que está de luto).
4. Acção tradicional – esta acção é uma acção realizada pelo costume, pelo hábito. É o caso de alguém que janta com os seus pais todos os domingos, por ser um costume adquirido na família.

O conceito de comunidade apoia-se numa relação social quando a atitude na acção social inspira-se no sentimento subjectivo (afectivo ou tradicional) dos participantes da constituição de um todo. São as relações de proximidade e de costume que formam a comunidade, conservando-a (Weber, 1944: 36).

Este conceito de comunidade foi desenvolvido por Max Weber na sua obra intitulada *Economia e Sociedade* (1920). Ao contrário de Tönnies, Max Weber não se impunha à tarefa específica de construir uma “sociologia pura” (ou um “sistema de sociologia”). As elaborações conceptuais e metodológicas surgiam como recursos ordenadores da explicação generalizadora na sociologia. Max Weber tenta relativizar os conceitos de comunidade e sociedade retomando a via kantiana, que repõe no centro da problemática conceitual a forma de socialização.

Para Hans Freyer, a comunidade é uma lei estrutural determinada da vida social, distinta de outras ordens sociais, que possui as suas pressuposições fortes e que leva em si uma dinâmica específica. O conceito de sociedade tem dois sentidos: um amplo e outro restrito. No sentido amplo encontra-se a vida social, a realidade social. No sentido restrito encontra-se uma forma precisa de vinculação inter-humana por oposição e outras formas sociais, uma verdadeira lei estrutural do mundo social (Fernandes, 1973: 132-139).

Uma nova abordagem que contrapõe a comunidade primitiva e a nova comunidade surgiu através de Martin Buber. Nesta perspectiva, a humanidade começou por ser uma comunidade primitiva. Esta comunidade passou pela escravidão da “sociedade” e chegará a uma nova comunidade que terá laços de escolha ao invés de laços de sangue como na comunidade primitiva (Buber, 1987: 39).

A comunidade primitiva baseava-se em laços sanguíneos sendo uma comunidade de parentesco. Esta comunidade era o contexto geral onde o indivíduo se inseria e cujos laços eram resistentes por serem laços de parentesco. A nova comunidade baseia-se num sentimento positivo e na solidariedade. Se a sociedade for guiada pelo princípio do utilitarismo pode ser também iluminada pela formação comunitária, isto é, uma comunidade pós-social. As noções de parentesco e território não são a condição primordial para caracterizar uma comunidade e sim a junção de escolhas, vontade comum e partilha de um mesmo ideal (Buber, 1987: 34-38). Esta abordagem foi desenvolvida por Martin Buber no seu livro *Sobre Comunidade* publicado em 1987.

Numa perspectiva mais contemporânea, vista através de Barata, Castells, Palácios, o conceito de comunidade tem novos elementos ou elementos que se destacam.

Para Barata (1975) a comunidade passa a ser entendida como um pequeno grupo inserido numa unidade social mais vasta com a qual interage. O modelo de rede de relações sociais primárias e o sentimento de pertença são os elementos que se doseiam e se combinam na produção dos novos conceitos de comunidade.

A comunidade deixa de poder ser vista como uma unidade social homogénea, igualitária, sem conflitos. No interior de uma comunidade, os graus de intimidade podem variar consoante a frequência dos contactos cara-a-cara (Quintino, 2004: 33). A vida em comunidade não só gera um sentimento de pertença que identifica o indivíduo com o grupo, como o distingue de outros grupos.

A comunidade torna-se uma realidade construída ideologicamente, isto é, uma comunidade imaginada, que é construída por indivíduos que partilham o mesmo sentimento de pertença.

“As novas abordagens sobre as comunidades de migrantes, que se distinguem étnica e culturalmente na sociedade de acolhimento e que se implantam nas áreas urbanas [...] vêm também pôr em causa a interpretação que se cinge à diferença e à especificidade contida na noção clássica de comunidade” (Quintino, 2004: 34).

Os indivíduos que constituem uma determinada comunidade de migrantes estabelecem relações sociais e partilham elementos culturais com outros membros da sociedade de acolhimento e com outras comunidades. O próprio meio urbano faz com que os indivíduos e os grupos atravessem os vários espaços que compõem a malha urbana.

Uma comunidade de imigrantes não implica necessariamente uma concentração geográfica. Na malha urbana das sociedades ocidentais podem observar-se lugares para negócios e serviços considerados étnicos¹¹. Apesar da concentração geográfica facilitar a vida social, existem vários lugares de apropriação etno-específica que podem representar uma rede ampla de contactos e trocas que se dispensavam por toda a área urbana e que configuram o espaço simbólico comunitário¹² (Quintino, 2004: 39-40).

A comunidade, a família e amigos tendem a representar a segurança e proteção, por ter uma estrutura com base na harmonia e na solidariedade.

Para Manuel Castells, a globalização, devido ao processo da mobilidade social, faz com que os indivíduos resistam ao processo de individualização e atomização, pois tendem a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em muitos casos, uma identidade cultural. É por causa desta mobilidade social que os indivíduos participam nos movimentos urbanos defendendo os interesses em comum (Castells, 1999: 79).

Já para Marcos Palácios, alguns elementos fundamentais que caracterizam uma comunidade na actualidade são: o sentimento de pertença (seja ela presencialmente ou à distância), o sentimento de comunidade, a permanência, a territorialidade (real ou simbólica), a forma própria de comunicação entre os seus membros através de veículos específicos. É possível pertencer à distância, basta ter o sentimento de pertença e ter os mesmos interesses e valores que a restante comunidade que está num determinado território (Peruzzo, 2009: 5).

2.2 – As redes sociais ou de sociabilidade

São as redes de sociabilidade/sociais que suportam as comunidades e que as fortalecem. Estas redes são fundamentais para a criação de redes de entreajuda, pois são eles que criam laços entre as famílias, os amigos e vizinhos visto que são estes que prestam auxílio quando o indivíduo carece de ajuda. Todas as experiências do indivíduo durante a sua vida contribuem para o processo de sociabilização¹³ e, como tal, este processo nunca está concluído.

Posto isto, Robert Park realizou alguns estudos sobre as relações de vizinhança, principalmente em bairros residenciais marcados por um carácter comunitário, com tradições

¹¹ Em Lisboa destaca-se o Martim Moniz.

¹² Como é o caso do Rossio/Largo de São Domingos.

¹³ Sobre o processo de sociabilização ver Abrantes (2011).

históricas próprias; as relações entre grupos de interesse, tipos vocacionais ou grupos étnicos, em regiões mais centrais e por vezes carenciados; e as interações de múltiplos grupos, que ocorrem em espaços públicos definidos por uma forte diversidade de frequentadores (Frugóli, 2007: 52).

Outra perspectiva sobre este conceito é dado por Michel Agier que refere que o conceito de sociabilidades alargadas permite compreender o modo como esses indivíduos constroem redes mais amplas de relação, com base em vínculos de parentesco, vizinhança, lazer ou associativismo, nas quais estabelecem diferentes graus de vida social (Frugóli, 2007: 50).

Após o conceito de socialização ter sido rejeitado por muitos autores nos anos 70, este volta a despertar interesse nas ciências sociais nos últimos anos. É utilizado em várias áreas como a educação, a infância, a família, a economia, as profissões, a comunicação, entre outras.

O trabalho de Simmel sobre o conteúdo das redes sociais levou a que outros autores se questionassem sobre a dimensão das redes sociais e a sua importância, tanto nos relacionamentos individuais como duais. Segundo Giuffre, Simmel concentra-se na morfologia das redes e no seu impacto nos comportamentos (Giuffre, 2013: 4-5). A ideia de que uma pessoa se forma a partir de outra, mediante contacto social, está condicionada por certas modificações. Estas modificações caminham em direcção à generalização. Um elemento de um grupo faz parte da sociedade, mas também é algo fora dela. Para Simmel a Sociedade é um produto de elementos desiguais. A igualdade é uma equivalência das pessoas, das obras e das posições.

Já Wasserman e Faust identificaram quatro princípios fundamentais da teoria das redes sociais: os actores e as suas acções são vistos como interdependentes e não como unidades independentes; os laços relacionais entre os actores são meios onde ocorrem as trocas de recursos; os modelos de redes centrados nos indivíduos concebem as estruturas de relações como meios que configuram ou limitam a acção individual; a estrutura é conceptualizada por padrões de relações entre actores (Portugal, 2014: 49).

Para Mercklé uma rede social pode ser definida como um conjunto de unidades sociais e de relações, directas ou indirectas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável. Essas unidades podem ser indivíduos ou grupos e serem formais ou informais. As relações entre os elementos da rede podem ser transacções monetárias, trocas de bens e

serviços, divulgação de informações, ter uma interação pessoal presencial, podem ser permanentes ou ocasionais (Portugal, 2014: 64).

É com a Antropologia Social britânica do pós-Segunda Guerra Mundial que o conceito de rede social se expande. A rigidez das teorias dominantes tornava-se cada vez mais ineficaz na análise das realidades empíricas complexas. Nos anos 50, os antropólogos voltaram a sua atenção para os sistemas de redes sociais e desenvolveram o conceito de rede social de uma forma mais sistemática.

O conceito de rede social começou a ser utilizado na Antropologia Social e na Sociologia nos anos 30 e 40. Inicialmente este conceito não estabelecia relações entre as redes e o comportamento dos indivíduos que as constituem; contudo, durante a segunda metade do século XX este conceito tornou-se central. Após a segunda metade do século XX, o conceito de rede social ganhou um espaço central na teoria sociológica, tendo-se institucionalizado. Várias disciplinas interessaram-se por este conceito trabalhando-o conforme as suas necessidades. Áreas como a sociologia, psicologia social e antropologia foram as pioneiras nos estudos sobre redes sociais dando respostas aos seus investigadores com base nos quadros conceptuais dominantes nas suas disciplinas. Ao longo do tempo foi tomando novos contornos fazendo-o entrar em diversos domínios como é o caso das empresas, do território, da sociedade civil, da investigação, das universidades, dos mercados, nos serviços (Portugal, 2014: 45), indo desde a linguagem corrente às comunidades cibernéticas. O desenvolvimento das comunicações ligando pessoas que antes não conseguiriam se relacionar e a valorização das relações entre as pessoas levaram ao aumento do uso do termo redes sociais.

Mapril (2008) refere que foi em 1954 que o antropólogo John Barnes utilizou pela primeira vez o termo *redes sociais*, no seu estudo sobre a paróquia na ilha norueguesa de Bernes, com o intuito de descrever o sistema social daquela localidade, definindo três tipos de relações sociais: o sistema industrial; as relações sociais com base no sistema territorial; e as relações pessoais, baseadas nas relações de amizade, parentesco e vizinhança (Mapril, 2008: 152).

Durante a década de 70, Boissevain apresenta uma definição alargada do conceito de Barnes incluindo nos actores sociais os complexos industriais, as redes de negócios, e até os Estados-nação (Mapril, 2008: 153).

Segundo Mapril (2008), para Clyde Mitchel as redes sociais são todas as relações entre indivíduos que incluem (mas não se limitam) as estruturas de parentesco e as relações de amizade (Mapril, 2008: 153).

Para analisar as redes sociais é necessário dar resposta a algumas questões prévias: quem faz parte da rede (nós)? Que trocas se efectuam no seu seio (laços)? De que formas ou sob que regras ocorrem esses movimentos? As redes sociais são constituídas por nós e por laços sendo estes os elementos que constituem a forma e o conteúdo de uma rede. A teoria das redes permite estudar os *nós* através do estudo dos *laços* que existem entre as várias unidades de uma rede, ou seja, os indivíduos são estudados tendo sempre em conta a sua interação/integração no seu todo social.

Uma rede social é composta por actores e as relações entre eles. Os actores podem ser qualquer entidade social. Os actores estão ligados entre si por tipos específicos de relações. Estas ligações podem ser feitas através de amizade ou simplesmente pelo facto de ambos os actores estarem ligados a uma mesma organização (Giuffre, 2013: 7/8). As redes são sistemas de pontos e conexões. Nas redes sociais os pontos são as pessoas e as conexões são relações entre as pessoas.

Estes laços podem, ou não, ser de parentesco, enquanto os elementos da rede podem ser parentes, amigos, vizinhos, colegas, entre outros. Dentro das redes circulam informações e ajuda relativamente ao emprego, habitação, saúde, bens materiais, cuidados e são expressos através de apoio emocional, afectividade e sociabilidade, pois os elementos dessas redes seguem as normas da reciprocidade, obrigação, igualdade e autonomia (Portugal, 2014: 65-66). Relativamente aos laços, estes podem ser fortes ou fracos, positivos ou negativos, activos ou passivos. Para Granovetter, os laços fortes advêm da antiguidade da relação e do tempo despendido junto, a intensidade emocional e a intimidade. Os laços positivos são laços de identificação, através dos quais os actores se consideram membros de uma entidade comum, enquanto os laços negativos são laços de diferenciação. Em relação aos laços activos ou passivos estes podem basear-se numa interação frequentemente face a face ou em laços afectivos que envolvem uma interação irregular (Portugal, 2014: 66-67).

“Talvez possamos afirmar que os laços fracos se revelam de uma importância extrema para o funcionamento, organização e estrutura macrossocial, uma vez que permitem o estabelecimento de pontes entre a existente diversidade social, cultural e económica, bem como contribuem para uma sociedade mais integradora e inclusiva desta mesma diversidade. A um nível micro o investimento neste tipo de laços é essencial para quebrar o isolamento resultante do sobre investimento em relações de proximidade e para um enriquecimento da própria rede próxima. Este isolamento pode perfeitamente

ser uma agravante de uma situação de exclusão social, que por falta de ligações ao exterior se mantém encapsulada num círculo, a que podemos chamar vicioso” (Ferreira, 2010: 28).

Existem dois tipos de rede: a rede distribuída e a rede centralizada. A rede centralizada assemelha-se a uma hierarquia, pois a informação advém apenas de uma pessoa que a distribui pelos restantes membros, não tendo estes qualquer contacto entre si. A rede distribuída (ou descentralizada) é uma rede em que existem várias conexões entre os seus membros. Porém,

“a partir de certo número de nodos nenhuma rede social real consegue ser totalmente centralizada (isso seria supor a inexistência de conexões entre os nodos, mas apenas de conexões entre o nodo central e os outros pontos). Ora, a partir de certo número de nodos é impossível que isso aconteça, pois é o próprio tamanho (social) do mundo que impõe um determinado número mínimo de conexões entre quaisquer nodos escolhidos aleatoriamente” (Franco, 2008: 49-50).

2.3 – O Capital Social

A partir dos anos 90, as publicações e discussões sobre o capital social aumentaram. Tal como o conceito de rede, este conceito foi trabalhado por diversas disciplinas como a sociologia, a economia, a política ou a educação.

O conceito de capital social, desenvolvido por Pierre Bourdieu – que é considerado um dos pioneiros no uso deste conceito – começou por ser definido como um conjunto de recursos, efectivos ou potenciais, relacionados com a posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e de reconhecimento. O capital social nunca está desconectado dos interesses individuais, pois provém das relações sociais que dão a um determinado actor uma determinada vantagem. A reprodução do capital social exige um esforço de sociabilidade, isto é, um gasto de tempo e energia e de outras forças de capital de modo indirecto, por exemplo, capital económico. O capital social também depende do interesse de cada indivíduo em conectar-se com determinada rede, pois as redes sociais não são naturais e sim construídas (Bourdieu, 1980: 2-3).

Outra definição para este conceito surgiu com James Coleman, de acordo com Portugal (2006), que refere que o capital social baseia-se em que cada actor no sistema social

possui controlo de certos recursos e interesses em determinados outros recursos. O capital social não é uma entidade única, mas uma variedade de entidades com dois elementos em comum: as estruturas sociais que facilitam determinadas acções dos actores (corporações e indivíduos) dentro da estrutura e como formas de capital, o capital social é produtivo, fazendo com que seja possível atingir certos fins que, sem ele, não seriam possíveis de ser atingidos. Isto é, a estrutura das relações é mais importante para o capital social do que os actores.

O apoio que um actor solicita ao grupo, pode ser concedido pelo grupo, mas é realizado através da acção dos indivíduos que fazem parte do mesmo. Este pedido de apoio baseia-se na confiança de que este apoio será obtido de uma ou várias pessoas no grupo. Tais relações têm base individual, mas são compreendidas como colectivas.

O capital social pode ainda ser acumulado através do aprofundamento de um laço social (laços fortes permitem trocas mais amplas e íntimas), aumentando o sentimento de grupo. Ou seja, o capital social é simultaneamente individual e colectivo. É individual pois a pessoa pode solicitar esses recursos e utilizá-los. É colectivo porque faz parte das relações de um determinado grupo ou rede social. O capital social é portanto um recurso colectivo e está disponível para todos os membros de uma determinada rede. O capital social depende do investimento dos indivíduos porque as redes de relações são o resultado de investimento individuais e/ou colectivos que têm como finalidade estabelecer ou reproduzir relações sociais que são utilizáveis num determinado espaço de tempo (Portugal, 2006: 125).

O capital social é um meio de atingir determinados fins; existe várias formas de capital social: obrigações e expectativas, informação, normas e sanções, autoridade ou formas de organização associativa (Recuero: 2006: 87; Portugal, 2006: 121).

O conceito de capital social foi, de acordo com Sílvia Portugal (2006), estudado por Nan Lin que o definiu como um investimento nas relações sociais com proveitos esperados no mercado e referindo que os indivíduos envolvem-se em interações com o objectivo de produzir lucro. É através de quatro elementos – informação, influência, credenciais e reforço – que é explicado o modo como os recursos disponíveis através das redes sociais condicionam os resultados das acções dos indivíduos. O fluxo de informação é facilitado, ou seja, os laços sociais são colocados em posições estratégicas que fornecem aos actores informações úteis sobre oportunidades e escolhas, que de outro modo não estariam disponíveis. Estes laços influenciam os agentes que têm um papel importante nas decisões. Assim sendo, os laços sociais podem ser concebidos como credenciais, garantindo o acesso aos recursos das suas

redes. Por fim, as relações sociais reforçam a identidade e reconhecimento (Portugal, 2006: 121-122).

Porém, de acordo com Portugal (2006), existem autores que vêem o capital social com efeitos negativos, pois, em determinadas redes podem existir abuso – por exemplo alguém conseguir um melhor posicionamento social, em detrimento de outros – o que irá criar uma maior desconfiança e desintegração social. Adam e Roncevic foram alguns desses autores (Portugal, 2006: 130).

O conceito que de seguida é definido é, segundo Recuero (2006), bastante utilizado pois refere-se à conexão entre indivíduos, redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que emergem dela. Esta definição do conceito de capital social foi desenvolvida por Putnam e engloba, também, o aspecto individual e o aspecto colectivo. O aspecto individual vem dos interesses dos indivíduos em fazer parte de uma rede social para o seu próprio benefício. O aspecto colectivo vem do facto que o capital social individual se reflecte no grupo, tenham eles custos ou benefícios.

A obrigação moral e as normas, a confiança e as redes sociais são elementos associados ao capital social. A confiança baseia-se na reciprocidade, do consenso e do senso cívico, sendo que as decisões individuais levam ou não à confiança. O surgimento dos valores sociais é oriundo das associações voluntárias entre indivíduos (redes sociais) que têm por base o desenvolvimento da confiança e da reciprocidade. Após o estabelecimento de confiança e das trocas sociais vêm as normas e as obrigações pois os indivíduos agem com maior confiança naquilo que os restantes farão. O capital social é um elemento fundamental para a constituição do desenvolvimento das comunidades. O capital social refere-se às conexões entre indivíduos – redes sociais e normas de reciprocidade e de confiança que delas emergem. O capital social surge em diversos contextos como a família alargada, a catequese, os colegas de futebol, os companheiros de dormitório na universidade, as organizações cívicas, os grupos de *chat* na internet, a rede de contactos profissional (Recuero, 2006: 82-83).

Bertolini e Bravo partem da definição de Coleman e tentam agrupar o conceito de capital social que resultou em cinco categorias: relacional (que compreende a soma das relações de uma determinada rede), normativo (que compreende as normas do comportamento e valores de um determinado grupo), cognitivo (que compreende a soma do conhecimento e das informações de um determinado grupo), confiança no ambiente social (que compreende a confiança no comportamento dos indivíduos desse grupo), e institucional (que inclui as

instituições formais e informais onde o nível de cooperação e coordenação é bastante elevado) (Recuero, 2006: 88-89).

Kavanaugh refere, segundo Recuero (2006), que com a globalização, a participação em redes sociais e associações voluntárias é mais dinâmica e negociada, pois é baseada em troca de custos e benefícios. O investimento de tempo e energia nas relações sociais com os indivíduos e grupos é baseada na esperança de retorno em termos de benefícios directos ou indirectos. A reciprocidade é fundamental para o funcionamento das trocas sociais nas comunidades. Sem a reciprocidade os laços dentro da comunidade são enfraquecidos e acabam por perder parte do seu capital social (Recuero, 2006:139).

O termo capital social como a capacidade dos actores garantirem benefícios em virtude da pertença a redes sociais ou a outras estruturas sociais é usado como uma das definições deste conceito. São os actores (pessoas, grupos, instituições) e as suas ligações/conexões que constituem as redes sociais. Contudo, pode existir efeitos negativos no capital social, pois poderá existir um fechamento do grupo levando ao impedimento da tomada de iniciativa individual, reduzindo as expectativas pessoais – como no caso é salientado em diversos estudos sobre comunidades e minorias étnicas. Portes não vê só as vantagens do capital social, discutindo também os efeitos negativos que estes podem ter dentro das redes (Portes, 2000: 137).

2.4 – Dádiva: um outro termo para solidariedade

Ser solidário não é só prestar ajuda, uma vez que também implica um compromisso com aquele a quem se oferece a sua solidariedade.

A solidariedade é exercida sem discriminação de sexo, raça, nacionalidade, religião ou afiliação política. A única finalidade da solidariedade é ajudar o indivíduo necessitado.

O tema da ajuda/solidariedade/reciprocidade é abordado por autores como Marcel Mauss, Marshal Sahlins e Adolfo Casal, através do conceito de dádiva e reciprocidade. Este fenómeno é característico em diversas comunidades, pois o dar e receber fortalece as relações sociais entre os indivíduos ou grupos.

Marcel Mauss escreveu sobre as reflexões clássicas sobre o conceito de dádiva, trocas regidas pelo princípio básico da reciprocidade, através dos quais se fundamentam, relacionalmente, o social e o próprio humano. Em 1925 Mauss estudou a importância da dádiva, baseando-se numa pesquisa de sociedades que ele designou de sociedades arcaicas. Estas relações sociais e obrigações a partir da troca de presentes formam um padrão que nos

permite perceber as relações de troca noutros mundos sociais. As obrigações de dar e receber, criadas aquando estas trocas, e a base social que eles criam, são aspectos vitais da vida moderna comum. São os grupos e não os indivíduos que fazem a troca, pois a dádiva não se resume apenas a transações entre dois indivíduos isolados, antes ligando duas comunidades, mas que nas sociedades arcaicas para além da dádiva material, também é possível ver a dádiva na amabilidade, nos festins, nos ritos, nos serviços militares, nas mulheres, nas crianças, nas danças, nas festas, nas feiras, cujo mercado não é senão um dos seus momentos e em que a circulação das riquezas mais não é do que um dos termos de contrato muito mais geral e muito mais permanente (Mauss, 1988: 141).

Existem três tipos de obrigações relativamente à troca de dádivas: obrigação de retribuir, obrigação de dar e a obrigação de receber. A recusa do dar é o mesmo que a recusa de receber, podendo levar a contendas.

“Recusar-se a dar, negligenciar o convite, como recusar a receber, equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão. Depois, dá-se porque se é forçado a isso, porque o donatário tem uma espécie de direito sobre tudo o que pertence ao doador” (Mauss, 1988: 68)

Estas obrigações estão muitas vezes ligadas à honra, ao status e à amizade. A comunidade providencia um suporte social através de obrigação de dar, de receber e de retribuir. Mas a ajuda carrega consigo o fardo da obrigação.

A literatura sobre a dádiva costuma contrapor este tema à troca mercantil. Enquanto na troca mercantil existe uma negociação entre a quantidade e a qualidade dos objectos que se negociam; a dádiva contrasta por não existir uma fixação da quantidade e qualidade das prestações, mas sim por ser um código implícito de honra e generosidade que penaliza socialmente aqueles que não a cumprem.

Foi Marcel Mauss que decompôs o processo de reciprocidade: a obrigação de dar em primeiro lugar, e a obrigação de receber de volta. De uma maneira geral, a reciprocidade acaba por estar associada à generosidade (Sahlins, 1972: 307).

Marshal Sahlins refere que a dádiva não é algo que organize as sociedades no sentido corporativo mas sim num sentido segmentário. Ou seja, a reciprocidade é uma relação intermédia que pode estabelecer relações solidárias, visto que tanto a assistência como os bens

acabam por ser para benefício mútuo, levando a que haja um aumento de sociabilidade entre ambas as partes (Sahlins, 1972: 170; 189).

A relação entre indivíduos está sempre qualificada em torno das qualidades da própria sociedade. A mesma está concebida em torno do equilíbrio da ajuda mútua, de uma reciprocidade contínua. Contudo no que toca aos bens materiais, a relação não pode ser tão recíproca como generosa, já que a troca de um bem por outro equivalente, nem sempre é possível (Sahlins, 1972: 134).

A reciprocidade é uma classe de trocas, feita de uma maneira contínua. Isto aplica-se principalmente num contexto, não tanto de transações materiais, mas principalmente num princípio social e moral de dar e receber, onde muitas vezes a simpatia, amizade ou por serem simplesmente vizinhos, dá azo à oferta de algo sem o objectivo de querer algo em troca. Existe, no entanto, quem dê algo apenas na esperança de depois poder vir a receber algo de volta da pessoa em questão, numa acção de puro e simples interesse, a denominada reciprocidade negativa (Sahlins, 1972: 191).

Contudo, a reciprocidade equilibrada refere-se à troca directa, ou seja, recebe-se o mesmo que se dá (Sahlins, 1972: 194). A reciprocidade raramente compreende a troca directa e precisa, do mesmo valor entre ambas as partes. Os bens podem ser parecidos mas movem-se sempre de parte para parte, em proporções diferentes, especialmente quando se fala nas trocas mais vulgares, nas trocas do dia-a-dia (Sahlins, 1972: 278).

Para Adolfo Casal, existem quatro divisões de dádivas ou ajudas; em primeiro lugar no seio das famílias, em segundo lugar nos agrupamentos de amizade, em terceiro lugar nas empresas e nas instituições do Estado e em quarto lugar a desconhecidos. Os laços de entreatajuda vão alargando pois partem de um núcleo mais pequeno (famílias) para um grupo maior (caridade a desconhecidos). Os grupos com base mutualista situam-se na segunda divisão, a da amizade (Casal, 2005: 14).

Porém, o dom gratuito não existe. Este serve para estabelecer relações. Mas o dom não se reduz à expectativa de retribuição. O interesse, o desinteresse e a obrigação alimentam a dádiva e o vínculo social que ela estabelece. A regra é a reciprocidade. Ao aceitar uma dádiva o receptor passa a ter obrigações para com o dador. O dom e o contra-dom é estabelecido entre o dador e o receptor formando uma relação. O dom não é uma coisa mas uma relação social.

2.5 – Os tipos de ajuda: os cinco tipos de ajuda e a ajuda formal e informal

A dádiva é traduzida na ajuda que os indivíduos dão ou recebem. Foi realizado um estudo, por Wellman e Wortley em 1990, através de inquéritos e entrevistas em York (Toronto) em que foi analisado o tipo de ajuda que as comunidades prestam e que tipo de ajuda é essa. Foi através deste trabalho que foi reunida informação sobre as redes sociais, que tipo de ajuda social recebiam através dos laços sociais. Nesta investigação foi agrupada a ajuda em cinco tipos: ajuda emocional (dar conselhos); pequenos serviços (emprestar arroz, leite); grandes serviços (tomar conta de crianças, ajudar com reparações em casa); ajuda financeira (emprestar ou dar dinheiro); e companheirismo (falar e discutir assuntos em conjunto).

Para descobrir que tipo de ajuda cada actor social prestava, os actores foram divididos em várias categorias – tios, sobrinhos, vizinhos, pais, etc. Para melhor compreender estas relações, foi categorizadas as relações entre cada actor social, dividindo-os em laços fortes e fracos que chegaram à conclusão que os tipos de ajuda providenciados estão mais relacionados com as características das relações do que com as características dos membros da rede. Por exemplo, os laços fortes providenciam ajuda emocional, pequenos serviços e companheirismos; os pais trocam ajuda financeira, emocional e pequenos e grandes serviços. Laços físicos, de proximidade, providenciam pequenos e grandes serviços. Foi concluído neste trabalho que poucos laços fortes acabam por providenciar a maioria das ajudas prestadas na comunidade (Giuffre, 2013: 54-55-61).

A proximidade nem sempre é um elemento de uma maior ajuda social. Pequenas ajudas (pequenos e grandes serviços) podem ser prestados pelos actores sociais mais próximos. Enquanto a ajuda emocional e financeira pode ser dada à distância.

O meio urbano possibilita uma maior rede de ajuda entre os actores sociais; contudo, essa ajuda não é imediata. São os laços entre pais e filhos que providenciam mais ajuda. Nestas relações são prestadas todos os tipos de ajuda. O meio urbano pode ter reduzido a ajuda prestada dentro da família, mas ainda assim, não retira os laços existentes entre os seus membros.

As formas de socialização são feitas por indivíduos que estão ligados entre si através de relações (nós). A temática da troca considera-se como uma forma de interação através da qual a sociedade é formada (laços). Religião, economia e política são dimensões baseadas na troca. A troca é a mais pura e mais concentrada interação humana. Os círculos sociais são eles próprios formados através destas interações, nós estamos ligados através da troca. A

sociedade é o resultado destas trocas/interações. A sociabilidade é uma forma lúdica, sem quaisquer propósitos, interesses ou objectivos para além da interação em si mesma. É através da conversação que os participantes mantêm o vínculo social entre eles. As acções de reciprocidade consciente entre os indivíduos é uma forma evidente de sociabilização. A sociedade significa uma rede empírica de relações humanas, num dado tempo e espaço (Giuffre, 2013: 4-5; Frúgoli, 2007: 36).

Outra divisão do tipo de ajuda é a distinção entre apoio formal e informal. Para Bulmer, o apoio formal é aquele em que a assistência é prestada por agências burocraticamente estruturadas, sendo efectuado por profissionais, enquanto o apoio informal é aquele que é prestado por ligações de afecto, como é o caso do apoio prestado pelos parentes, amigos e vizinhos; não tem carácter obrigatório como na formal, e não é um trabalho remunerado. Na maioria dos casos é a família o principal prestador de apoio, mas os vizinhos e amigos desempenham também papéis com bastante relevo; este autor acrescenta ainda que a proximidade é fundamental para a ajuda de vizinhança (Silva, 2012: 6).

CAPÍTULO III

A COMUNIDADE ISLÂMICA EM PORTUGAL

3.1 – Guineenses e indo-moçambicanos hoje: migrações e sociedade civil

Com o processo de descolonização que se iniciou na sequência do 25 de Abril de 1974 verificou-se um maior fluxo migratório proveniente das ex-colónias, devido, em parte, pelas mudanças do poder político, mudanças no novo regime económico e pelas guerras civis. Ao chegar a Portugal, os imigrantes constituíram associações que representassem os seus ideais. A Comunidade Islâmica de Lisboa representa os muçulmanos vindos de diversos países, com grande destaque para os imigrantes vindos da Guiné-Bissau e de Moçambique. As comunidades intensificam as redes sociais que dão apoio aos indivíduos que fazem parte delas.

3.1.1 – O aparecimento das primeiras comunidades indo-moçambicanas e a chegada dos guineenses a Portugal

Quando se deu a independência de Moçambique e devido às várias transformações – económicas, políticas e sociais – muitos dos indo-moçambicanos, já com nacionalidade portuguesa, mudaram-se para Portugal¹⁴.

Moravam em Portugal pequenos grupos de estudantes indo-moçambicanos e guineenses que se tinham mudado anos antes, principalmente entre a década de 50 e 60. Mas foi sobretudo após a década de 80 que o fluxo migratório aumentou.

“A velha Metrópole surgia como o destino privilegiado para estes guineenses impelidos a abandonar o território até então sob domínio português. As expectativas de conservação dos direitos adquiridos, a possibilidade de apoio institucional e/ou familiar e as condições de regresso já criadas por alguns foram os motivos que dominam o sentido da atracção migratória. Este movimento migratório de 1974, embora se incluía no movimento de *retorno* das ex-províncias ultramarinas, possui características que o tornam num padrão distinto. O volume da população repatriada e refugiada foi reduzido, e o momento da migração foi ponderado e o abandono do território

¹⁴ Porém, é de realçar que os indo-moçambicanos que fazem parte do objecto de estudo são muçulmanos, visto que este é apenas um dos grupos de origem indiana proveniente de Moçambique, existindo outros grupos como os hindus e os goeses.

processou-se de forma mais ou menos organizada e a um ritmo gradual, atenuando-lhe o carácter de êxodo do tipo de migração forçada” (Quintino, 2004: 98).

Com a instabilidade político-militar na Guiné-Bissau, a população guineense na Área Metropolitana de Lisboa Norte (AML-N)¹⁵, aumentou na década de 1990. As grandes obras que estavam no horizonte (como a Expo’98, a Ponte Vasco da Gama ou o Euro 2004) necessitavam de um grande volume de mão-de-obra. Os homens guineenses procuravam trabalho na área da construção civil devido às suas baixas qualificações.

Contudo, com a crise que se fez sentir a partir de 2010, a área da construção civil abrandou ficando muitas obras por realizar ou semi-paradas, levando ao despedimento de muitos desses trabalhadores, ficando, em muitos casos, sem sustento para a família que já se encontrava em Portugal.

Actualmente, com cerca de 20 a 25 mil pessoas¹⁶ a comunidade muçulmana espalhada por toda a AML pode usufruir de locais de culto mais perto das suas residências¹⁷ e locais de trabalho, por isso locais como garagens, lojas e pequenos apartamentos são adaptados pois estão situadas no seio das comunidades.

3.1.2 – A população estrangeira residente em Portugal em números

Entre 1991 e 2001 houve um crescimento significativo dos imigrantes oriundos da Guiné-Bissau (Quadro 1.1). Ao contrário da última década (que teve uma taxa de variação negativa de 1,21%)¹⁸, a década de 1991-2001 teve um aumento de cerca de 400%. Foi sobretudo na década de 90 que se verificou um período de maior fluxo migratório vindo da Guiné-Bissau. No caso de Moçambique, têm ocorrido flutuações nas últimas décadas, e tal como na Guiné-Bissau, Moçambique também registou um decréscimo da população que imigra para Portugal a partir de 2001.

¹⁵ Designada também por Grande Lisboa.

¹⁶ Estimativas da Comunidade Islâmica e de Investigadores que trabalham no terreno, sendo estes valores aproximados.

¹⁷ Existem locais de oração espalhados por toda a AML. Algumas destas salas já existem desde as décadas 80/90. Ver anexo A.

¹⁸ Este decréscimo não significa necessariamente uma redução efectiva do número de residentes naturais da Guiné-Bissau ou o aumento dos regressos ao país de origem ou a ida para outro país. A alteração da Lei da Nacionalidade Portuguesa ocorrida em 2007 facilitou a obtenção deste estatuto por parte dos estrangeiros residentes, tendo vários imigrantes, entre eles guineenses, efectuado este procedimento.

Quadro 1.1 – População estrangeira residente em Portugal¹⁹

	1981	1991	2001	2011
Guiné-Bissau	1 126	3 162	15 824	15 632
Moçambique	4 425	3 186	4 685	3 515

Fonte: Censos de 1981, 1991, 2001, 2011

Nos Censos de 1960 apenas havia três respostas para a pergunta sobre Religião: *Católicos, De outras religiões, Sem religião*. Nos Censos de 1970 não existe a pergunta sobre a Religião. Estas duas décadas coincidem com a chegada dos primeiros muçulmanos a Portugal.

Entre 1981 e 2001 (quadro 1.2) a população muçulmana aumentou não só devido às novas migrações como também à reunificação familiar e à constituição de novas famílias. Este crescimento continuou a verificar-se em 2011. Entre 1981 e 2011, houve um crescimento médio, de cerca de 12,5% ao ano.

Quadro 1.2 – População muçulmana e número de locais de culto em Portugal de 1960 a 2011

	1960	1970	1981	1991 ²⁰	2001 ²¹	2011 ²²
População Muçulmana	-	-	4 335	9 159	12 014	20 640
Nº de Locais de Culto²³	0	1	5	20	-	35
% de muçulmanos face à população portuguesa	-	-	0,06	0,11	0,14	0,23

Fonte: Censos de 1981, 1991, 2001 e 2011. Kettani (1996:19), CIL

Quanto às estimativas realizadas por outros investigadores sobre a população muçulmana, os dados são bastante díspares em relação aos números censitários (quadro 1.3). Segundo Mapril, entre 1968 e 1979 residiam em Portugal entre 4 000 e 6 000 muçulmanos, aumentando este número para os 15 000 em 1985 (Mapril, 2005: 853) Dez anos depois, em

¹⁹ Estes valores não correspondem apenas à população muçulmana oriunda destes países, incluindo também população imigrante não-muçulmana. Não estão também incluídos dados de pessoas oriundas da Guiné-Bissau e de Moçambique com nacionalidade portuguesa.

²⁰ População residente com 12 anos ou mais, segundo a resposta à pergunta sobre religião.

²¹ População residente com 15 anos ou mais, segundo a resposta à pergunta sobre religião.

²² População residente com 15 anos ou mais, segundo a resposta à pergunta sobre religião.

²³ Kettani (1996: 19) para os anos de 1960, 1971, 1981 e 1991; CIL para o ano 2011.

1995, já residiam em Portugal cerca de 30 000 muçulmanos (Kettani, 1996: 15) de diversas origens: indo-moçambicanos, guineenses, paquistaneses, bangladeshianos, magrebinos entre outros; em 2010 o valor já ascendia para os 40 000 (Lopes, 2010: 221).

Entre 1968 até 2010 a população muçulmana cresceu cerca de 1000%, apontando para um crescimento médio anual de cerca de 21,4%. Entre 2005 e 2010 a taxa de crescimento médio anual foi apenas de 6,67%, enquanto nos anos em que se verificou um maior fluxo migratório (1979-2005) a taxa de crescimento médio anual rondava os 10%. O crescimento mais lento verificado a partir de 2005 deveu-se à retração do mercado de trabalho em Portugal que terá contribuído para um menor registo de chegada de novos imigrantes de países com uma grande percentagem de população muçulmana, oriundos da Guiné-Bissau, Paquistão ou Bangladesh.

Com dados censitários e estimativas de investigadores tão díspares não é possível saber qual o número mais aproximado de muçulmanos em Portugal, apenas que se situam entre os 20 000 e os 40 000.

Quadro 1.3 – Dados da população muçulmana (estimativa de outros investigadores) de 1968 a 2010

	1968	1979	1985	1995	2010
Estimativa da População Muçulmana	4 000	6 000	15 000	30 000	40 000
Taxa de crescimento médio anual %	4,55	9,38	10	6,67	

Fonte: *Mapril* (2005: 853); *Kettani* (1996: 15); *site da CIL disponível em*

http://www.comunidadeislamica.pt/02b.php?nivel_1=2&nivel_2=22.

O número de mesquitas e salas de culto islâmicas tem aumentado desde 1960 até aos dias de hoje. Não é possível dizer em concreto quantos locais de culto existem em Portugal pois podem existir alguns que não estejam identificados²⁴. Segundo o *site* da Comunidade Islâmica em Portugal²⁵ existiam 35 locais de oração em Portugal em 2011, tendo ocorrido um aumento substancial destes locais a partir da década de 1990 (Quadro 1.2). A localização dos

²⁴ Apesar de não haver referências a outros locais a própria Comunidade pondera a existência de outros locais que não tenha conhecimento.

²⁵ Em Setembro de 2014 o *site* da Comunidade Islâmica de Lisboa sofreu um ataque hacker que difundia uma mensagem do Estado Islâmico. A Direcção decidiu então desactivar todo o *site*.

locais de culto é um indicador indirecto do aumento da população muçulmana e dos locais onde esta população mais se concentra.

3.2 – A Sociedade Civil

Com a comunidade muçulmana a aumentar, a criação de associações de e para imigrantes foi crescendo logo desde a década de 80. Nesta década existiam 13 associações; contudo, números mais recentes apontam para um total de 42 associações em 2002 (Albuquerque, 2002: 374) e 51 em 2007 (Carreiro, 2007: 10). Estas associações concentravam-se, na sua maioria, na AML. A Federação das Associações Guineenses em Portugal (FAGP) reconheceu, até 2002, 35 associações, sendo que 22 apresentavam um carácter étnico e, entre essas, 20 eram identificados como manjacos muçulmanos (Có, 2004:12). Mas desde o início que se verificou diferentes níveis de associativismo, existindo associações, federações e redes sociais. Por associação entende-se todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou actividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista partilhar os benefícios da cooperação ou defender causas e interesses (Meister, 1972: 16-17). Por federação entende-se uma associação que reúne outras da mesma espécie ou finalidade (sindicatos, corporações, associações, etc.) para regular e promover objectivos comuns.

Contudo, estas associações/redes não podem ser entendidas só como um meio para a integração dos migrantes. Elas funcionam, também, como um meio de preservar a herança cultural ou de preservar a própria identidade étnica (Albuquerque, 2000: 17).

As associações são importantes a vários níveis, com destaque para as redes constituídas nas áreas de residência. Por isso existe necessidade da criação de órgãos associativos legalizados. Existem inúmeras associações viradas para os imigrantes guineenses: Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO); Associação Unida dos Emigrantes da Guiné-Bissau em Portugal; Associação dos Muçulmanos Naturais da Guiné-Bissau (AMNGB), Associação dos Naturais do Pelundo Residentes em Portugal; Associação Coligativa Bissau Biombo e Amigos (ACBBA).

3.2.1 – Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO)

A Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO) situa-se em Chelas (Marvila, Lisboa) e foi fundada a 17 de Fevereiro de 1987. Tem como objectivo principal proporcionar o bem-estar da comunidade guineense residente em Portugal, assim como

defender os seus interesses, principalmente no que diz respeito à mitigação da precaridade dos muitos trabalhadores que começaram a chegar nessa década. A AGUINENSO procura também ajudar a Guiné-Bissau, através dos projectos de iniciativa individual e por associação com outras organizações portuguesas.

Um ano após a sua fundação, a AGUINENSO, através de uma comissão, entrou em conversações com o Governo Português com o intuito de encontrar uma solução para a questão da legislação dos imigrantes. Em 1992 surgiu a primeira lei da legalização extraordinária; contudo, esta associação já tinha conseguido apoiar a legalização de muitos imigrantes guineenses através das boas relações que tinha com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Em 1992 esta associação desenvolvia vários projectos, entre os quais:

“cursos de formação profissional para jovens africanos; distribuição mensal de géneros alimentícios a cerca de 270 famílias; a existência de três casas de acolhimento de emergências, com direito a estadia máxima de seis meses; o encaminhamento dos necessitados para organizações portuguesas de apoio social, desde as autarquias à Santa Casa da Misericórdia; e o fornecimento de apoio jurídico e médico permanente” (Harouna, 1992: 65)

Entre 1993 e 1994, um dos cursos oferecidos foi o de alfabetização tendo 48 participantes. O objectivo deste curso era formar agentes educativos para estes alfabetizarem grupos de guineenses, contendo no seu programa a história e cultura da Guiné-Bissau. Apesar de ser uma iniciativa importante para a comunidade guineense, pois com uma maior literacia seriam mais facilmente absorvidos no mercado de trabalho, esta iniciativa não teve continuidade por falta de financiamento e os formandos não foram aproveitados, desempenhando outros trabalhos que nada tinham a ver com o da formação (Albuquerque, 2000: 46).

Actualmente a *Rede das Cidades Digitais* é um projecto que envolve cinco associações – AGUINENSO, Associação Cabo-Verdiana, Associação Unidos de Cabo Verde, Associação Morna e Associação Cabo-verdiana de Setúbal – que consiste na criação de um pólo informático para facultar à comunidade instrumentos para que esta tenha acesso aos novos meios de comunicação.

A AGUINENSO é uma associação sem fins lucrativos que conseguiu ter acesso a fundos financeiros do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (devido á obtenção

do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social) que permite ajudar os membros da comunidade guineense e de imigrantes da europa central e de leste (CÓ, 2004: 10). Tendo-se vocacionado para o desenvolvimento humano e social de todos os residentes do bairro em que se insere (Chelas Zona J), a AGUINENSO alargou o âmbito de actuação, incorporando nas suas actividades uma colaboração com outras nacionalidades (Quintino, 2010: 87).

3.2.2 – Associação dos Muçulmanos Naturais da Guiné-Bissau (AMNGB)

Esta associação sita na Mesquita Central de Lisboa e foi fundada por guineenses da CIL em 1979; contudo, a oficialização perante o Governo Português só se concretizou a 13 de Julho de 1990²⁶. O primeiro presidente desta associação foi Saydu Baldé, que exerceu este cargo durante treze anos – 1979 a 1992. Actualmente a presidência está a cargo de Alejo Manso²⁷.

Até á data da criação desta associação, se os guineenses quisessem organizar convívios com alguma dimensão (festas e almoços/jantares com muitas pessoas) não tinham um espaço para o fazer.

“[...] alugávamos um recinto. Como sabe nós temos uma maneira de estar e de ser totalmente diferente dos nossos irmãos indianos, porque eles têm uma certa tradição e costumes diferentes da malta africana. [...] Essa é a principal razão que nos levou a fundar a Associação dos Muçulmanos Naturais da Guiné-Bissau” (Saydu Baldé, ex-presidente da AMNGB).

Os objectivos principais desta associação

“de acordo com Ibrahim Biai, seu coordenador-geral, entre as múltiplas funções que desempenha contam-se três fundamentais, a saber, a) preservar e transmitir às gerações vindouras os usos e costumes; b) aglutinar todos os muçulmanos africanos, sobretudo guineenses, residentes em Portugal; c) exercer uma função filantrópica; exemplos desta última função são a possibilidade de um associado necessitado contrair empréstimos à

²⁶ Aquando a pesquisa levada a cabo por Amadou Dieng Harouna, esta associação ainda não tinha sido reconhecida pela CIL (Harouna, 1992: 54).

²⁷ Durante este trabalho não foi possível falar com o presidente. Contudo, a informação foi facultada por Saydu Baldé.

associação dentro das condições financeiras disponíveis, a concessão de ajudas na doença e o pagamento integral das despesas funerárias” (Harouna, 1992: 60-61).

Contudo, para cumprir o ponto c) é necessário que exista algum tipo de financiamento. Quintino refere que esta associação financia-se através de quotas (Quintino, 2004: 348). Segundo Saydu Baldé, qualquer africano pode ser sócio desta associação – tendo mais de 400 associados – basta pagar a jóia inicial e a cota de 2,50 euros mensais. Porém, os dirigentes da AMNGB não se estruturaram de forma a serem completamente autónomos da CIL. Quando um associado pede ajuda à associação, esta encaminha-o para a CIL, nomeadamente para Comissão *Zakat* e Comissão Assuntos Funerários, dependendo do caso.

“[...] recorrem aos serviços da CIL, designadamente a Mesquita Central de Lisboa, que apropriam para os tempos de oração colectiva e para os serviços funerários e de enterramento no cemitério de Odivelas, e a Comissão *Zakat* para beneficiarem dos subsídios atribuídos aos mãos necessitados” (Quintino, 2004: 348).

3.2.3 – Associação de Filhos e Amigos de Bula da Diáspora (AFABD)

A Associação de Filhos e Amigos de Bula da Diáspora tem a sua génese na década de 90. Após vários anos, a 11 de Abril de 2013, a AFABD foi registada no cartório sendo assim oficializada perante o Governo Português.

Os seus principais objectivos são o desenvolvimento da cooperação e da solidariedade entre os seus associados em caso de doença e morte; defender e promover os direitos e os interesses dos imigrantes e seus descendentes em tudo o que respeite à sua valorização, de modo a permitir a sua plena integração e inserção; defender e promover os direitos e interesses dos imigrantes e seus descendentes visando a melhoria das suas condições de vida; promover e estimular as capacidades próprias, culturais e sociais das comunidades imigrantes e seus descendentes; estabelecer intercâmbios com associações congéneres estrangeiras ou promover acções comuns de informação ou formação.

Indo de encontro aos objectivos, estão algumas actividades a que esta associação se propõe, tais como: organização de grupos de trabalho para investigação sobre questões relacionadas com imigrantes; organização de encontros, colóquios, conferências e seminários; acções de formação para imigrantes; promoção da cultura artística dos imigrantes, incentivando a criação de agrupamentos de danças e cantares que executem preferencialmente

obras dos países de origem; incrementação de cursos de formação profissional e outras iniciativas; promoção de actividades desportivas.

Para cumprirem os objectivos a que se propõe, esta associação optou por parcerias com várias instituições. Para o ano de 2013, tinham sido agendadas acções de formação em parceria com o Gabinete de Apoio ao Movimento de Associativismo destinadas aos dirigentes da AFABD – nomeadamente elaboração de planos de actividades, orçamentos e relatórios de actividades e contas; planeamento e gestão de projectos; técnicas de comunicação e abordagem aos órgãos sociais das associações –, para um melhor funcionamento da associação. Outra das parcerias, desta vez com a ESC – Engenharia e Sistemas de Computação, centrava-se na realização de um Curso de Informática (MS Word, MS Excel e Internet) na óptica do utilizador. Para além das parcerias referidas anteriormente, existem também ligações à Associação dos Naturais e Amigos de Região de Cacheu, à Junta de Freguesia da Falagueira e à Junta de Freguesia de Massamá que também fazem parte desta rede que tem com o intuito melhorar as condições e integrar a comunidade guineense. Esta associação pretende também criar laços com as ONGD's e outras associações que tenham objectivos em comum com a AFABD, não só a nível nacional como internacional.

A festa anual, sendo um dia importante para a comunidade e para a AFABD, é o dia 13 de Junho, pois Santo António é padroeiro da cidade de Bula. Festejado no concelho da Amadora, este dia é assinalado com diversas actividades como o desfile de trajes africanos e mostra de gastronomia.

Apesar de esta não ser uma associação exclusiva para [guineenses] muçulmanos como a AMNGB, acaba por abranger essa população pois dentro da comunidade guineense, muitas vezes, não existe segregação de pessoas de diferentes religiões, estando unidos sobretudo pelos laços geográficos e culturais, e não pelos religiosos.

Esta associação, tal como as anteriores e muitas outras espalhadas pela AML, têm como objectivo principal a integração e melhoria das condições de vida da comunidade guineense, formando redes (in)formais entre os seus associados.

3.3 – A CIL e os sistemas de ajuda

3.3.1 – Breve história da CIL

Uma parte significativa dos indo-moçambicanos pertencente à classe média, com boas capacidades económicas, sociais e intelectuais constitui uma elite que ajudou à integração em profissões de alto nível, assim como os amigos íntimos que faziam entre a elite portuguesa.

Tudo isto fez com que fosse possível a construção de uma infraestrutura que abarcasse tanto a religião como a cultura que esses migrantes traziam consigo. Muitos muçulmanos de origem indiana tinham sido comerciantes ou exerciam cargos importantes em sectores de actividade como a banca e essa situação manteve-se ao deslocarem-se para Portugal. Essa é a razão principal pela qual a Direcção da Comunidade Islâmica de Lisboa fosse – e ainda é – maioritariamente de origem indo-moçambicana.

A Comunidade Islâmica de Lisboa, uma associação sem fins lucrativos, foi constituída a 6 de Abril de 1968 – tendo até a essa data cerca 25 a 30 membros²⁸ – a sua sede, a Mesquita Central de Lisboa, foi inaugurada apenas a 29 de Março de 1985. A criação da Comunidade Islâmica de Lisboa está ligada ao percurso de um dos seus fundadores: Suleiman Valy Mamede²⁹. Chegado a Lisboa em 1953, tornou-se uma pessoa importante, tanto na sociedade portuguesa, como no seio da própria comunidade muçulmana, sendo conhecido como “O Pai da Mesquita” (Tiesler, 2000: 126). Juntando-se a outros muçulmanos e não-muçulmanos, conseguiu – após algum tempo – fundar a Comunidade Islâmica de Lisboa, tornando a Mesquita Central de Lisboa um local fundamental. É a CIL que faz a ponte entre a sociedade portuguesa e os muçulmanos residentes em Portugal, tal como é ela que transmite várias informações às outras Mesquitas e salas de culto, como por exemplo, os horários das orações e anuncia o início e o fim do mês de Ramadão.

Antes da criação da CIL, os muçulmanos residentes em Portugal podiam juntar-se para fazer a *juma* e festejar os *Id's* noutros espaços. No início, a cave da casa do embaixador do Egipto servia como sala de oração para os muçulmanos, principalmente os oriundos de Moçambique e do Magrebe (Vakil, 2004: 302-303). Abdool Karim Vakil³⁰, numa entrevista à *Expresso Revista* referiu que “quando era ocasião de festas, o Ramadão por exemplo, andávamos à procura de outros muçulmanos para fazer connosco as orações. (*Expresso Revista*, 11-03-1989).” (Tiesler, 2000: 126). Para colmatar a falta de um local para fazer a

²⁸ Tiesler (2000) refere que existiam cerca de 25 a 30 membros à data da criação da CIL, enquanto Lopes (2010) refere que eram cerca de 100.

²⁹ Suleiman Valy Mamede também foi também Director da revista *O Islão* (desta revista saíram 41 números – de Agosto de 1963 a Agosto de 1968) e da revista que a veio substituir, a *Al-Furqan*. Esta revista foi criada para divulgação dentro da comunidade, sob a alçada da Comissão Cultural da CIL, foi desvinculada a partir de 1982 e é agora dirigida por M. Youssuf M. Adamgy.

³⁰ Presidente da CIL desde 1988, esteve desde o início na criação da CIL, é sócio fundador, e desempenha um papel importante dentro da comunidade portuguesa e muçulmana, estando ligado a altos cargos dirigentes.

juma enquanto a Mesquita Central não estava construída, foi-lhes cedido um Palácio, na Travessa do Abarracamento de Peniche ao Príncipe Real (inaugurada em Junho de 1979). Entretanto, noutros locais, eram inauguradas outras Mesquitas³¹: a Mesquita do Laranjeiro/Comunidade Islâmica do Sul do Tejo em 1982³² e a Sala de Culto de Odivelas no ano seguinte.

3.3.2 – Os sistemas de ajuda

Os dirigentes da CIL criaram diversas comissões à medida que se iam apercebendo que era necessário haver um elo de ligação entre a CIL e os seus fiéis, tornando as comissões fundamentais para o seu bom financiamento. Todas as comissões foram criadas para que a CIL tivesse um melhor funcionamento, pois cada uma actua numa área e dessa forma as comissões oferecem à comunidade serviços de informação, esclarecimento ou entretenimento. Existem várias comissões mas apenas seis se destacam no âmbito da ajuda. Contudo, não foi possível obter dados mais actualizados³³ pois estes são os únicos disponíveis online e nunca houve resposta quando solicitados aos dirigentes da CIL.

A **Comissão de Obras** tinha, para o ano 2011, vários trabalhos a realizar, desde pequenas obras (como por exemplo a reformulação da caixa de donativos da sala de oração das mulheres) a empreitadas de maior dimensão, como a instalação de painéis solares para aquecimento de águas ou o acabamento das caves³⁴.

A **Comissão de Gestão de Património** tem como objectivo principal zelar pelos bens materiais da Mesquita Central, assim como a sua segurança e a dos seus crentes.

³¹ Neste trabalho não haverá uma diferenciação entre mesquitas, salas de oração e lugares de culto. A função destas salas de culto é ficar mais perto dos seus crentes para que estes tenham uma maior facilidade em se deslocarem a esses locais para realizar as suas orações. Contudo, a grande maioria das salas de oração, lugares de culto e até mesquitas – que podemos ver no anexo A – foram adaptadas com excepção da Mesquita Central de Lisboa, isto é, esses locais já existiam, fossem eles apartamentos, armazéns ou até mesmo garagens que foram adaptados tornando-os num local sagrado para os muçulmanos. Quanto à Mesquita Central de Lisboa, inaugurada em 1985, foi construída de raiz para esse fim.

³² Apesar de a Margem Sul do Tejo não ser alvo do nosso estudo, haverá referências a salas de oração existentes nessa área.

³³ Apenas foram disponibilizados os relatórios são de 2009 e o plano de actividades do ano 2011.

³⁴ Durante o trabalho de campo (Verão de 2012), as obras de maior envergadura ainda não se tinham concretizado.

A **Comissão do Desporto** tem várias actividades, como por exemplo Paintball, torneios de futebol, caminhadas. Estas actividades são direccionadas muitas vezes para os mais jovens, estando também incluídas na programação da CIL Jovem.

A **Comissão para a inserção de muçulmanos convertidos/revertidos** tem como missão ajudar na integração destes novos muçulmanos; aí ministram-se aulas de explicação do Alcorão, História da *Sunnah* e *Hadith*, e organização de debates para esclarecimento de dúvidas.

A **Comissão de Eventos Internos** tem como objectivo apoiar as restantes comissões da CIL, bem como outras entidades que queiram organizar eventos dentro da CIL.

A **Gestão do Site** propôs a reestruturação e manutenção do site da CIL, com a actualização dos horários das orações de várias Mesquitas (Mesquita Central de Lisboa, Mesquita Aisha Siddika (R.A.) – Odivelas, Mesquita Al-Madina – Laranjeiro, Mesquita Hazrat Bilal (R.A.) – Porto, Mesquita Muhammad (S.A.W.) – Póvoa de Santo Adrião, Mesquita Bilal – Forte da Casa, Mesquita Hamza – Sacavém) e do horário do jejum durante o mês de Ramadão, assim como actualização anual do calendário islâmico. Esta comissão propôs ainda outras actividades, como por exemplo a inserção de artigos, notícias e publicação de fotografias e ficheiros de eventos realizados, inserção de programas televisivos (*A Fé dos Homens*, *Caminhos*), entre outros. Contudo até à data da desactivação do site em Setembro de 2014, e devido ao grande volume de capital necessário para estas actualizações e reestruturações, a grande maioria destes objectivos ainda não se tinham concretizado, existindo, por exemplo, algumas fotografias de eventos, embora realizados há já alguns anos.

A **Comissão Inter-mesquita** pretende ser o elo de ligação entre as várias salas de oração. Ter actualizado um ficheiro de todos os locais de culto de Portugal e tentar reconhecer as necessidades de cada uma delas é uma das suas principais missões.

A **Comissão Hajj-Umrah** tem como finalidade aconselhar todos os muçulmanos que desejam efectuar a *Hajj* (peregrinação a Meca obrigatória para todos os crentes com possibilidades de a realizar) e a *Umrah* (peregrinação, não obrigatória, que se realiza a qualquer altura do ano, ao contrário da *Hajj*), no que se refere aos procedimentos e práticas dos mesmos.

O propósito da criação da **Comissão Ensino Religioso** é garantir o ensino do Islão (madrassa), nomeadamente do Alcorão, dos preceitos religiosos, da História Islâmica. Também ensinam a língua árabe decorrendo estas aulas às quartas-feiras à noite, podendo

qualquer pessoa (seja muçulmana ou não) participar nelas (Existem também aulas de árabe na mesquita de Odivelas.).

A **Comissão Reconciliação** tem o intuito de diminuir e prevenir conflitos que possam surgir dentro da comunidade, dando pareceres/recomendações quando solicitados.

A finalidade da **Comissão Halal** é verificar se os produtos comercializados em Portugal como “halal” cumprem os requisitos indicados na *Shariah* (lei islâmica), fazendo inspecções a talhos e restaurantes confirmando a Certidão *Halal*.

A **Comissão da “Mesquita”** tem como objectivo principal garantir a limpeza e o funcionamento da Sala de Culto.

Segundo Mohamed Abed, a **Comissão da Mulher e Criança** apesar de existir não está a funcionar regularmente. Segundo Abranches, existe uma Associação Feminina da Mesquita de Lisboa, recentemente criada em ligação com a Mesquita Central, em que as mulheres costumam reunir-se todos os sábados na mesquita central. Tem por objectivo ajudar na criação de redes de entreajuda, utilizando-se a quota mensal em caso de situações de emergência como morte, doença, ou outras situações familiares ou económicas. “[...] Pagamos quota, por mês é 1 Euro e, depois, quando acontece uma desgraça numa família, por exemplo, em nome da comissão metemos uns 50 Euros, para ajudar. Não é nada, mas... [...]. (Fatimah, 58 anos, origem indiana)” (Abranches, 2007: 186).

A **Comissão Administrativa e Financeira** tem como finalidade garantir o controlo das despesas e receitas, bem como apoiar na elaboração de orçamentos para projectos e actividades das várias comissões. Esta comissão abrange as áreas da tesouraria, finanças e contabilidade da CIL.

A **Secretaria** tem como tarefas o atendimento ao público e esclarecimento de dúvidas de muçulmanos e não-muçulmanos sempre que estiver ao seu alcance, direccionando-o para os serviços competentes caso seja necessário, fiscalizar o serviço de limpeza da Mesquita Central e, entre outros, informar mensalmente os quadros dirigentes sobre a situação financeira.

Para cada Comissão, existe um responsável: cada vice-presidente da CIL está encarregue de um pelouro. A **Comissão Sócio Cultural e Formação** está delegada a Hayder Khodairi, a **CIL Jovem** e a **Comissão Assessoria Jurídica** está a cargo de Hasina Saiyad, a **Comissões de Assuntos Funerários**, a **Comissão Iftar** e a **Comissão Zakat** ficaram entregues a Iacube Vali. Todos os coordenadores das Comissões/vice-presidentes são de origem indo-moçambicana, mostrando um maior envolvimento deste grupo.

3.3.2.1 – O Gabinete de Assessoria Jurídica

O Gabinete de Assessoria Jurídica presta serviços de carácter jurídico, emissão de pareceres técnicos, acompanhamento – do ponto de vista legal – dos casamentos civis sob forma religiosa, bem como a criação, a médio prazo, do “dia da consulta jurídica”, visando prestar apoio jurídico às classes mais desfavorecidas, entre outras funções. Hasina Saiyad explicou que esta Comissão encontra-se já a funcionar; contudo, até à data, só tinham intervindo em dois ou três casos de divórcio pois “quando são as mulheres a pedir o divórcio é muito complicado”. Através desta comissão já é possível realizar casamentos civis na Mesquita. É de realçar que todo este trabalho é feito *pro bono*. Pelo facto de existir advogados dentro da comunidade que prestam apoio jurídico quando solicitado, evita que as famílias tenham mais um encargo no seu orçamento.

3.3.2.2 – A Comissão Assuntos Funerários

A Comissão Assuntos Funerários é acionada quando alguém da comunidade morre. Tem como objectivo principal garantir que todos os muçulmanos residentes em Portugal tenham um funeral digno e de acordo com a *Shariah* (lei islâmica). Esta Comissão pretende melhorar as condições da Mesquita para que, durante o velório, a família possa ter melhores condições de permanência, assim como um melhor funcionamento da Casa Mortuária. Através desta comissão, já existem cemitérios onde as pessoas são enterradas conforme o preceito islâmico, como o cemitério do Lumiar³⁵. Esta comissão é importante dentro da comunidade pois presta apoio quando as famílias estão mais frágeis, dando-lhe um maior conforto possível.

3.3.2.3 – A Comissão Sócio Cultural e Formação

A Comissão Sócio Cultural e Formação coordena a preparação e agendamento dos programas de divulgação do Islão, como é o caso de *A Fé dos Homens* e *Caminhos*, ambos emitidos pela RTP 2 e pela Antena 1. Estes programas têm vindo a ser emitidos ao longo dos anos, sem interrupções e os temas abordados são por vezes sugeridos pela própria comunidade.

Esta Comissão promove também a recolha de roupas durante todo o ano e que são mais tarde distribuídas aos mais carenciados. Organiza anualmente, com a Junta de Freguesia

³⁵ Durante o ano de 2009 foram realizados 81 funerais.

de Campolide, um almoço para pessoas carenciadas no refeitório da Mesquita Central em que no fim do almoço é entregue um pequeno cabaz composto por arroz, massa, leite, atum em conserva, bolos e sumos. Nesta linha surgiu um projecto em parceria com outras comissões e com a Junta de Freguesia de Campolide, que tem como nome *Sopa para Todos*. Esta Comissão encarrega-se ainda da distribuição diária de refeições em diversas Mesquitas da AML.

Conferências e seminários – com conteúdos não só religiosos como também na área da saúde e de bem-estar social e integração dos imigrantes – são organizados por esta comissão. Os *workshops* têm como função não só a aprendizagem, como também um momento de convívio para os mais idosos. Estes *workshops* abrangem áreas como o apoio a idosos e acamados, costura, culinária, lavagem de corpos “Ghussal”, preparação do “Khafan” (mortalha), o modo de proceder nos funerais, e os primeiros socorros básicos.

Esta comissão trabalha a nível cultural e social, dentro da mesquita e tenta abranger não só a comunidade muçulmana como também toda a população residente na freguesia em que se insere. Como tal, as redes de solidariedade e de sociabilidade são alargadas através do convívio entre a comunidade muçulmana e a sociedade portuguesa.

3.3.2.4 – A CIL Jovem

A CIL Jovem é uma comissão composta por jovens que para além de conviverem entre si, organizam actividades para a comunidade muçulmana. Esta comissão organiza anualmente várias palestras como é o caso das *Noites do Saber* que se realizam aos sábados à noite durante o mês de Ramadão; as festas do *Id* são também organizadas pela CIL Jovem. Organizam, juntamente com a comissão *Zakat*, visitas de apoio aos mais carenciados (na freguesia de Campolide) que consiste na entrega de alimentos e, de tentarem perceber que tipo de apoio estas famílias necessitam.

Esta comissão como é constituída por jovens, acaba por atrair outros jovens, acabando por fazer com que a religião faça parte da sua vida. Para além disso, prepara-os para serem os futuros líderes da comunidade muçulmana. Contudo, é de realçar a quase inexistência de indivíduos de origem guineense pertencentes à CIL Jovem, tal como nas outras comissões.

3.3.2.5 – A Comissão Iftar

A Comissão *Iftar* tem como finalidade garantir que todos os muçulmanos tenham a possibilidade de quebrar o jejum na Mesquita Central durante o mês de Ramadão, assim como

apoiar na confecção da *Sehri*³⁶ que é distribuído após as palestras de sábado à noite durante o mês de Ramadão³⁷. Esta Comissão tem uma maior actividade durante o mês de Ramadão, estando no resto do ano, disponível para apoiar, por exemplo, no projecto *Sopa para Todos*.

Esta comissão juntamente com outras, como a comissão sócio cultural e formação e a comissão *zakat* por exemplo, aliviam as carências alimentares servindo refeições. Enquanto a quebra do jejum e a *Sehri* é destinado a indivíduos muçulmanos, outros projectos são abertos a todas as pessoas que residem na freguesia de Campolide.

Segundo informações obtidas através de Mohammed Abed, são servidas entre 700 a 750 refeições para a quebra do jejum no mês de Ramadão na Mesquita Central e ainda são distribuídas cerca de 500 refeições em cinco Mesquitas da AML – Damaia, Cacém, Amadora, Mercês/Mem-Martins e Quinta do Mocho (Sacavém).

As flutuações de receitas dependem das esmolas que cada indivíduo pode dar, segundo as suas possibilidades. Quanto às despesas, existe, em certas alturas do ano, uma maior afluência ao refeitório, contudo, não se verifica uma diferença muito significativa. A diferença entre despesa e a receita é entregue à Mesquita Central para juntar ao orçamento e poder ser aplicado noutras áreas quando necessário (como por exemplo, na ajuda do pagamento da água e da luz).

³⁶ Última refeição antes do nascer do sol.

³⁷ Mapril descreve uma das quebras de jejum a que assistiu. “No dia 15 de Outubro de 2002, fui com o Anwar fazer o *iftar* à mesquita central. Ele não gostava de quebrar o jejum na sala de orações do Martim Moniz porque o espaço era muito pequeno e para conseguir lugar era necessário chegar com muita antecedência. [...] Várias tiras de plástico estavam colocadas no chão da sala, todas paralelamente dispostas em relação à parede onde se encontra o nicho (o mihrab), onde o imam costuma fazer o sermão. Em cada uma destas havia vários pratos com tâmaras e podiam sentar-se perto de vinte pessoas, dez de cada lado. [...] À medida que acabavam de comer as tâmaras as pessoas dirigiam-se para perto do imam, dispendo-se em fila como é habitual nas orações, para fazer a salat al-mahrib (a oração realizada posteriormente ao pôr-do-sol). Enquanto isto, alguns funcionários enrolavam os plásticos e recolhiam os pratos e serviam chá e água. Acabada a oração, as pessoas dirigiam-se para o refeitório, [...] onde se servia uma refeição mais substancial de cabrito, arroz e batatas.” [...] “durante todo o *Ramadan* esta mesquita [Mesquita do Martin Moniz] organiza iftares gratuitos para todos os muçulmanos. Ao longo de todo este mês os pratos confeccionados para quebrar o jejum são o *biryani* (arroz, legumes e borrego), o *kitchuri* (arroz salteado com especiarias várias, lentilhas e carne de vaca, borrego ou galinha) ou mais simplesmente pratos feitos com *muri* (arroz tufado), grão frito e carrilado, vários legumes fritos num polme de grão e pastéis como *pecoras* (bolinhos de cebola frita) e *shingaras* (pastéis um pouco maiores que chamuças recheados com carne e legumes). Águas engarrafadas e chá são também distribuídos” (Mapril, 2008: 201-207).

3.3.2.6 – A Comissão Zakat

A Comissão *Zakat* foi fundada em 1986, funciona regularmente desde 1988 (Harouna, 1992: 55). Esta Comissão tem como objectivo garantir a gestão dos donativos oriundos da *zakat* e da *fitra*. Tem como actividades a distribuição de géneros alimentares durante o mês de Ramadão, distribuição da *fitra*, controlo e concessão de subsídios, habitação social para idosos e habitação temporária para viajantes, assim como ajudas de emergência.

Os subsídios mensais são atribuídos quando esta comissão verifica que existe essa necessidade, e abarcam o pagamento de funerais, rendas ou prestações de imóveis, medicamentos, transporte (passe social), água, luz, gás, pagamento de propinas e ainda ajuda para o regresso ao país de origem de vários imigrantes.

Apesar de em 2009 se ter verificado um aumento de pedidos devido à crise que se começou a sentir, por precaução, e devido à problemática da gripe H1N1 (gripe A) que ocorreu nesse ano, não foi realizado o atendimento e distribuição de ranchos na Mesquita Central de Lisboa durante o mês de Ramadão. A solução escolhida para ultrapassar este problema foi o envio de vales de compras para produtos de primeira necessidade, tendo sido abrangidas cerca de 800 famílias.

Segundo os dados fornecidos pelo relatório do ano de 2009 e pela Dr.^a Hasina Sayiad para os anos 2010, 2011 e 2012 (quadro 1.4) o número de pedidos das famílias tem aumentado gradualmente, tendo um aumento de cerca de 16% no último ano. Quanto ao número de ranchos distribuídos, registou-se um aumento de cerca de 4%. Para além dos ranchos distribuídos foram dados em 2012 entre 100 a 120 subsídios mensais para o pagamento ou ajuda para pagamento de rendas.

Quadro 1.4 – Total de famílias atendidas e ranchos distribuídos (2006-2012)

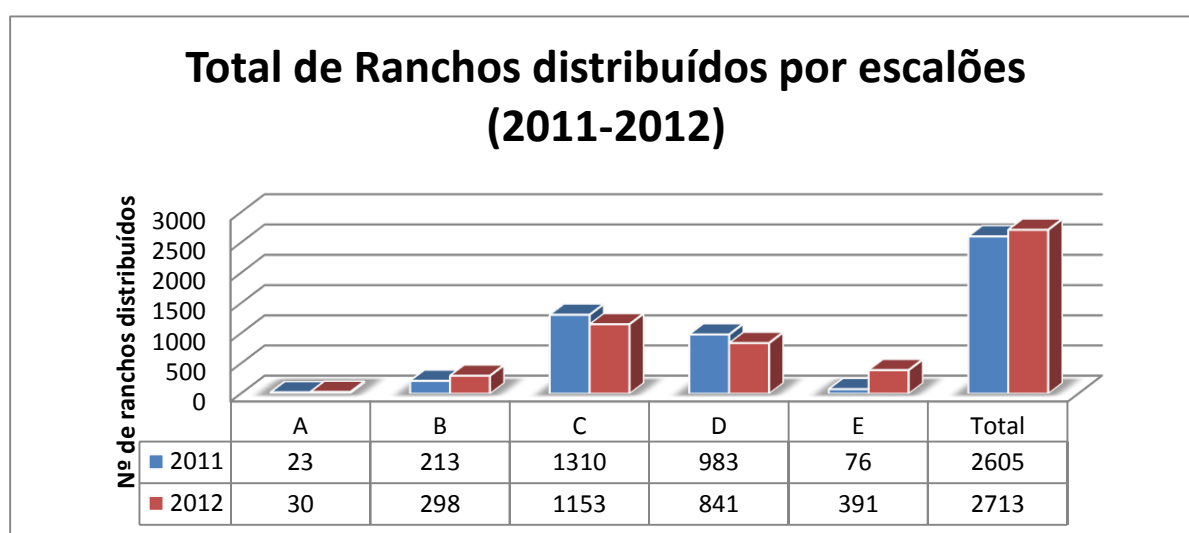
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Famílias atendidas	456	730	1 060	1 100	≈ 1 500	2 600	3 035
Ranchos distribuídos	456	730	1 060	800	-	2 605	2 713

Na figura 1 podemos ver a distribuição dos ranchos por escalões em 2011 e em 2012. A par da ténue subida de pedidos de ajuda, encontramos também uma ligeira subida em alguns dos escalões. Os escalões C e D – escalões que correspondem a um rancho grande

(casal com dois filhos) e um médio (casal sem filhos) são os mais entregues. Contudo, em 2012 o escalão E, destinado a uma pessoa sozinha, teve um aumento de procura considerável.

A subida drástica deste escalão deveu-se a um aumento da crise e a indivíduos que não têm rendimentos o que faz com que necessitem mais de ajuda. Quando existem outros meios de sobrevivência, como no caso das mulheres que trabalham no sector da limpeza mas que também fazem vendas de rua, acabando por colmatar a falta de rendimento vinda, maioritariamente, do emprego do homem.

Figura 1 – Gráfico com o total de ranchos distribuídos por escalões (2011-2012)



A comissão de *Zakat* para além da esmola social (*zakat*) controla também as restantes esmolas – *Sadqah* e *Lillah*. As despesas feitas *Sadqah* e *Lillah* vão desde entrega de ranchos a não muçulmanos até à ajuda no pagamento da água da mesquita.

CAPÍTULO IV

RAMADÃO: O MÊS PROPENSO PARA A SOLIDARIEDADE

4.1 – A Mesquita Central de Lisboa e o mês de Ramadão

Na semana antes do início do mês de Ramadão³⁸ existia um balcão na entrada da Mesquita Central que servia para que os membros da CIL pagasse as suas quotas e para angariar novos membros. Num dos lados do balcão havia um pequeno cesto com rebuçados de vários sabores, à medida que as pessoas se aproximavam do balcão para saberem para que servia, pediam para tirar um. Ao lado desse balcão estava uma mesa com uma caixa de esmolas que dizia “Manutenção da Mesquita”.

A grande maioria das pessoas que se encontravam na Mesquita nesse dia eram de origem africana³⁹. As suas roupas coloridas, o modo como as mulheres prendiam o cabelo com o lenço ou os seus vestidos acetinados denunciavam de imediato as suas origens étnicas. Por toda a Mesquita havia pessoas – mais homens do que mulheres –, e quando encontravam um local para conversarem aí ficavam. Estavam na entrada da Mesquita, no hall, no pátio exterior, ao fundo das escadas que dão acesso ao piso superior e, por estar um tempo agradável com sol, também se encontravam bastantes pessoas na rua.

Num dado momento entrou um homem e uma mulher de origem africana, aparentando terem entre 40 e 50 anos, com dois sacos de plástico contendo bananas. Quando chegaram à entrada da Mesquita começaram a distribuir o seu conteúdo⁴⁰. Viam-se muitas pessoas com pequenos sacos transparentes, de plástico, com lanches (pacotes de sumo, sandes, fruta – geralmente uma maçã).

À medida que as mulheres iam chegando, faziam as abluções, demorando-se nesse processo, pois conversavam entre elas, raramente em português. Mesmo depois de entrarem na sala de oração, as mulheres continuavam a conversar entre elas, criando algum alvoroço. Chegam quase sempre acompanhadas e tentam sentar-se perto de outras mulheres que conhecem, conversando nos momentos antes da oração começar. A sala enchia-se não só de

³⁸ Comecei a frequentar as orações e a Mesquita Central de forma regular a partir do dia 20 de Julho de 2012.

³⁹ A maior parte dos muçulmanos em Portugal são de origem guineense, por isso, a esmagadora maioria das pessoas que frequentam a Mesquita Central são de origem africana.

⁴⁰ A questão das práticas alimentares e reforço dos laços de sociabilidade está aqui patente, sendo a partilha da comida e bebida um exemplo disso mesmo.

mulheres, mas também com algumas crianças⁴¹. A esmagadora maioria das mulheres que assistia às orações⁴² era de origem/descendência africana. Durante as orações era comum ouvir crianças pequenas a chorar. Porém, estas não pediam ajuda, ao contrário do que aconteceu com algumas mulheres magrebinas⁴³.

Por volta das 13h30 o *Sheik* David Munir começava o sermão que antecedia sempre a oração da *Juma*. Nestes sermões, sempre dados em português, o *imam* da Mesquita falava aos fiéis da importância do mês de Ramadão devido ao período que se vivia. Durante os sermões, continuavam a chegar mais pessoas até começar a oração. Pelas 14 horas era feito o chamamento e havia um momento de silêncio na mesquita. Logo de seguida começava a oração, que acabava entre as 14h20 e as 14h30. Depois da oração terminar, as mulheres, e os homens, iam saindo da sala. E enquanto uns se demoravam mais um pouco na mesquita, falando com os seus amigos e conhecidos, outros abandonavam-na de imediato.

4.1.1 – *Noites do Saber*

Durante o mês de Ramadão, aos sábados à noite realizavam-se palestras sobre diversos temas. Começavam entre a meia-noite e a meia-noite e meia e realizavam-se no refeitório.

Nas quatro palestras que se realizaram, os momentos que as precediam eram idênticos: as crianças e os restantes jovens, entre a oração e o começo da palestra, começavam, numa grande azáfama, a preparar as mesas para a *sehri* que se realizava após a palestra. As mesas dispostas em filas, cerca de cinco, tinham trinta lugares cada uma. Uma actividade constante de jovens a colocarem os pratos, os guardanapos, os talheres ou os copos, o que fazia com que o trabalho ficasse rapidamente concluído. As crianças estavam vestidas com túnicas, as meninas com túnicas pretas, os meninos com túnicas brancas, porém, alguns rapazes estavam vestidos com calças de ganga e t-shirt. Já os adolescentes estavam todos vestidos com

⁴¹ É dever das mulheres levar e tomar conta das crianças até cerca dos 13 anos, idade a partir da qual se considera que as crianças se tornam adultas. A partir deste momento, os meninos passam a poder fazer a oração na sala dos homens.

⁴² As orações obrigatórias são cinco: *Salat al-fajr* (oração da Alvorada), *Salat al-duhr* (oração do meio-dia), *Salat al-asr* (oração do meio da tarde), *Salat al-maghrreb* (oração do pôr do sol), *Salat al-isha* (oração da noite). Estas informações foram recolhidas durante a *Juma* (oração em congregação que se realiza às sextas-feiras).

⁴³ O contacto estabelecido com as poucas mulheres magrebinas foi durante a *Juma*. Apesar disso, uma das mulheres magrebinas, Fatimah, chegou a perguntar se podia dar o biberon de leite à sua filha enquanto ela fazia a oração. Fatimah, a sua filha e o seu marido estavam de passagem por Portugal e frequentou a *Juma* apenas aquele dia.

túnicas⁴⁴. Os homens e as mulheres iam-se agrupando, sempre separados por sexo e conversavam enquanto esperavam que as palestras começassem⁴⁵.

A primeira palestra, realizada no dia 21 de Julho de 2012, subordinada ao tema “O Mundo Sobrenatural” foi dada pelo *Sheik* David Munir, e como moderador o Dr. Nasser Sattar. Na segunda palestra, o *Sheik* Zabir falou da “Compaixão do Profeta Muhammad”. Na última palestra, o *Sheik* Munir e o *Sheik* Zabir, moderados por Zakir Karim, falaram dos “Desafios da juventude muçulmana: escolaridade vs. conhecimento religioso; trabalho e redes sociais”. As palestras acabavam perto das duas da manhã, e eram seguidas da *sehri* que era servida para os seus participantes.

Estas palestras têm como propósito esclarecer os homens, as mulheres e os jovens sobre estes temas. Porém, nestas palestras a esmagadora maioria das pessoas eram de origem indo-moçambicana ou magrebina, sendo poucas as pessoas de origem africana que assistiam. No que toca ao vestuário, destacavam-se três ou quatro mulheres – nunca mais que este número –, muito possivelmente guineenses que estavam vestidas com as suas túnicas coloridas, as restantes estavam vestidas com uma kaftan (túnica) preta comprida, cobrindo todo o corpo, e um lenço na cabeça, geralmente preto também. Algumas raparigas mais novas usavam também lenços pretos mas com algumas aplicações brilhantes. A grande maioria dos

⁴⁴ Tal como com as crianças, os adultos também usavam túnicas, alguns homens com túnicas brancas, mas também com roupas usadas no quotidiano, e as mulheres sempre com túnicas pretas.

⁴⁵ Duas situações destacaram-se durante estas palestras. A primeira ocorreu antes do início da segunda palestra, em que as crianças e adolescentes que preparavam a sala para a *sehri* eram menos e pareciam bastante atarefados para cumprirem o seu dever antes da palestra começar. Nesse dia encontravam-se apenas cerca de dez mulheres na sala de oração. Desci para o refeitório para ter um bom lugar para ouvir a palestra. Ao chegar perguntei à Kamilah (na altura Kamilah era a responsável pela CIL Jovem, no entanto, meses mais tarde, quando tentei falar com alguém responsável por esta Comissão, a responsável era Sumeya, com quem me encontrei mais tarde) se precisavam de ajuda e ela perguntou se eu podia cortar o pão. Dirigiu-se para a cozinha e explicou-me como tinha que cortar o pão. Foram chegando mais pessoas, pertencentes à comissão da CIL Jovem – a CIL Jovem é a organizadora destas palestras – que rapidamente começaram a pôr as mesas e duas raparigas vieram ajudar-me a cortar o pão. Quando começou a palestra já estava tudo pronto para a *sehri*.

A segunda situação ocorreu na última palestra, dia 11 de Agosto. Um homem aproximou-se e perguntou onde poderia colocar os alimentos que tinha para dar. Estes alimentos oferecidos servem para complementar o cabaz para a quebra de jejum, para a *sehri* e para a ajuda ao complemento dos ranchos. Neste último dia, existia um grande frenesim.

homens estavam vestidos com a roupa do dia-a-dia, calças de ganga ou de sarja, camisas, t-shirts, havendo ainda alguns que envergavam *kaftan* brancas.

4.1.2 – Ranchos *zakat*

Durante o mês de Ramadão, ao fim-de-semana, no primeiro piso da Mesquita – o piso da cave – era organizado um sistema para distribuir cabazes de alimentos. Esse sistema de ajuda, que vulgarmente são designados de ranchos, são cabazes com diversos alimentos: arroz, massas, bolachas, óleo, azeite, açúcar, leite, farinha, latas de conservas, feijão, etc.. A quantidade de alimentos difere consoante o escalão. Existem cinco escalões; o escalão E está destinado às pessoas solteiras, o escalão D a casais sem filhos, o escalão C para um casal até dois filhos, o escalão B para um casal com mais de três filhos e por fim o escalão A – que é um escalão raramente atribuído – destina-se a casais com filhos e que vivam com os pais, ou tios, ou seja, com um núcleo familiar alargado.

“As pessoas são atendidas ali na mesa dos computadores e de seguida vêm com uma letra. Cada letra corresponde a uma cor – é por escalões. O “C” corresponde a um rancho maior, o “D” é a seguir que é médio e o “E” [saco verde] é o mais pequeno. Depois há conjugação de ranchos, que é por exemplo o “A” que é a conjugação do rancho “C” [saco rosa] com o azul que é o “D” para famílias mais necessitadas e carenciadas com o agregado familiar maior [...]. Tem que estar tudo muito bem coordenado porque as pessoas não são todas iguais e não têm as mesmas necessidades.” (Shaistza, voluntária na entrega dos ranchos).

Entre os dias 21 de Julho e 12 de Agosto de 2012 – aos sábados e domingos – inúmeras pessoas deslocaram-se à Mesquita Central de Lisboa, de modo a tentarem obter algum tipo de ajuda.

Contudo, para estas pessoas conseguirem esta pequena ajuda, para além das várias horas de espera, têm de passar por um processo de verificação. Este processo consiste na resposta a um pequeno inquérito; depois de preencherem esse formulário, é-lhes atribuído um escalão.

“[...] se a pessoa está desempregada, se não está; onde é que mora; se mora sozinha; se mora acompanhada; quais são os rendimentos que tem; qual é a dimensão do agregado

familiar; e com base nisso, criamos ranchos para cada uma dessas pessoas, de modo a que quem precise mais receba mais, quem precise mas não precise tanto, receba menos.” (Zakir Karim, Comissão *Zakat*).

Havia inúmeras pessoas fora da Mesquita, no espaço entre o armazém e a sala de espera e na própria sala de espera. Havia pessoas que andavam de um lado para o outro à espera que chegasse a sua vez de entrar para a sala de espera⁴⁶, onde iriam ter de esperar mais algumas horas⁴⁷. Por fim havia pessoas com sacos e carrinhos cheios de alimentos que iam saindo do armazém para se irem embora, levando finalmente a ajuda por que tanto tinham esperado.

Siddik, um dos voluntários na comissão *Zakat* para a entrega dos ranchos, explicou o que foi preciso uma formação para ajudar no processo da distribuição dos ranchos; referiu também que o normal é ficar primeiro no armazém e só nos anos seguintes ir para a zona dos computadores (área das triagens dos escalões). Siddik deu algumas explicações de situações que se passavam na zona das triagens.

“[um rapaz com cerca de 12 ou 13 anos] veio cá [à Mesquita Central] na semana passada mas sem os documentos necessários, mas deixámos levar o rancho por termos receio que se ele chegasse a casa sem nada levasse tarefa, mas passámos uma declaração a dizer que papéis eram necessários para a aquisição do rancho, pois achámos muito estranho vir cá a criança sozinha” (Siddik Hameed, voluntário na entrega dos ranchos).

Siddik referiu esta situação pois o mesmo rapaz encontrava-se lá novamente, desta vez acompanhado por uma senhora que não falava português, francês ou inglês e pensavam que poderia ser da Guiné-Conakry e parecia falar, segundo Siddik, uma língua originária desse

⁴⁶Só era atendido quem tivesse senha. Algumas pessoas voluntárias na comissão *Zakat* referiram que muitas pessoas para conseguirem ter senha chegavam à Mesquita pelas quatro ou cinco horas da manhã.

⁴⁷Fui várias vezes associada à Comissão *Zakat*, o que levou a que não fosse possível realizar entrevistas às pessoas que esperavam a sua vez para serem atendidas, por estas pensarem que poderia influenciar na decisão final da Comissão para a entrega do seu rancho. Muitas pessoas pediam para ir às mesas perguntar se podiam passar à frente pois estavam doentes e/ou já estavam ali desde muito cedo.

país. Após algum tempo a tentarem conversar, sem muito sucesso, acabaram por lhe entregar outro rancho.

Nos dias de entrega dos ranchos foi possível verificar que a esmagadora maioria das pessoas – fossem elas mais novas ou mais velhas – que aguardavam a entrega do rancho eram de origem africana. Todavia, os guineenses são a grande maioria não só na Mesquita Central como noutras salas de culto, pois cerca de 80 a 90% da população muçulmana em Portugal é originária da Guiné-Bissau⁴⁸. Em relação ao facto de constar que são os guineenses que mais pedem, Zakir Karim referiu que

“Se olhar para o grupo como um todo, no armazém há guineenses. Não é os guineenses a receber e os indianos a dar. Há pessoas indianas a receberem *zakat*, 10 a 15% é de origem indiana, 1% é magrebina. A comunidade guineense é maior e por isso parece que pedem mais. Eles não participam porque acham que não há interesse, não têm tempo” (Zakir Karim, Comissão *Zakat*).

Constatou-se uma maior afluência nos pedidos de ajuda e uma diminuição nos donativos, por causa da crise económica por que muitas famílias passavam.

“A nossa ajuda é baseada nos donativos e o que é que nós estamos a assistir? Estamos a assistir a uma redução de donativos porque as pessoas cada vez têm menos, logo têm cada vez menos para dar e estamos a assistir a um aumento exponencial de pedidos de ajuda [...] A situação mais dramática é aquela a que as pessoas há dois anos eram contribuintes, hoje estão do outro lado da moeda” (Zakir Karim, Comissão *Zakat*).

“Hoje vamos tendo capacidade para, mas se isto [a crise económica] continuar, eu não sei se iremos ter capacidade, porque a Mesquita não é um Estado, não é a Santa Casa e não se pode comparar. A Mesquita vem de fundos privados... muito muito limitativo... nós não temos verbas... é de muito boa vontade de famílias muçulmanas que vivem no nosso país” (Sheik David Munir, imam da Mesquita Central de Lisboa).

⁴⁸ Informação obtida através de uma conversa com Zakir Karim.

Continuando nesta temática, dois dos coordenadores da Comissão *Zakat* referiram como conseguem reunir todos aqueles géneros alimentícios.

“São os donativos que as pessoas dão, especialmente neste mês, porque sabem que além de ser o mês de Ramadão, é o mês que eles sabem que há distribuição e nós reencaminhamos os donativos para esta Comissão” (Akbar Sayad, coordenador da Comissão *Zakat*).

“Neste mês de Ramadão, apenas neste mês em que estamos a distribuir os alimentos, gastamos cerca de 480 a 500 mil euros. A nossa religião obriga-nos a dar 2,5% do excedente do orçamento e é isso que entra nesta verba” (Hasina Sayad, Comissão *Zakat*).

4.2 – Pelas ruas de Lisboa⁴⁹

4.2.1 – As salas de culto do Cacém e de Alfovelos

Estas salas, tal como muitas outras, estão situadas junto das áreas de residências das comunidades muçulmanas, sejam elas de origem guineense, indo-moçambicana, bangladeshiana, entre outras. Estas salas são, por norma, pequenas e situam-se em garagens e em lojas⁵⁰ e por isso é preciso chegar antes da hora da oração para conseguir um lugar para fazer oração.

⁴⁹ A ida às ruas e lojas da Damaia e da Reboleira ajudou a compreensão de alguns meios de sociabilidade. As pessoas compram produtos na venda de rua ou em determinada loja pois conhecem essa pessoa do bairro, da mesquita, do trabalho.

No dia da ida a esses locais estava a chover bastante e apenas três pessoas estavam na rua onde era normal fazer-se o mercado para a venda de produtos africanos (principalmente produtos alimentares). Aí apenas conseguimos falar com um homem, marabout, que, apesar da relutância, foi respondendo às perguntas.

A chuva caía abundantemente. Acabámos por nos dirigir para as lojas, pois, para além de nos protegermos da chuva, era mais fácil falar com as pessoas. As lojas estavam vazias, o tempo não era convidativo para sair e conviver. Os donos das lojas mostraram-se disponíveis para responder às perguntas. De vez em quando existia uma interrupção na conversa pois um cliente que chegava e enquanto fazia as compras ia falando com os donos da loja.

⁵⁰ Outras salas situam-se também em apartamentos.

“[...] não é muito aconselhável juntar. Lá fora podem ficar [os homens] porque às vezes ficam duas e três filas lá fora. Elas sabem que a Mesquita é pequena e que têm de chegar mais cedo. E para além disso, não é aconselhável para as mulheres passarem no meio dos homens”. (*Sheik Yahya*, imam da Sala de Culto do Cacém).

O *Sheik Yahya* referiu que apesar de aquele espaço ser pequeno é um espaço que as pessoas têm perto de suas casas. Eles tiveram que recorrer a muitas pessoas para conseguirem arranjar um espaço, principalmente à Câmara Municipal de Sintra e à Junta de Freguesia do Cacém, e quanto a tentarem obter um espaço maior, “eles [Câmara Municipal] não têm resposta. Eles não têm terrenos [disponíveis] aqui no Cacém” (*Sheik Yahya*, imam da Sala de Culto do Cacém).

Quanto à ajuda que esta sala recebe e dá aos seus fiéis, o *Sheik Yahya* explicou que recebem alimentos “para cortar o jejum, é só no mês de Ramadão”. Quanto à ajuda que esta sala dá aos seus fiéis, o *Sheik Yahya* referiu que

“a maioria dos apoios que damos é durante o mês de Ramadão; damos aos mais necessitados. Quando têm dificuldade em ir para fora, ou falecimento de [membros da] família nós tentamos ajudar. É uma ajuda do momento. Estes últimos anos têm sido difíceis porque 80 a 90% [das pessoas] está desempregado e têm dificuldade. [...] Dentro da ajuda que recebemos, nós tiramos e damos.” (*Sheik Yahya*, imam da Sala de Culto do Cacém).

E acrescentou que dão também

“produtos alimentícios, depois no fim de tudo o dinheiro que conseguimos recolher durante o Ramadão, damos às pessoas [...] às vezes vai até mil euros porque nesse mês de Ramadão dão muita ajuda, sem ela nós tínhamos muita dificuldade em continuar a ficar aqui. Às vezes ficamos com dívida de rendas um mês, dois meses, já tivemos até três meses. No princípio pagávamos 900 euros mas agora é 700. A maioria que fundaram isto já não estão cá, vão para França, Inglaterra...” (*Sheik Yahya*, imam da Sala de Culto do Cacém).

No que se refere aos sistemas de ajuda, como funcionavam ou se existia algum processo, como na Mesquita Central, por exemplo, o *Sheik* Yahya respondeu com um pequeno sorriso que “Não precisa, nós sabemos. Somos uma comunidade e acabamos por saber. [...] Quando há trabalho pouca gente aparece [na Sala de Culto], quando não há trabalho, está cheia. É um indicador. Principalmente nas orações das 14 e das 16 horas.”

Em relação ao segundo local de culto, Alfornelos, este fica situado numa loja. No fim das escadas existem três salas, que eram as salas de ablução e de oração. Para se chegar à sala onde estava a pessoa responsável pelo local, foi necessário atravessar a cozinha, onde um rapaz estava a lavar loiça.

O *Sheik* não falou português, por isso foi necessário ter um tradutor, fazendo com que a conversa fosse curta e directa. Ambos notámos que o *Sheik* não se sentia à vontade para falar. Não se falou do espaço, apenas sobre a ajuda que recebiam e davam. Respostas simples, sem muitas informações por parte do *Sheik*. Aquela sala costuma receber as refeições que a Mesquita Central dá na altura do Ramadão (cerca de 50 a 60 refeições). Não dão mais ajuda nem recebem mais ajuda, só as refeições; toda a ajuda dada à comunidade é feita através da Mesquita Central.

Em ambas as salas não eram realizadas as festas dos *Id's*, sendo só realizadas as orações pois os festejos realizam-se em casa de cada um.

4.2.2 – Largo de São Domingos

O Largo de São Domingos tem muito movimento: pessoas de passagem, turistas, mulheres guineenses nas vendas de rua e homens, sobretudo guineenses. Sentadas à sombra das árvores do Largo de São Domingos, com os seus produtos dentro de cestas, sacos e no chão em cima de cartões de papelão. As mulheres, apesar de um pouco desconfiadas, responderam às perguntas do tradutor, pois algumas delas não falavam português correctamente e expressavam-se melhor na sua própria língua.

Um outro grupo de mulheres⁵¹ sentadas, à sombra de uma outra árvore, iam perguntando porque estavam as outras mulheres a responder às perguntas. Chegada a vez delas depressa arranjaram um cartão para nos sentarmos no chão com elas, estando assim mais confortáveis enquanto se fazia a entrevista. Ao mesmo tempo que iam respondendo às

⁵¹Este foi o único local onde as mulheres me receberam melhor e conversaram mais abertamente.

perguntas, estas mulheres iam conversando entre elas e falando connosco sobre trivialidades do dia-a-dia⁵².

Na parte de baixo do largo estavam os homens, uns de pé e outros sentados, a conversarem entre eles. Quase todos tentaram, prontamente responder às questões, contudo, não souberam responder a muitas questões, pois são as mulheres a fonte principal de informação visto que são elas que, normalmente, gerem o orçamento familiar.

4.3 – A CIL e os dirigentes das suas comissões

Relativamente ao grupo que recebe mais ajuda dentro da comunidade islâmica destaca-se os guineenses.

“Viu um maior número de guineenses a receber ajuda? Primeiro eles são 80 a 90% da comunidade em Portugal; sendo imigrantes e filhos de imigrantes, eles trabalham muito na construção civil e agora com a crise deixou de haver trabalho e ficaram no desemprego; terceiro, é uma comunidade que em termos de educação e literacia está menos desenvolvida, tendo mais dificuldade em arranjar emprego” (Zakir Karim, Comissão *Zakat*).

Hasina Sayad, uma das vice-presidentes da CIL e, portanto, responsável por vários pelouros, explicou o processo da triagem do rancho, e referiu que não é necessário ser-se sócio da CIL para se ter acesso ao rancho.

“Nós começamos por explicar o que é a *Zakat* e que é uma esmola e perguntamos se precisa mesmo. Depois fazemos um pequeno questionário, sabemos qual é o vencimento da pessoa, se tem algum meio de subsistência, se está desempregado, qual a renda que paga. Temos um formulário no computador e vamos preenchendo esses campos. Dependendo da quantidade de filhos que têm e do rendimento, atribuímos um escalão. Temos vários escalões. Não podemos dizer que somos 100% correctos, mas tentamos” (Hasina Sayad, Comissão *Zakat*).

⁵² Enquanto se conversava comprou-se alguns sacos de amendoins, tendo-se aberto dois deles para oferecer também às vendedoras com quem se falava.

“A condição necessária é ser muçulmano. Mas só por uma razão. Nós temos vários tipos de donativos. Temos a *zakat*, a *sadqah* e a *lillah*. Tudo o que seja *zakat* é destinado para ajudar os muçulmanos, a *sadqah* e a *lillah* pode ser para qualquer pessoa. Tanto que nos ranchos por vezes aparecem-nos pessoas não-muçulmanas. Nós o que fazemos? Não as mandamos embora. Damos um rancho na mesma, e depois apontamos que isto tem que ser *sadqah*. Porque o rancho que está lá é todo *zakat*, então nós tiramos desse rancho, mas depois no fim de Ramadão nós pegamos no dinheiro correspondente aos ranchos que demos a não-muçulmanos e repomos na *zakat*” (Hasina Sayad, Comissão *Zakat*).

Para além dos ranchos, a Mesquita Central de Lisboa presta auxílio às pessoas mais carenciadas ajudando a comprar os medicamentos ou dando subsídios e concessões de habitação para viajantes.

“As pessoas necessitadas vêm aqui à Mesquita e falam com o Sheik e trazem as receitas dos medicamentos. O Sheik tem sempre alguns fundos de *zakat* e dá às pessoas. Há ali uma farmácia que até nos faz um desconto. Normalmente é assim, mas há casos que uma pessoa encontra-nos e pedem-nos directamente” (Hasina Sayad, Comissão *Zakat*).

“Em 2011 nós já tínhamos falado com a câmara de Lisboa para nos ceder um terreno para fazermos a construção dessas casas. Ainda estamos em conversações. De qualquer modo, é um dos projectos que temos em mente. Habitação temporária para viajantes já estamos a fazer. Imagine uma pessoa que veio da Guiné-Bissau e veio fazer um tratamento e não tem onde ficar. Nós dizemos à pessoa para alugar um quarto ou ficar numa pensão e nós pagamos isso, temporariamente. Temos famílias a quem pagamos a renda, temos subsídios mensais também atribuídos pelos fundos de *zakat*, cerca de 100 a 120 famílias a receber o subsídio mensal. O subsídio pode ir desde os 30 euros que às vezes as pessoas precisam por causa do transporte, até aos 300 ou 400, temos até alguns que é 900 euros. Depende daquilo que é. Nestes subsídios estão incluídas algumas rendas de casa” (Hasina Sayad, Comissão *Zakat*).

Sendo a responsável pela CIL Jovem e pela Assessoria Jurídica Hasina Sayad mencionou o apoio que a CIL Jovem dá, através da Comissão *Zakat*, aos carenciados.

“Quando sabemos de pessoas que ficaram de repente sem nada, [...] nós fazemos uma visita a casa dessa pessoa para comprovarmos se o caso é mesmo como a pessoa diz. Se acharmos que sim, abrimos um subsídio mensal. Outra situação são os refugiados que há cá em Portugal da Somália, do Sudão, etc. Eles têm apoio do Centro de Refugiados da Bobadela e eles normalmente vão para esse Centro. Mas eles não falam a língua, têm muitas dificuldades. Nós fazemos visitas e vemos se há crianças pequeninas e tentamos encaminhá-las para as aulas de inglês ou português” (Hasina Sayad, Comissão *Zakat*).

A assessoria jurídica, esta já está a emitir pareceres técnicos e já se podem realizar casamentos civis na Mesquita.

Relativamente aos voluntários que a CIL dispõe, as tarefas são atribuídas conforme as aptidões das pessoas. Sanju, um dos voluntários, referiu que “eu sou organizador das mesas do *iftar* porque todos os anos eu trabalho aqui. Eu gosto de trabalhar aqui” (Sanju, voluntário). Mohamed Abed esclareceu a questão das repartições de tarefas dentro da Mesquita Central:

“se nos aparecer alguém que reúna condições em que se possa orientar o serviço, essas pessoas são encaminhadas nesse sector. Por exemplo, nessa questão [da preparação dos alimentos durante o mês de Ramadão] [...] temos algumas pessoas com experiência que durante o mês de Ramadão preparam as refeições que são geridas para todos. [...] Por exemplo, na tarefa de orientar a montagem das mesas, a limpeza e a coordenação do pessoal para as mesas é feito por um irmão guineense. [...] Depende normalmente da disponibilidade das pessoas e da capacidade que se têm de orientar em termos de trabalho. [...] Portanto, regra geral são os homens que fazem isso, porque é um serviço um bocado pesado, mas de qualquer das maneiras a grande maioria das pessoas que beneficia do serviço de refeições durante o mês de Ramadão são homens. Há uma parte de senhoras, mas a grande maioria são homens” (Mohamed Abed, primeiro-secretário da Direcção da CIL).

Mohamed Abed referiu também que

“aqui na Mesquita, já de alguns anos para cá, servimos o jantar, destinado às pessoas mais carenciadas e não só, qualquer pessoa que não tenha possibilidade de comer em

casa por motivos profissionais, ou qualquer que sejam os motivos, nós temos aqui o refeitório, e nós servimos o jantar” (Mohamed Abed, primeiro-secretário da Direcção da CIL).

Aziz, coordenador da Comissão *Iftar*, mencionou que dão muitas refeições na Mesquita: “aos fins-de-semana é mais, em média são entre 600 a 700 refeições durante a semana; no fim-de-semana são mais. Fora as que vão para as outras mesquitas... 1180-1220 refeições por dia” (Aziz, coordenador da Comissão *Iftar*). No seguimento da questão das refeições, Abed referiu que desde o ano 2007/2008 em Dezembro

“[...] altura do Natal, [costumam] ceder uma refeição, um almoço de Natal para as pessoas carenciadas. Naturalmente quando se fala de Natal, a prioridade será as pessoas aqui da área de Campolide, portanto, pessoas não-muçulmanas, mas também acaba sempre por se juntar pessoas muçulmanas que estão cá nas orações. [...] e paralelamente também fazemos a distribuição do rancho alimentar, para as pessoas levarem. E também de roupas usadas. Fazemos a recolha de roupas e também distribuimos para as pessoas” (Mohamed Abed, primeiro-secretário da Direcção da CIL).

Foi através desta iniciativa que nasceu o projecto *Sopa para todos*. Este projecto – tal como o almoço de Natal, que se realiza todos os anos – nasceu da ideia de tentarem apoiar as pessoas idosas e carenciadas da freguesia de Campolide (sendo estes seus parceiros), onde se situa a Mesquita Central. Desde 2011 que duas vezes por mês, à sexta-feira, exceptuando na altura do mês de Ramadão, entre a 19h30 e as 21 horas, servem uma refeição às pessoas que se dirijam ao refeitório da Mesquita Central, sejam elas muçulmanas ou não-muçulmanas.

“No ano passado [2012] servimos cerca de 2200 refeições. [...] E depois no ano passado com o agravar da crise, então sentimos que poderia haver pessoas que pudessem necessitar. As pessoas até vêm para cá, trazem os seus recipientes e ainda levam comida para casa. Quando dizemos sopa não é só sopa. Nós servimos uma sopa, servimos pão fresco cozido na altura, servimos um prato principal, damos peças de fruta, geralmente as pessoas levam três peças de fruta, que nós oferecemos aqui [na Mesquita], e damos um doce, uma sobremesa, água, refrescos e as pessoas depois têm

possibilidade de levar as refeições para casa também. [...] Há dias que vem mais [pessoas], outros dias que vem menos, nós nunca sabemos quantas pessoas vêm. Nós estávamos convencidos que ia haver uma maior afluência. Mas não. Tem estabilizado o número de pessoas. Também sentimos que há um certo constrangimento da população em vir à Mesquita para servir-se das refeições” (Mohamed Abed, primeiro-secretário da Direcção da CIL).

A propósito das ajudas dadas através da Mesquita Central, Mohamed Abed referiu que para além do tipo de ajudas já referidos anteriormente (ranchos, custeamento de medicamentos, subsídios mensais, etc.), também dão apoio “no encaminhamento, nalguns processos [...] de obtenção da residência, nacionalidade, podemos ajudar e encaminhar as pessoas [para os locais certos].”

Ainda no campo da assistência, Mohamed Abed referiu a implementação, ainda em curso, de um centro informático para a população mais velha, seja ela muçulmana ou não, portuguesa, guineense ou de outra nacionalidade. Por fim, e a reter, Mohamed Abed lembrou que “tudo o que estiver aqui [na Mesquita], naturalmente que a comunidade guineense terá acesso a ela. Para além disso, há uma Associação de Guineenses⁵³ que tem a sua sede cá na Mesquita.”

⁵³ A Associação dos Muçulmanos Naturais da Guiné-Bissau (AMNGB).

CAPÍTULO V

AS REDES INFORMAIS DE AJUDA: ESPAÇOS E LUGARES DE SOCIABILIDADE

5.1 - O mês de Ramadão

O mês de Ramadão é o nono mês do calendário islâmico⁵⁴. Foi neste mês que se deu a primeira revelação do Alcorão, tornando-se num mês sagrado para os muçulmanos. Neste mês, os muçulmanos devem jejuar como forma de se lembrarem e experimentarem o sofrimento dos mais necessitados, sendo este o mês mais usado para uma maior reflexão. Por isso,

“é normal que no tempo do Ramadão as pessoas estejam mais generosas, mais benevolentes e queiram dar o *zakat* para as pessoas mais desfavorecidas. E todos os anos nós tentamos distribuir o rancho as pessoas mais desfavorecidas. A Mesquita tem um papel importante nessa distribuição” (Sheikh David Munir, imam da Mesquita Central de Lisboa).

Apesar de todos os muçulmanos terem o dever de jejuar, as crianças até aos 13/14 anos estão dispensadas do fazer, tal como as grávidas, os idosos e os doentes. Contudo,

“Quem não puder jejuar, por doença por exemplo, deve oferecer a 60 pobres duas refeições completas, ou em alternativa, dar a um pobre, ao longo de 60 dias, duas refeições diárias” (Coelho, 2005: 130)

Desde o raiar até ao pôr-do-sol, aos muçulmanos está interdito a comida, a bebida e relações sexuais.

“Não se pode comer pastilha elástica, não se pode gargarejar mais do que o necessário, não se pode lavar os dentes depois do raiar da aurora, mas pode-se usar o miswak [pau de madeira], não se pode acumular saliva na boca para depois engolir [...]. É proibido discutir e usar

⁵⁴ O calendário islâmico tem a particularidade de ter menos 11 dias, pois é um calendário lunar, o que faz com que os meses do calendário islâmico não coincidam com os meses do calendário gregoriano.

palavras feias ou indecentes, queixar-se de fome ou de sede, provar comida ou bebida e depois cuspir.” (Coelho, 2005: 9). Neste período a religião é praticada de forma mais constante, seja pelo cumprimento do jejum, seja pelas orações e idas às mesquitas para a Juma.

5.2 – Os lugares de sociabilidade

O Largo de São Domingos (Lisboa) – um dos locais de pesquisa deste trabalho – constitui um local de sociabilidade entre os guineenses e está ligado a uma representação social e simbólica⁵⁵, existente há vários séculos.

O Rossio-Praça da Figueira, onde se localiza o Largo de São Domingos, é um ponto espaço-temporal de interações sociais, devido às várias apropriações diversificadas e sucessivas, que mostra as diferentes identidades da malha urbana. Este local é uma referência de

“interações diurnas de agente vindas de África que se movimentam no tempo e no espaço. Um lugar de convívio alargamento, de representações de uma vivência de África, onde se reproduzem as práticas socioculturais e os quadros de referência. É um centro onde se reinventam estratégias adaptativas.” (Quintino, 2004: 334)

Durante o período colonial esta apropriação do espaço era pouco notória pois os grupos eram de pequena dimensão. O grupo oriundo da Guiné-Bissau era, predominantemente, constituído por indivíduos bem posicionados na hierarquia social que aproveitavam este local para a sociabilização – masculina – onde se reproduziam e desenvolviam relações de amizade que se estendiam às famílias, trocavam notícias e informações sobre a Guiné-Bissau e sobre amigos e conhecidos comuns, combinavam novos encontros e delineavam estratégias de entreajuda. Com a chegada dos retornados começou a haver uma maior visibilidade da apropriação do espaço por parte dos africanos. O Rossio e o espaço envolvente passou a ser um espaço de convívio,

⁵⁵ Para Bourdieu os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social, pois, por serem instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribuiu para a reprodução da ordem social (Bourdieu, 2001: 10)

“e de reprodução e reinterpretação de relações sociais, comportamentos, valores, o Rossio configura um serviço informativo. Era aqui que se esperava encontrar ou saber o paradeiro de parentes, amigos e conhecidos que, na precipitação da partida, se perdera o rasto. Era qui que circulava toda a informação de interesse e indispensável à sobrevivência no novo meio e nas novas condições, desde formas para conseguir alojamento, géneros e trabalho até processos para montar negócios e para tratar de documentação vária, passando por informação sobre regiões do país mais favoráveis à fixação de residência.” (Quintino, 2004: 337).

Após os anos iniciais de adaptação e instalação no novo meio, o Rossio não perdeu a função de ponto de encontro dos guineenses. Hoje em dia, embora os encontros sejam mais casuais, esporádicos e de curta duração, ainda existem esses encontros inserindo-se nas actividades de compras de produtos guineenses.

O Largo de S. Domingos é um local onde o fornecimento de diferentes produtos e serviços é prestado por mulheres guineenses muçulmanas que frequentemente deambulam entre este espaço, os mercados e os bairros. A participação em práticas sociais constitui um espaço privilegiado para os indivíduos desenvolverem competências, relações, identidades e disposições (Abrantes, 2011: 125). Estas redes⁵⁶ apoiam-se nas ligações interpessoais, fazendo com que o fluxo das migrações internacionais continue pois os migrantes fazem “passar a palavra” (Malheiros, 1996: 43-44) levando a que mais pessoas saiam do seu país com vista a um futuro melhor.

A existência de redes permite reduzir os custos inerentes ao processo migratório, pois os parentes e amigos geram uma estrutura em forma de teia (Sant’ana, 2008: 26), partilhando conhecimentos de locais não só de habitação, mas também locais de empregabilidade, tratamento de documentos referentes ao trabalho, ao passe social e até à obtenção de autorização de residência, locais de alimentação mais barata além dos meios de transportes mais baratos para chegar ao destino. Os “escritórios” de subempreiteiros guineenses encontram-se neste espaço e o recrutamento de mão-de-obra dos recém-chegados para a construção civil dá-se com mais facilidade.

⁵⁶ As redes estendem-se tanto no local do destino, como também no local de origem, pois estas redes por vezes abrangem as pessoas do lugar que ficaram no local de origem pois aumenta o capital social.

Dentro das comunidades, as redes de solidariedade que se desenvolvem permitem aos indivíduos ter acesso a serviços e à resolução de problemas pontuais de âmbito económico e não só (Rodrigues, 2006: 231). Para os novos imigrantes, este espaço é representado como um espaço colectivo plurifuncional e assume-se como um dos principais pontos de comunicação e de trocas configurando-se num espaço simbólico da comunidade guineense, contribuindo para a estruturação da sua identidade (Quintino, 2004: 339).

É neste espaço apropriado que o nó das redes de entreajuda é reforçado, revelando instrumentos e mecanismos que promovem a coesão social. As vendas solidificam os laços entre compradores e vendedores e reestrutura as redes de parentesco e amizade.

Para os guineenses, o Rossio e o espaço envolvente é um lugar que materializa a memória colectiva e que faz parte da história da comunidade imaginada (Quintino, 2004~. 340).

5.3 – As redes informais

As migrações internacionais, propiciadas pelo processo de descolonização das colónias no mundo ocidental a partir da década de 1950, e sobretudo, da de 1960, aumentaram progressivamente e têm vindo a aumentar cada vez mais desde então. O conceito de migração aplica-se, no caso deste trabalho, quando ocorre uma deslocação internacional de um indivíduo de um país para outro, estabelecendo-se no último por um período de tempo relativamente longo.

Desde a década de 80 que uma vaga de guineenses e indo-moçambicanos tem chegado a Portugal. Os homens guineenses, por terem, na sua maioria, uma menor literacia – não estando aptos, portanto, para assumir cargos com salários mais altos – procuram emprego na área da construção civil; as mulheres, iletradas ou com baixa escolaridade, têm no sector de limpezas e nas vendas de rua (apoiando-se assim na economia informal) uma estratégia de sobrevivência⁵⁷. Com a crise pela qual Portugal está a passar, o desemprego aumentou, ficando o sector da construção civil quase parado, o que levou a que muitos dos guineenses (entre muitos outros grupos) fossem despedidos.

Sem emprego – ou com trabalho precário – muitas famílias começaram a passar por dificuldades. As mulheres usam estratégias de sobrevivência de base mutualista já usadas na Guiné-Bissau. Este sistema de ajuda é muito usado pelas mulheres guineenses para

⁵⁷ Envolve actividades ligadas à produção de subsistência directa ou à simples venda de bens e serviços no mercado, como por exemplo, autoconstrução, reparações domésticas, vendas de rua (Portes, 1994: 428).

colmatarem as carências económicas. O sistema mutualista é baseado numa associação voluntária de pessoas, que funciona por meio de quotizações com base de entreajuda e solidariedade entre os seus membros, assegurando a prevenção de riscos e promovendo a proteção social aos seus membros. O sistema *abota* é um exemplo desses sistemas mutualistas.

A *abota* consiste na formação de grupos informais em que os membros contribuem com um montante determinado previamente pelo grupo com o objectivo de criar um fundo comum que é entregue rotativamente a um dos associados. O número de membros varia⁵⁸ e baseia-se em relações de proximidade, sejam elas familiares, de amizade, de trabalho ou de vizinhança, pois uma relação de confiança entre os associados é fundamental (Borges, 2004: 34-36). Estes sistemas de base mutualista são eficazes como meio de poupança e de crédito, pois com o montante da poupança as mulheres podem usá-lo

“como complemento do orçamento familiar, pagando as despesas de uma alimentação melhorada, as despesas com vestuário e material escolar, para pagar despesas extraordinárias como as de saúde ou em melhorias do espaço doméstico, e ainda como forma de realizar o capital necessário para investimento no comércio, para expandir os locais de venda, comprar a mercadoria em maior quantidade e mais barata, adquirir *arkas* frigoríficas para conservar os produtos, permitindo aumentar a produtividade do trabalho das mulheres, ou para outros investimentos económicos, como a aquisição de terrenos urbanos, casas, e carros de aluguer e ainda investimentos sociais como compra de *panos pente*” (Borges, 2004: 37).

Outro tipo de base mutualista são os grupos de *mandjuandade*. Contudo, o montante acumulado é usado para realizar actividades cerimoniais e familiares com fins lúdicos e de solidariedade social. Estes encontros – regulares ou ocasionais – servem para criar e manter laços de amizade entre os membros do grupo. O objectivo deste grupo não é a poupança e sim a socialização, porém com esta socialização cria-se laços de solidariedade e ajuda; assim sendo, é necessário que os seus membros sejam “activos economicamente de forma a poder suportar as despesas de quotização” (Borges, 2004: 39), mas, apesar de assim o ser, estes grupos de *mandjuandade* têm uma maior expressão entre a população de rendimentos

⁵⁸ “Geralmente reúnem-se de cinco a dez mulheres, que se conhecem do local de residência ou trabalho” (Borges, 2004: 37).

humildes, mas com rendimentos certos no final do mês (Borges, 2004: 39). Tal como na *abota*, nos grupos de *mandjuandade* as mulheres são as protagonistas.

Os novos imigrantes e/ou famílias que chegam a partir da década de 90, procuraram estar perto da sua comunidade, pois encontrando-se longe do seu país, são os seus conterrâneos e “irmãos de cultura” que os mantêm perto das suas raízes, podendo mais tarde os seus filhos terem contacto com a cultura guineense, aproximando-os de alguma forma da terra natal dos seus antepassados/familiares.

É através destes “laços sociais simbólicos”, por meio do capital social que acumulam, que se mobilizam recursos fundamentais para as comunidades migrantes, fazendo com que haja lógicas de cooperação, mobilização e confiança, tal como as que se podem observar nas suas associações (Carreiro, 2007: 6).

Estas práticas de sociabilidade estão presentes nas visitas, nas trocas de presentes, nos convívios, nas festas religiosas e da vida familiar (como no nascimentos, no ritual da morte e do casamento). Nestas visitas minimizam-se os custos e o tempo dispensado nas deslocações.

“A troca de visitas constitui uma das obrigações sociais a que estão sujeitos os guineenses que se inserem numa mesma rede de amizade ou de vizinhança sustentada por relações de amizade e funciona como um mecanismo de renovação de laços” (Quintino, 2004: 301).

Até meados da década de 90, as associações guineenses eram sobretudo redes familiares que tinham como base a solidariedade e entreajuda. Segundo Quintino, os primeiros viajantes faziam parte da população da *praça* de Bissau e dos bairros periféricos. As notícias da facilidade de emprego em Portugal e da existência das redes guineenses que acolhiam recém-chegados e que os encaminhavam para a construção civil assim como também os ajudavam na questão da habitação e legalização (Quintino, 2004: 139) fizeram com que muitos guineenses optassem por vir para Portugal, acrescentando assim ao factor da língua, as redes de sociabilidade e entreajuda existentes em Portugal dadas pelos seus conterrâneos.

“Aqueles que rejeitam as condições oferecidas pela rede precisam de tempo para acumular o pecúlio suficiente para empreender a viagem e, nos primeiros tempos da chegada, usufruem da regra de hospitalidade e de mecanismos de entreajuda de parentes

e amigos já estabelecidos em Portugal, acabando quase sempre por recorrer aos subempreiteiros guineenses para conseguir trabalho” (Quintino, 2004: 143).

Os sistemas fora das redes de trabalho têm o mesmo funcionamento, principalmente nos casos de doença, morte ou quando é necessário realizar uma viagem inesperada ou até mesmo acolher um amigo ou familiar que está a chegar a Portugal, entre outras situações.

Porém, se os homens na década de 80 eram protagonistas na criação destas redes sociais, nos últimos dez anos as mulheres tornaram-se muito mais activas. O sexo é um factor importante na organização e dinamização destas redes. Apesar de se aplicarem a ambos os sexos, as redes sociais “são predominantemente femininas e fundamentadas na cooperação e rivalidade entre *mandjuandade*” (Quintino, 2004: 290). Estas redes funcionam num sistema de entreajuda do tipo *abota*, porém, existem variantes deste sistema.

As estratégias de sobrevivência por parte das mulheres guineenses estão ligadas às redes de sociabilidade e de ajuda femininas e são provenientes do país de origem destas mulheres.

“as redes femininas de negócios e entreajuda são parte de uma estratégia adaptativa de sobrevivência que as mulheres guineenses adoptaram no seu país de origem como uma resposta criativa à crise económica e à migração dos homens. O termo *mana*, que as mulheres do mesmo grupo de *mandjuandade* utilizam para se designarem umas às outras, faz parte da terminologia deste modelo inventado de parentesco em espaço urbano” (Quintino, 2004: 187).

“[esta] reunião de fundos financeiros pode ser feita através de um sistema de cotização ou de emergência entre os membros da rede e através de peditórios realizados no momento das sociabilidades e extensíveis aos convidados. A partilha das despesas, as contribuições em comida e bebida e a rotatividade do espaço de sociabilidade são outras formas de constituição de recursos” (Quintino, 2004: 291).

Segundo Quintino (2004), essas redes são tendencialmente de pequena dimensão tornando assim mais fácil contornar regras, como por exemplo, a redução no pagamento das cotas, caso os seus membros não tenham muitas possibilidades nessa altura.

Gente Rica, *Djamano-diata*, *Badin Clube*, *Sabú N'hima* são exemplos de redes de sociabilidade. Estas redes sociais preparam regularmente festas propiciando momentos de convívio para esta comunidade.

“Esse Sabú N'hima é o meu clube. (...) Nas festas tem que dançar, já sabe, é como aquele dia, é uma festa muito grande. Homens vão lá mas é muito mais mulheres. Homens podem ir, mas eles chegam, todos sentam. Se há alguma festa, todos eles sentados, só mulheres é que dançam. (Musuba, 69 anos, origem guineense)” (Abranches, 2007: 189).

De salientar que as redes *Gente Rica* (Odivelas), *Sabú N'hima* e *Badin Clube* (Buraca/Damaia) são lideradas por muçulmanos. Muitas destas redes são dirigidas por homens (Quintino, 2004: 345), mas uma grande parte são dirigidas por mulheres muçulmanas (Abranches, 2007: 188).

Em relação à *Gente Rica*, esta é a mais antiga de todas as anteriormente referidas; utiliza o sistema de quotização periódica e partilha de despesas em comidas e bebidas para as festas, como já referido, por ser comum a todas estas associações. Apesar desta associação estar legalizada, muitas outras funcionam com o mesmo sistema sem o serem, numa base informal.

“Sou sócia de um grupo que nós formámos. O meu grupo chama-se *Gente Rica*, é um grupo que nós formámos, assim, na brincadeira. Quando os nossos filhos nasceram, cada um que tinha bebé, a gente juntava e íamos fazer festa em casa da pessoa no dia do baptizado, e, então, contribuíamos sempre para a pessoa para quem a gente ia. A gente cozinhava, comia e dançava... Pronto, então formámos assim esse nome de brincadeira a gozar entre nós, mulheres, até que esse nome seguiu mesmo de verdade. Acabámos mesmo por formar o grupo *Gente Rica* e legalizámos o grupo. Pronto, agora há mais grupos mas o primeiro grupo cá em Lisboa é *Gente Rica*. (...) Nós somos trinta e tal [...]. A gente paga todos os meses uma cota [...] [de] 5 euros [...] por mês. Juntamos, guardamos no banco e, então, quando alguém tiver problemas, a gente ajuda, tira um x para ajudar a pessoa. Se a gente quiser fazer uma festa, tiramos de lá se tivermos o fundo e vamos fazer a nossa festinha, e é assim, para distrair. (Mariatu, 44 anos, origem guineense)” (Abranches, 2007: 189).

Algumas destas redes estão “instaladas” num modelo de bar-loja das pessoas mais velhas, sendo que a cotização dos associados e a venda de bebidas ao balcão instituem os fundos que são mais tarde investidos nas práticas de entreaajuda e de sociabilidade (Quintino, 2004: 345). Estas associações são conhecidas nos bairros por clubes de *mandjuandade*, pois é lá que os jovens passam os dias em convívio.

“São espaços de sociabilidade de tempo livre dos operários mais novos, em que o *jumbai*, a *passada*, a música africana, o jogo e a troca de petiscos da *tera*, da bebida e da noz de cola sustentam a iniciação nas representações da masculinidade longe do controlo dos mais velhos” (Quintino, 2004: 345).

Existem também as redes de estudantes que ajudam para a integração no novo meio, seja ele a sociedade portuguesa ou a faculdade para onde a pessoas se candidataram. Tal como nas outras redes de ajuda, a rede de estudantes guineenses apoia na procura de casa, na apresentação a outros guineenses estudantes, fornecem dicas sobre onde existem restaurantes guineenses e onde se come melhor e mais barato, festas ou bares onde os guineenses se costumam reunir, entre outros. Têm como objectivos gerais a defesa dos direitos e interesses dos estudantes guineenses apoiando-os a nível académico, cultural, profissional, ou recreativo.

As redes que juntam guineenses do núcleo fundador e do grupo dos trabalhadores qualificados baseiam-se mais nas relações de amizade do que na proximidade residencial. Porém, a massa operária organiza-se, maioritariamente, em redes de vizinhança, baseadas na amizade.

As pertenças étnicas podem fazer surgir redes de base étnica, como por exemplo as redes de sociabilidade e entreaajuda muçulmanas. A principal função destas redes é criar e gerir um sistema de entreaajuda cujos recursos são utilizados na sociabilidade, podendo ser alargado a outros domínios como em caso de doença, morte e acidente, custear uma viagem imprevista, acolher um amigo ou parente.

São as redes sociais baseadas em normas de confiança e reciprocidade e a qualidade das relações sociais entre os indivíduos que potencializa a capacidade das pessoas em obter um determinado benefício. Nestas relações depreende-se que haja a prestação de bens ou serviços efectuada, sem garantia de retorno, com vista a criar, alimentar ou recriar o vínculo social entre as pessoas (Portugal, 2006: 64).

Nas redes, quanto maior o número de membros, maior o apoio que os seus membros recebem; pois o conjunto de indivíduos a quem se recorre quando se necessita de apoio ou suporte e que estão disponíveis para uma determinada tarefa é maior também. Porém, quando o grupo é muito grande, a ajuda é mais dispersa e pode não chegar a todos.

Quanto maior é a rede, maior é o número de membros que fornecem aos restantes ajuda emocional, bens e serviços e quanto maior for a rede, maior será a percentagem de membros que recebe apoio social.

Apesar das redes sociais e dos laços de solidariedade, com a crise que se vive actualmente, existem cada vez mais estratégias de sobrevivência, principalmente por parte das mulheres.

“A ida à mesquita à sexta-feira para a oração conjunta é obrigatória apenas para os homens. Sendo menos frequente entre as mulheres indianas entrevistadas, quase todas as guineenses mais velhas assistem, no entanto, à oração na Mesquita Central de Lisboa nesse dia, onde aproveitam a concentração de parte da população guineense para compra e venda de produtos trazidos do país de origem, antes e depois do momento da oração” (Abranches, 2007: 158).

“Na própria Mesquita Central da Praça de Espanha, em Lisboa, evidencia-se a separação entre os elementos das duas origens que, quer na sala de oração, quer à saída, no momento de convívio que se dá após a oração de sexta-feira, se distinguem através de uma divisão clara do espaço. De resto, são os guineenses que mais tempo permanecem na rua da mesquita, em que, sobretudo as mulheres, aproveitam para vender os seus produtos (que vão desde peças de vestuário a tapetes, incenso, cassetes de vídeo de cantores guineenses e senegaleses ou produtos alimentares)” (Abranches, 2007: 55).

Tal como na Mesquita Central de Lisboa, vê-se mulheres a vender os seus produtos no Largo de São Domingo e nas ruas da Damaia, sendo possível existirem outros locais que não lojas ou mercados em que as mulheres vendem os seus produtos fazendo face às despesas do dia-a-dia. Tanto num lado como no outro, acabam por se criar laços de amizade que se perpetuam.

5.4 – Benefícios da Sociabilidade

O conceito de comunidade aqui utilizado incorpora elementos étnicos e religiosos, ou seja, a comunidade islâmica tem como elemento agregador a religião, neste caso o islão, incorporando indivíduos de origem indo-moçambicana, guineense, bangladeshiana, portuguesa, norte africana, etc. A comunidade guineense incorpora todas as religiões e etnias existentes na Guiné-Bissau.

Porém, essa comunidade não necessita estar próxima geograficamente, pois encontram-se em determinados locais, como é o caso dos guineenses que se encontram no Largo de S. Domingos, para conviver e trocar informações, por morarem em diversas áreas da AML.

É o sentimento de pertença ao grupo e a partilha de elementos culturais que levam à criação de laços de amizade. As redes de sociabilidade estão presentes nos elos de parentesco, na vizinhança, na amizade contribuindo para uma maior entajuda entre os indivíduos pertencentes a essa rede. Cada indivíduo pode pertencer a vários grupos alargando a possibilidade de ajuda, com o aumento do capital social na sua rede de conhecimentos, e abrangendo diversos tipos de ajuda: emocional, económica ou pequenos e grandes serviços. Essa ajuda pode ser informal ou informal, dependendo da constituição da rede. Se o apoio formal está ligado às agências burocraticamente estruturadas, o apoio informal está ligado à afectividade que os indivíduos nutrem uns pelos outros, como é o caso dos parentes e amigos.

Associações como a AGUINENSO ou a AFAB são estruturadas formalmente e têm como finalidade auxiliar os guineenses na legalização da sua estadia, promover os direitos e interesses dos imigrantes e dos seus descendentes para um aumento da melhoria de vida; colóquios, eventos culturais, conferências ou cursos de formação são alguns dos meios que estas, e outras, associações dispõe para dar a conhecer a cultura da Guiné-Bissau e promover a inserção e integração dos imigrantes e dos seus descendentes.

Apesar de a CIL ser uma associação constituída e formalizada pelo governo português (em 1968), tem vários mecanismos de ajuda que as associações como a AGUINENSO e a AFAB não possuem. A CIL é uma associação de cariz religioso com mecanismos de integração na comunidade islâmica. A integração e interação com a comunidade portuguesa é feita através de iniciativas como conferências, seminários, workshops abertas a toda a população, principalmente à população da freguesia em que se situam, Campolide. O projecto Sopa para Todos leva a que, principalmente indivíduos idosos, se dirijam à Mesquita Central

e comam a sua refeição em convívio com os demais, sejam eles muçulmanos ou não muçulmanos.

Os ranchos distribuídos durante o mês de Ramadão, que abrangem diversas famílias, são uma ajuda extra no orçamento familiar naquele mês. Apesar de existir uma triagem – para verificar se aquele indivíduo/família necessita de mais ou menos ajuda –, a grande maioria das pessoas não sai de lá sem uma pequena ajuda. Segundo os dados recolhidos e apresentados no quadro 1.4, o número de famílias e de ranchos distribuídos tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. Isto quer dizer que a Comissão Zakat tem conseguido acompanhar o aumento de pedidos de ajuda. Ou seja, esta Comissão tem conseguido obter fundos para continuar a fazer o seu trabalho.

Porém, para além dos apoios formais e informais acima mencionados, existe um apoio semiformal, como é o caso dos grupos de base mutualista. Apesar destes grupos não serem estruturados formalmente, eles também acarretam certas obrigações, como é o caso da contribuição monetária para a criação de fundos que serão mais tarde usados de diversas formas, contudo dentro dessa rede existem certas facilidades, como não, por exemplo, se um indivíduo não conseguir pagar a quota daquele mês, ou se necessitar de ajuda, os seus membros unem-se e usam o fundo para ajudar aquele indivíduo. Estes são grupos de indivíduos que se conhecem e têm uma relação afectiva, o que leva a um maior sentimento de solidariedade entre todos os membros. A sociabilidade está na base da sua fundação, assim como a solidariedade e o sentimento de pertença.

A sociabilidade existente entre a Comunidade Islâmica de Lisboa e os guineenses estende-se para além do convívio existente antes ou depois das orações. Os laços de amizade que se criam naquele lugar perpetuam-se ao longo do tempo.

Existem várias formas de sociabilidade e estas sobrepõem-se umas às outras, isto é, pode-se pertencer a vários grupos. Tal como existem várias formas de sociabilidade, existem também diversas formas de ajuda, o que não significa que ao pertencer-se a um grupo, por exemplo ao grupo da Mesquita, não se possa pertencer a outros grupos, por exemplo aos grupos de abota e mandjuandade. Esta possibilidade de pertencer a vários grupos aumenta a possibilidade de ajuda entre os indivíduos compondo uma malha mais extensa de ajuda e de sociabilidade.

Nas sociabilidades e na ajuda não existe diferenciação para quem é muçulmano ou não. Os guineenses podem professar outra religião e mesmo assim serem inseridos nas redes

de sociabilidade, nos grupos de base mutualista e de ajuda dos bairros, dos locais de origem ou dos locais de trabalho.

Outro tipo de sociabilidade verificada na Mesquita é o voluntariado. Os jovens voluntários que são integrados na Comissão Zakat para a entrega dos ranchos durante o mês de Ramadão têm várias compensações: para eles, não só é gratificante estar a ajudar a comunidade em que se inserem, como o voluntariado é uma forma de travar conhecimento, mostrar prestígio ainda e confiança pois, no caso dos indo-moçambicanos, mais tarde pode levar a um maior fluxo de negócios. Os jovens que fazem voluntariado poderão um dia, se quiserem, vir a integrar as empresas dos indo-moçambicanos mais velhos.

CONCLUSÃO

A partir da Segunda Guerra Mundial começou a existir um maior movimento migratório; no caso português, foi com a descolonização que existiu uma maior intensificação da Nova Presença Islâmica. Os fluxos de migração vindos principalmente de Moçambique (a partir dos anos 70) e da Guiné-Bissau (a partir da década de 80) vieram aumentar o número de muçulmanos em Portugal.

A população muçulmana – residente em Portugal e oriunda de diversos locais – passou, em cerca de 40 anos, de 4 000 para 40 000, sendo que muitos desses migrantes eram originários de Moçambique e da Guiné-Bissau. Os primeiros imigrantes vindos de Moçambique pertenciam à classe média-alta, fazendo com que a sua integração na sociedade portuguesa fosse mais fácil. As relações que foram cimentando mostraram-se alguns anos mais tarde, úteis aquando a criação da Comunidade Islâmica de Lisboa. Contudo, com a população oriunda da Guiné-Bissau o mesmo não se passou.

Se os primeiros imigrantes tinham algumas características da população indo-moçambicana (eram estudantes, pertencentes a classes mais altas, com possibilidades económicas e com bons meios de integração na sociedade portuguesa), o mesmo não se passou com os seus conterrâneos vindos a partir da década de 80, em que muitos, devido às suas poucas qualificações, foram absorvidos pelo sector da construção civil que na altura necessitava de uma grande quantidade de mão-de-obra. Com a população vinda da Guiné-Bissau a aumentar na AML, começou a surgir as comunidades. Muitos dos imigrantes procuraram casa perto dos seus locais de trabalho, outros procuravam casa em locais em que a renda era mais acessível devido aos seus baixos rendimentos, começando assim a formar comunidades nos arredores da cidade de Lisboa.

Com o aparecimento das comunidades as associações guineenses começaram também a aparecer, não só por questões de representatividade perante o Governo Português como por estes serem um dos grupos em que mais se nota o espírito associativo e de solidariedade. Assim, pode-se observar que as questões associativas estiveram presentes na vida destes homens e mulheres desde o início, verificando-se na fundação de associações de e para guineenses – como por exemplo a Associação dos Muçulmanos Naturais da Guiné-Bissau, a Associação de Filhos e Amigos de Bula na Diáspora, a Associação Guineense de Solidariedade Social, a Gente Rica, a Sabú N'hima ou a Casa da Guiné –, assim como na

criação de redes informais (redes de parentesco, amizade e vizinhança) notória no acolhimento na chegada dos novos imigrantes e na procura do primeiro emprego.

Existe, um grande número de muçulmanos desempregados e a viver em más condições. Os bairros camarários (mais tarde designados por bairros sociais) contribuem para a não integração na sociedade e um baixo nível de melhoria de vida contribui para uma maior taxa de desemprego, baixa escolaridade e pouco acesso à saúde. Estes bairros levam a outra questão: a identidade dos jovens. Por se sentirem marginalizados, os jovens criam “uma visão nostálgica da cultura dos antepassados e procuram uma identidade individual e colectiva” (Carneiro: 2013: 56). A língua é outro factor que contribui para a não integração e uma maior marginalização da comunidade imigrante muçulmana. A não aprendizagem da língua nativa do país receptor contribui para a não integração, uma maior segregação, fazendo com que haja, muitas vezes devido a questões culturais, uma baixa escolaridade o que leva a um aumento da taxa de desemprego nestas comunidades, afectando profundamente o nível de vida das comunidades muçulmanas.

Em geral, a comunidade guineense é composta por uma população com nível escolar baixo e em que os descendentes dos imigrantes falam entre eles nas suas próprias línguas. Acabam por não se integrar na sociedade portuguesa, pois procuram uma identidade guineense para se identificarem com o país dos seus pais e/ou avós.

A congregação de vários factores, como os baixos rendimentos, a existência do conceito de família alargada e a baixa escolaridade, fez com que muitos dos indivíduos pertencentes a esta comunidade, estivessem perante o risco de se tornarem pessoas carenciadas.

Organizando-se em associações, beneficiando de serviços prestados, neste caso, pela CIL, ou criando redes sociais nos locais onde residem, os guineenses vão ultrapassando as suas carências.

A criação de órgãos associativos, não só pela necessidade como pelo espírito de solidariedade e de acolhimento que os guineenses tentam incrementar é importante para a comunidade em que se inserem.

Essa ajuda é dada através das diversas comissões que compõe a Comunidade Islâmica de Lisboa, nomeadamente a Comissão *Zakat*, Comissão Sócio Cultural e Formação, a Comissão *Iftar* ou a CIL Jovem. Todas estas comissões são essenciais para o bom funcionamento da Comunidade Islâmica de Lisboa, sendo que sem elas muitas das pessoas carenciadas passariam ainda por mais dificuldades.

Devido a um maior poder económico, uma maior literacia e um maior empenho no tempo dispensado, os indo-moçambicanos estão mais capacitados para desempenhar os cargos administrativos e de liderança das Comissões. Foi através deste grupo que se teve um outro olhar relativamente às ajudas, pois verificou-se como e qual o tipo de ajudas que são dadas, tal como os mecanismos que são activados, tendo sido possível obter um maior volume de informação por parte do grupo de dirigentes indo-moçambicanos do que por parte dos guineenses, que se encontram esmagadoramente no lado dos receptores da ajuda e que muitas vezes não conhecem os processos e mecanismos activados, tal como, por vezes, demonstram falta de informação relativamente às ajudas que a CIL presta, presumindo que as ajudas são apenas dadas durante o mês de Ramadão, com a entrega dos cabazes alimentares.

Contudo, existem outros mecanismos de ajudas ao longo do ano. Subsídios e vales de compras são entregues todos os meses, a distribuição de refeições realizadas quinzenalmente à sexta-feira à noite para quem necessitar, é uma mais-valia para quem precisa, sejam estes muçulmanos ou não. Como tal, uma ideia importante a reter é que a Comunidade Islâmica de Lisboa ajuda centenas de pessoas ao longo de todo o ano, não só a nível alimentar como também espiritual, económica e de cultivo da solidariedade e de amizade.

É durante o mês de Ramadão que, a olho nu, se verifica uma maior actividade da Zakat – de lembrar que a esmola *zakat* é dada durante este mês e é também neste período que as pessoas se concentram mais na Mesquita Central, parecendo assim que existe um maior volume de ajuda durante este mês. A azáfama da entrega dos ranchos – seja na preparação dos mesmos semanas antes, seja nos próprios dias da entrega – faz com que se concentrem inúmeras pessoas na Mesquita Central, sejam elas voluntárias ou pessoas que tentam obter um cabaz. Os pedidos de ajuda têm vindo a aumentar nos últimos anos, só durante o mês de Ramadão de 2012 mais de 3 000 famílias foram atendidas e cerca de 2 700 ranchos distribuídos, isto é, com a crise que se fez sentir e o aumento do desemprego que afecta, também, esta comunidade, um maior fluxo de pessoas dirige-se à Mesquita Central parecendo assim que as ajudas são única e exclusivamente realizadas neste período de tempo.

A comunidade muçulmana guineense é maior – 80 a 90% da comunidade islâmica é de origem guineense – e por esta razão também são maiores os pedidos de ajuda vindos deste grupo de pessoas. Sejam ranchos, pedidos de subsídio mensal ou o usufruto das refeições distribuídas tanto nas salas de culto como na mesquita central, principalmente no projecto Sopa para Todos, são os guineenses que desfrutam dessas ajudas.

Muitas dos dirigentes das comissões referem que o grupo dos guineenses não participa tanto nas actividades da comunidade islâmica como o grupo dos indo-moçambicanos. Porém, constatou-se que existe uma organização da comunidade guineense (muçulmana e não muçulmana) em preparar actividades de lazer e convívio, assim como de entreaajuda mas fora da mesquita.

Como visto neste trabalho, a religião torna-se um factor de agregação em meio urbano, fazendo com que os locais de culto constituem uma forma de contacto entre os membros da comunidade e permitindo acesso não só aos apoios que as redes fornecem como também ao apoio que os próprios locais de culto possuem. Assim sendo, a *Juma*, oração de congregação, é uma forma de afirmação da identidade religiosa, assim como uma forma de pertença e integração na comunidade.

A questão das ajudas informais, apesar de muitas das vezes não terem uma denominação, existem e fazem um trabalho tão bom ou melhor do que as associações formais, como é o caso das redes de ajuda de base mutualista com sistema *abota*. Este sistema foi referido por alguns entrevistados, mesmo quando estes não se referiam a ele por este nome, dizendo apenas que “tinham um grupo que se ajudava entre eles”. Assim, pode-se constatar que estes sistemas de entreaajuda informal baseados no grau de parentesco e amizade estão espalhados por toda a AML, perpetuando os sistemas de solidariedade vindos da Guiné-Bissau e chegando aos bairros mais facilmente.

Estas redes, sejam elas de amizade, de trabalho ou familiares, asseguram a sociabilização no país de acolhimento, o que acaba por proporcionar um aumento do fluxo migratório, incrementando a formação das comunidades.

As redes de sociabilidade são relevantes para a sociedade pois constituem laços de ajuda informal entre os indivíduos, as suas famílias e os seus vizinhos. Cada vez mais os vizinhos fazem parte das redes de sociabilidade dos indivíduos pois existe um estabelecimento de relações intergeracionais e são estas redes que primeiramente tentem a integrar os imigrantes.

É através da comunidade que as redes sociais, laços de amizade e vizinhança, proliferam, existindo um suporte informal entre os membros dos grupos de entreaajuda. Esta ajuda pode ser dada através dos indivíduos da mesma religião ou do mesmo grupo étnico.

FONTES

- ACIDI-IP <http://www.acidi.gov.pt>
- Alta de Lisboa – Grupo Comunitário <http://grupocomunitarioalta.wordpress.com/>
- Arquivo da AFABD, Certidão da Constituição da AFABD
- Associação de Estudantes Guineense em Lisboa – (AEGBL) <http://aegbl.blogspot.pt/>
- Associação Guineense de Solidariedade Social – AGUINENSO <http://www.aguinenso.org/>
- Associação para a Educação Islâmica em Portugal <http://www.islam.com.pt/>
- Comunidade Islâmica de Lisboa <http://www.comunidadeislamica.pt/>⁵⁹
- Comunidade Islâmica de Lisboa – Plano de actividades e Orçamento ano 2011 (Triénio 2010-2013) [http://www.comunidadeislamica.pt/webservices/docs/2011\[1\].OR%C7+%20PLAN%20ACTIV-27Out.Final.pdf](http://www.comunidadeislamica.pt/webservices/docs/2011[1].OR%C7+%20PLAN%20ACTIV-27Out.Final.pdf)⁶⁰
- Comunidade Islâmica de Lisboa – Relatório e Contas. Exercício 2009 <http://www.comunidadeislamica.pt/webservices/docs/2009%20RELATORIO%20E%20CON TAS05MarFinal%20IV.pdf>⁶¹
- Estatutos da Comunidade Islâmica de Lisboa <http://www.comunidadeislamica.pt/webservices/docs/estatutos.pdf>⁶²
- Instituto Nacional de Estatística <http://www.ine.pt>
- Islamnet.eu - Pelo Islão e pela União <http://islamnet.blogs.sapo.pt/145876.html>
- Programa *Caminhos* do dia 4 de Novembro de 2012 <http://www.rtp.pt/play/p58/e97719/caminhos>
- Revista Além-Mar <http://www.alem-mar.org/>

⁵⁹ Site desactivado em Setembro de 2014.

⁶⁰ Site desactivado em Setembro de 2014.

⁶¹ Site desactivado em Setembro de 2014.

⁶² Site desactivado em Setembro de 2014.

BIBLIOGRAFIA

- Abranches, Maria (2007), *Pertenças Fechadas em Espaços Abertos. Estratégias de (re)construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal*, Coleção Teses nº 13, Lisboa, ACIDI/Observatório da Imigração.
- Albarello, Luc et al (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gravidia.
- Albuquerque, R. et al (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório: Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Albuquerque, R. (2002), “Dinâmicas associativas e comunidades imigrantes”, em SOS Racismo (ed.), *A Imigração em Portugal. Os movimentos humanos e culturais em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 366-381.
- Almeida, João Ferreira de, Pinto, José Madureira Pinto (1990), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- Baganha, Maria Ioannis, Ferro, João, Malheiros, Jorge Macaísta (1999), “Os imigrantes e mercado de trabalho: o caso português”, *Análise Social*, vol. XXXIX (150), pp. 147-173.
- Baldassar, Loretta (2007), “Transnational Families and Aged Care: The Mobility of Care and Migrancy of Ageing”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33:2, pp. 275-295
Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13691830601154252>.
- Beaud, Stéphane, Weber, Florence (2007), *Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos*, Petrópolis, Vozes.
- Bertolini, S. e G. Bravo (s.d.), *Capital Social, a Multidimensional Concept*, s.l., s.n.
Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.197.1952&rep=rep1&type=pdf>.
- Bourdieu, Pierre (1980), “*Le capital social. Notes provisoires*” *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, pp. 2-3
Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069.
- Bourdieu, Pierre (2001), *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 4ª edição.
- Borges, Manuela (2004), “Negociando sociabilidades em meio urbano: o associativismo feminino em Bissau (Guiné-Bissau, África Ocidental)”, *A questão social no novo milénio*, VIII Congresso luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, realizado pelo Centro de Estudos Sociais, Coimbra
Disponível em http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Manuela_Borges_tema_5.pdf.
- Buber, Martin (1987), *Sobre Comunidade*, São Paulo, Perspectiva.
- Bulmer, Martin (1986), *Neighbours: the work of Paul Abrams*, Austrália, Press Syndicate of University of Cambridge.
- Burgess, Robert G. (1997), *A Pesquisa de Terreno: Uma introdução*, Oeiras, Celta Editora.
- Campenhoudt, Raymond, Quivy, Luc Van (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gravidia.
- Capucha, Luís (1990), “Associativismo e modo de vida num bairro de habitação social”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 8, pp. 29-41.
Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1031/1/2.pdf>.

- Capurchande, Rehana Dauto (2007), *A “Caridade de Sextas-feiras”: um estudo sobre práticas e percepções sociais relacionadas com o alívio da Pobreza na cidade de Maputo*, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. Lisboa, ISCTE.
- Carneiro, Ana Catarina Nunes (2013), *A crescente Islamização da Europa: influências e alterações nas instituições europeias. A intensificação do fenómeno com a possível entrada da Turquia*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais Especialização em Estudos Europeus, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Carreiro, Maria João (2007), “Dinâmicas transnacionais protagonizadas por Associações de Migrantes Guineenses em Portugal”, *CIES e-Working Paper*, 26/2007, Lisboa, ISCTE
Disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/526/4/CIES-WP26_Carreiro_.pdf.
- Casal, Adolfo Yáñez (2005), *Entre a Dádiva e a Mercadoria: ensaio de antropologia económica*, s.l., edição do autor.
- Castells, Manuel (1999), *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*, São Paulo, Paz e Terra.
- Chizzotti, Antonio (1991), *Pesquisa em Ciência Humanas e Sociais*, São Paulo, Cortez Editora.
- Có, João Ribeiro Butiam (2004), “As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense”, *SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações Working Paper*, 12/2004, Lisboa, ISEG
Disponível em <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200412.pdf>.
- Coelho, Alexandra Prado (2005), *Muçulmanos em Portugal: Onde fica Meca quando se olha de Lisboa?*, Lisboa, Público.
- Coleman, J. S. (1988) “Social capital in the creation of human capital”, *Am. Journal Social*, 94, pp. 95-121.
- Cordeiro, Graça, Baptista, Luís Vicente e Costa, António Firmino da (2003) (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, Rogério da (2005), “Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência colectiva”, *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, 9, 17, mar/ago 2005, pp. 235-248.
- Dias, Joana Isabel Gouveia da Cruz (2010), *Representações de comportamentos apropriados/inapropriados e a metáfora de “Adulto Adaptado” em pais muçulmanos residentes na área da grande Lisboa, com filhos dos 5-12 anos*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Durkheim, Émile (1977), *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa, Editorial Presença, 2 vols.
- Fernandes, Florestan (1973), *Comunidade e Sociedade. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*, São Paulo, Companhia Editora Nacional Editora da Universidade de São Paulo.
- Fragoso, António (2004), “Investigando em rede no desenvolvimento de casos: um estudo de casos”, *Actas do V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas – Reflexividade e Acção*, Universidade do Minho, Braga, pp. 13-19
Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4616db1133464_1.pdf.
- Franco, Augusto de (2008), *Escola de Redes: Novas visões sobre a sociedade, o desenvolvimento, a Internet, a política e o mundo glocalizado*, Curitiba, Brasil. Escola-de-Redes.

- Freitas, António (2010), “Acústica da Mesquita Central de Lisboa”, 41º Congresso Nacional de Acústica – 6º Congresso Ibérico de Acústica, León, pp. 1-8
Disponível em <http://paginas.fe.up.pt/~carvalho/tecnicaacustica10c.pdf>.
- Ferreira, Ricardo Martins (2010), *Menos um Nó, Menos um Laço: O papel das redes sociais no trajecto de vida de mulheres assistidas, em situação de monoparentalidade*, Tese de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Frúgoli Júnior, Heitor (2007), *Sociabilidade Urbana*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Godinho, Susana (2009), “Novos possíveis: estratégias identitárias de mulheres oriundas da Guiné-Bissau em Portugal”, *CIES e-Working Paper*, 61, pp. 1-47
Disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1475/1/CIES-WP61%20_Godinho.pdf.
- Grassi, Marzia (2009), *Capital Social e Jovens Originários dos PALOP*, Lisboa, ICS.
- Giuffrè, Katherine (2013), *Communities and Networks. Using Social Network Analysis to Rethink Urban and Community Studies*, Cambridge, Polity Press.
- Harouna, Amadou Dieng (1992), *Os Muçulmanos Guineenses. Entre a Comunidade Islâmica de Lisboa e a Sociedade Portuguesa*, Seminário de Sociologia Urbana, Lisboa, ISCTE.
- Hayek, Samir El (2010), *Alcorão Sagrado*, Lisboa, Público.
- Jackson, John A. (1986), *Migrações*, Escher, Lisboa, Fim de Século Lda.
- Kavanaugh, A. et al (2005), “Community networks: Where offline communities meet online”, *Journal of Computer-Mediated Communication* (Online) 10 (4)
Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.2005.tb00266.x/full>.
- Kettani, M. Ali (1996), “Challenges to the Organization of Muslim Communities in Western Europe. The Political Dimension”, em W. A.R. Shadid e P. S. Van Korngveld (eds.) *Political participation and muslims in non-muslims states*, Kampen, NL, Kok Pharos Publishing House, pp. 14-35.
- Lee, Everett S. (1966), “A theory of migration”, *Demography*, 3, pp. 47-57
Disponível em <http://www.students.uni-mainz.de/jkissel/Skripte/Lee.pdf>.
- Lima, Marinús Pires de (1973), *O Inquérito sociológico. Problemas de metodologia*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.
- Lopes, Margarida Santos (2010), *Novo Dicionário do Islão. Palavras, Figuras e Histórias*, Lisboa, Casa das Letras.
- Lopes, Rui (2004), “O Islão Português”, *Revista Além-Mar*, (online)
Disponível em <http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFZVEpZEEVHtqwPqE>.
- Machado, Fernando Luís (1991), *Etnicidade em Portugal: aproximação ao caso guineense*, Lisboa, ISCTE.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Machuqueiro, Mário Artur (s.d.), “Estratégias, rivalidades e conflitos de poder identitário: Valy Mamede e a disputa pelo controlo das comunidades muçulmanas”, *Working Paper – Muçulmanos sobre Pressão: das microscopias locais às dinâmicas geopolíticas do sistema mundo colonial e pós-colonial*, Lisboa FCT, pp. 1-6.

- Malheiros, Jorge Macaísta (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*, Lisboa, Edições Colibri.
- Mapril, José (2005), “«Bangladesh masjid»: Islão e bengalidade entre os bangladeshianos em Lisboa”, *Análise Social*, vol. XXXIX (173), pp. 851-873
Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aso/n173/n173a07.pdf>.
- Mapril, José (2008), *A “Modernidade” do Sacrifício Qurban, lugares e circuitos transnacionais entre bangladeshis em Lisboa*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Antropologia Social e Cultural, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Mapril, José, Nina Clara Tiesler (2013), “Portugal”, Nielsen, Jorgen S. (ed.) (2013), *Yearbook of Muslims in Europe*, vol. I, Brill, Boston, pp. 517-530
Disponível em http://www.ish.uni-hannover.de/fileadmin/soziologie/Soziologische_Theorie/03_ICS_NCTiesler_Portugal_CLI1.pdf.
- Mauss, Marcel (1988), *Ensaio sobre a Dádiva*, Lisboa, Edições 70.
- Meister, Albert (1972), *Vers une sociologie des associations*, Paris, Les Editions Ouvrieres.
- Nielsen, Jorgen S. (ed.) (2009), *Yearbook of Muslims in Europe*, I, Boston, Brill.
- Peixoto, João (2004), “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas”, *Socius Working Papers*, Socius Nº 11/2004, Lisboa ISEG-UTL.
- Pereira, Inês (2002), “Identidades em rede. Construção identitária e movimento associativo”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, pp. 87-106
Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/321/1/n40a06.pdf>.
- Peruzzo, Cicilia M. Krohling, Volpato, Marcelo de Oliveira (2009), “Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças”, comunicação apresentada no *II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação*, 1 a 3 de Abril de 2009, São Paulo, Brasil
Disponível em <http://www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S1/cecilia%20krohling%20e%20marcelo%20volpato.pdf>.
- Petersen, William (1958), “A general typology of migration”, *American Sociological Review*, 23 (3), pp. 256-66
Disponível em <http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/developpement/shared/developpement/cou rs/DE021/Petersen-typology.pdf>.
- Pinto, Maria do Céu (coord.) (2006), *O Islão na Europa*, Lisboa, Prefácio.
- Portes, A. (2000), “Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp. 133-158
Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n33/n33a06.pdf>.
- Portugal, Sílvia (2006), *Novas Famílias, Modos Antigos. As redes sociais na produção de bem-estar*, Tese de Doutoramento em Sociologia das Desigualdades Sociais e da Representação Social, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Portugal, Sílvia (2014), *Família e redes sociais: Ligações fortes na produção de bem-estar*, Coimbra, Almedina.
- Quintino, Maria Celeste Rogado (2004), *Migrações e Etnicidade em Terrenos Portugueses. Guineenses: Estratégias de Invenção de uma Comunidade*, Lisboa, ISCSP.

- Quintino, Maria Celeste Rogado (2010), “Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta”, Horta, Ana Paula Beja (org.), *Revista Migrações – Número Temático Associativismo Migrante*, 6, pp. 81-102
Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_6/Migr6_Sec1_Art3.pdf.
- Rex, John (1994), “Ethnic Mobilisation in Britain”, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 10 (1), pp. 15-31.
- Rodrigues, Cristina Udelsmann (2006), *O trabalho dignifica o homem: estratégias de sobrevivência em Luanda*, Lisboa, Edições Colibri.
- Recuero, Raquel da Cunha (2006), *Comunidades em Redes Sociais na Internet. Proposta de Tipologia baseada no Fotolog.com*, Tese de Doutoramento em Comunicação e Informação, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Sahlins, Marshall (1972), *Stone Age Economics*, Chicago, Aldine Atherton, Inc.
- Sant’ana, Helena Maurício (2008), *Migrantes Hindus em Portugal: Trajectos, margens e poderes*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISTCE.
- Schiff, Maurice (1992), “Social capital, labor mobility, and welfare”, *Ration. Soc.*, 4, pp. 157-75
Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/397/1/34.05.pdf>.
- Silva, Sara Isabel Alves da (2012), *Redes de Sociabilidade e Entreeajuda a Nível Local. Levantamento de necessidades e potencialidades*, Dissertação em Família e Sociedade, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Stjernø, Steinar (2011) “The idea of solidarity in Europa”, *European Journal of Social Law*, 3, Setembro 2011, p. 156-176.
- Tiesler, Nina Clara (2000), “Muçulmanos na margem: a Nova Presença Islâmica em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 117-144
Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/397/1/34.05.pdf>.
- Tiesler, Nina Clara (2004), “Consciências transnacionais e diaspóricas entre muçulmanos na Europa: os agentes”, *A questão social no novo milénio*, comunicação apresentada no VIII Congresso luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, realizado pelo Centro de Estudos Sociais, Coimbra, pp. 1-19.
- Tiesler, Nina Clara (2005), “Novidades no terreno: muçulmanos na Europa e o caso português”, *Análise Social*, vol. XXXIX (173), pp. 827-849.
- Tiesler, Nina Clara (2006) “Back to the Roots: a busca da experiência subjectiva na selva das políticas da identidade”, em Ramon Sarró e Antónia Lima (eds.), *Terrenos Metropolitanos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 155-176.
- Tiesler, Nina Clara (2007a), “Islam in Portuguese-speaking area. Historical accounts, (post)colonial conditions and current debats”, *Lusotopie*, vol. XIV (1), pp. 91-101
Disponível em <http://booksandjournals.brillonline.com/content/journals/10.1163/176830807781450663>.
- Tiesler, Nina Clara e David Cains (2007b), “Representing Islam and Lisbon Youth. Portuguese Muslims of indo-mozambican origin”, *Lusotopie*, vol. XIV (1), pp. 223-238
Disponível em <http://booksandjournals.brillonline.com/content/journals/10.1163/176830807781450636>.
- Tiesler, Nina Clara (2008), “Antes do 11 de Setembro: discursos sobre muçulmanos na Europa e a viragem islamizante no pós-1989”, em Villaverde, Manuel *et al.* (eds.), *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 451-473
Disponível em

<http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Nina%20Clara%20Tiesler%20-%20Publica%C3%A7%C3%B5es%202008%20n%C2%BA2.pdf>.

- Tiesler, Nina Clara (2009a), “Muslim Transnationalism and diaspora in Europe: Migrant Experience and theoretical reflection”, em Elizer Bem-Rafael e Yitzhak Seternberg (eds.), *Transnationalism. Diasporas and the advento f a new (dis)order*, Boston, Leiden, pp. 417-440.
- Tiesler, Nina Clara (2009b), “Religião e pertença em discursos europeus: conceitos e agentes muçulmanos”, *Análise Social*, vol. XLIV (1), pp. 17-42
Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1236787297Y7oEF5xh7Vt73AO2.pdf>.
- Tiesler, Nina Clara (2010a), “Muslim Populations in Portugal”, em Jorgen S. Nielson et al (eds.), *Yearbook of Muslims in Europe*, Brill, Leiden, pp. 413-422.
- Tiesler, Nina Clara (2010b), “Across difference: portuguese muslim youth as portuguese youth?”, David Cains (eds.), *Youth on the Move: European Yputh and Geografical Mobility*, s.l., VS Verlag, pp. 107-115.
- Tiesler, Nina Clara (2011), *A Morada do Ser. Muçulmanos na Europa e Políticas de Identidade*, Lisboa, ICS.
- Vakil, Abdool Karim (2004), “Do Outro ao Diverso. Islão e Muçulmanos em Portugal: história, discursos, identidades”, *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, ano III, (5/6), pp. 283-312.
- Weber, Max (1944), *Economia y Sociedad*, Editorial de Ciencias Sociales, Cuba, Instituto Cubano del Libro, La Habana, 2 vols.
- Weber, Max (1991), *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, Brasília, Universidade de Brasília, 2 vols.
- Wellman, Barry (1979), *Networks, neighborhood and community: approaches to the study of the community question*, Center of Urban and Community Studies, University of Toronto
Disponível em <http://usj.sagepub.com/content/48/2/235.full.pdf+html>.
- Wellman, Barry (2001), *The persistence and trasformation of community: from neighborhood groups to social networks*, Wellman Associates
Disponível em <http://groups.chass.utoronto.ca/netlab/wp-content/uploads/2012/05/The-Persistence-and-Transformation-of-Community-From-Neighbourhood-Groups-to-Social-Networks1.pdf>.

ANEXOS

ÍNDICE

ANEXO A - Lista de Locais de Culto em Portugal.....	II
ANEXO B - Listagem de Associações Guineenses em Lisboa.....	IV
ANEXO C - Cartaz “Mostra Cultural. Dia da Bula da Diáspora”	V
ANEXO D - Actividades das Comissões (2011).....	VI
ANEXO E - Lista de Comissões que pertencem à Comunidade Islâmica de Lisboa.....	IX
ANEXO F - Repartição das Comissões da CIL pelos seus vice-presidentes. Triénio 2010-2013.....	X
ANEXO G - Imagens retiradas do programa <i>Caminhos</i> do dia 4 de Novembro de 2012.....	XI

ANEXO A

Lista de Locais de Culto em Portugal

Mesquita Central de Lisboa (Lisboa)
Colégio Islâmico, ensino e actividades educativas (Palmela)
Mesquita do Benfornoso/Baitul Mukarram (Lisboa)
Mesquita da Tapada das Mercês (Tapada das Mercês)
Mesquita Aicha Siddika (Odivelas)
Darul'Ulum Kadria-Ashrafia (Odivelas)
Lugar de Culto Islâmico da Portela (Portela de Sacavém)
Lugar de Culto Islâmico da Póvoa de Santo Adrião (Póvoa de Santo Adrião)
Lugar de Culto Islâmico do Forte da Casa (Forte da Casa)
Lugar de Culto Islâmico da Colina do Sol (Pontinha)
Lugar de Culto dos Fetais (Camarate)
Lugar de Culto Islâmico de Santo António dos Cavaleiros (Santo António dos Cavaleiros)
Mesquita Hajrak Hamza R.A. (Ex-Quinta do Mocho, Sacavém)
Mesquita do Laranjeiro (Laranjeiro)
Madrassa Ahle Sunny Jamat (Laranjeiro)
Mesquita do Barreiro (Barreiro)
Centro Português Árabe Pullar e C. Islâmica (Reboleira-Amadora)
Sala de Culto do Cacém (Cacém)
Sala de Culto da Buraca (Buraca)
Lugar de Culto Islâmico de Carnaxide (Carnaxide)
Darul'Ulum al Islamiyat (Palmela)
Lugar de Culto Islâmico de Vialonga (Vialonga)
Mesquita de Coimbra (Coimbra)
Sala de Culto de Leiria (Leiria)
Lugar de Culto Islâmico do Porto (Porto)
Sala de Culto do Porto (Porto)
Mesquita de Sanguedo (Sanguedo, Santa Maria da Feira)
Sala de Culto de A Ver-o-Mar (A Ver-o-Mar, Póvoa de Varzim)
Lugar de Culto Islâmico de Évora (Évora)

Mesquita de Albufeira (Albufeira)
Mesquita de Armação de Pêra (Armação de Pêra)
Lugar de Culto Islâmico de Faro (Faro)
Mesquita de Portimão (Portimão)
Sala de Culto da Quarteira (Quarteira)
Mesquita do Funchal (Funchal)

Anexo B

Listagem de Associações Guineenses em Lisboa

Associação Apoio Sem Limite – Instituição Particular De Solidariedade Social (ASLI)

Associação Coligativa Bissau Biombo e Amigos (ACBBA)

Associação Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem Martins (Acitmmm)

Associação Gbcontributo – Cidadania

Associação Guineense de Solidariedade Social (Aguinenso)

Associação Guineense e Povos Amigos – Aguiipa

Associação de Apoio ao Estudante Africano (AAEA)

Associação de Filhos e Amigos da Guiné – Bissau Mon Na Mon

Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio Cultural (Prosaudesc)

Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura

Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Bolama – Cabás Garandi

Associação dos Guineenses Do Porto

Associação dos Naturais do Pelundo Residentes em Portugal

Associação Guineáspora – Fórum de Guineenses na Diáspora

Associação Juvenil Luso-Africana Pontos Nos Is

Associação Multicultural Islâmica (AMCI)

Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho

Associação Unida dos Emigrantes da Guiné-Bissau Em Portugal

Casa da Guiné

Casa da Guiné-Bissau em Coimbra

Centro Cultural Africano

Fórum de Estudantes Guineenses em Portugal

Liga dos Africanos e Amigos de África – Liáfrica

ANEXO C

Cartaz “Mostra Cultural. Dia da Bula da Diáspora”

MOSTRACULTURAL
Dia de bula da diáspora
AMADORA 16 junho 2013 Praceta do Bosque
atrás da pastelaria “A Piteira”

Mostra de gastronomia
Alocução sobre os povos de Bula - Prof. Doutor Eduardo Costa Dias

Workshop de tranças africanas
Actuação de grupos de danças africanas: os Wonderful S kova M

Sankofa black gold

Desfile de trajes africanos
Djumbai como: Zeras bunca sanha, Mario babrem e Maio coopé

Djumbai como: Zeras bunca sanha, Mario babrem e Maio coopé

Organização:
Associação de Filhos e Amigos de Bula da Diáspora

Entidades Parceiras:
Junta de Freguesia da Falagueira

Massamá
JUNTA DE FREGUESIA

ANEXO D

Actividades das comissões (2011)

A **Comissão de Obras** tinha, para o ano 2011, vários trabalhos para fazer, desde pequenas obras (como por exemplo a reformulação da caixa de donativos da sala de oração das senhoras) a empreitadas de maior dimensão, como a instalação de painéis solares para aquecimento de águas ou o acabamento das caves (durante o trabalho de campo [verão de 2012] as obras maiores ainda não se tinham concretizado).

A **Comissão de Gestão de Património** tem como objectivo principal zelar pelos bens materiais da Mesquita Central, assim como a sua segurança e a dos seus crentes.

A **Comissão do Desporto** tem várias actividades, como por exemplo Paintball, torneios de futebol, caminhadas. Estas actividades são direccionadas muitas vezes para os mais jovens, estando assim incluídas também na programação da CIL Jovem.

A **Comissão para a inserção de muçulmanos convertidos/revertidos** tem como missão ajudar na integração destes novos muçulmanos; aí ministram-se aulas de explicação do Alcorão, História da *Sunnah* e *Hadith*, e organização de debates para esclarecimento de dúvidas.

A **Comissão de Eventos Internos** tem como objectivo apoiar as restantes comissões da CIL, bem como outras entidades que queiram organizar eventos dentro da CIL.

A **Gestão do Site** propôs a reestruturação e manutenção do site da CIL, com a actualização dos horários das orações de várias Mesquitas (Mesquita Central de Lisboa, Mesquita Aisha Siddika (R.A.) – Odivelas, Mesquita Al-Madina – Laranjeiro, Mesquita Hazrat Bilal (R.A.) – Porto, Mesquita Muhammad (S.A.W.) – Póvoa de Santo Adrião, Mesquita Bilal – Forte da Casa, Mesquita Hamza – Sacavém) e do horário do jejum durante o mês de *Ramadão*, assim como actualização anual do calendário islâmico. Esta comissão propôs ainda outras actividades, como por exemplo a inserção de artigos, notícias e publicação de fotografias e ficheiros de eventos realizados, inserção de programas televisivos (*A Fé dos Homens*, *Caminhos*), entre outros. Contudo até

à data, e devido ao grande volume de capital necessário para estas actualizações e reestruturações, a grande maioria destes objectivos ainda não se concretizou, existindo, por exemplo, algumas fotografias de eventos, embora realizados já há alguns anos.

A **Comissão Inter-mesquita** pretende ser o elo de ligação entre as várias salas de oração. Ter actualizado um ficheiro de todos os locais de culto de Portugal e tentar reconhecer as necessidades de cada uma delas é uma das suas principais missões.

A **Comissão Hajj-Umrah** tem como finalidade aconselhar todos os muçulmanos que desejam efectuar a *Hajj* (peregrinação a Meca obrigatória para todos os crentes com possibilidades de a realizar) e a *Umrah* (peregrinação, não obrigatória, que se realiza a qualquer altura do ano, ao contrário da *Hajj*), no que se refere aos procedimentos e práticas dos mesmos.

O propósito da criação da **Comissão Ensino Religioso** é garantir o ensino do Islão (madrassa), nomeadamente do Alcorão, dos preceitos religiosos, da História Islâmica. Também ensinam a língua árabe decorrendo estas aulas às quartas-feiras à noite, podendo qualquer pessoa (seja muçulmana ou não) participar nelas (Existem também aulas de árabe na mesquita de Odivelas.).

A **Comissão Reconciliação** tem o intuito de diminuir e prevenir conflitos que possam surgir dentro da comunidade, dando pareceres/recomendações quando solicitados.

A finalidade da **Comissão Halal** é verificar se os produtos comercializados em Portugal como “halal” cumprem os requisitos indicados na *Shariah* (lei islâmica), fazendo inspecções a talhos e restaurantes confirmando a Certidão *Halal*.

A **Comissão da “Mesquita”** tem como objectivo principal garantir a limpeza e o funcionamento da Sala de Culto.

Segundo Mohamed Abed, a **Comissão da Mulher e Criança** apesar de existir não está a funcionar regularmente. Segundo Abranches, existe uma Associação Feminina da Mesquita de Lisboa, recentemente criada em ligação com a Mesquita Central, em que as mulheres costumam reunir-se todos os sábados na mesquita central. Tem por objectivo ajudar na criação de redes de entreaajuda, utilizando-se a quota mensal em caso de situações de emergência como morte,

doença, ou outras situações familiares ou económicas. “[...] Pagamos quota, por mês é 1 Euro e, depois, quando acontece uma desgraça numa família, por exemplo, em nome da comissão metemos uns 50 Euros, para ajudar. Não é nada, mas... [...]. (Fatimah, 58 anos, origem indiana)” (Abranches, 2007: 186).

A **Comissão Administrativa e Financeira** tem como finalidade garantir o controlo das despesas e receitas, bem como apoiar na elaboração de orçamentos para projectos e actividades das várias comissões. Esta comissão abrange as áreas da tesouraria, finanças e contabilidade da CIL.

A **Secretaria** tem como tarefas o atendimento ao público e esclarecimento de dúvidas de muçulmanos e não-muçulmanos sempre que estiver ao seu alcance, direccionando-o para os serviços competentes caso seja necessário, fiscalizar o serviço de limpeza da Mesquita Central e, entre outros, informar mensalmente os quadros dirigentes sobre a situação financeira.

ANEXO E

Lista de Comissões que pertencem à Comunidade Islâmica de Lisboa

Comissão de Obras

Comissão de Gestão de Património

Comissão de Desporto

Gabinete de Assessoria Jurídica

Comissão de Inserção de Muçulmanos Convertidos/Revertidos

Comissão de Eventos Internos

CIL Jovem

Gestão do Site

Comissão Sócio Cultural e Formação

Comissão de Zacate

Comissão Inter-Mesquita

Comissão Hajj-Umra

Comissão Ensino Religioso

Comissão Assuntos Funerários

Comissão Reconciliação (Resolução de Conflitos)

Comissão de “Iftar”

Comissão de “Halal”

Comissão da “Mesquita”

Secretaria

Comissão da Mulher e da Criança

Comissão Administrativa e Financeira

ANEXO F

Repartição das Comissões da CIL pelos seus vice-presidentes. Triénio 2010-2013

Direcção da CIL 2010-2013

Hayder Khodairi

Comissão de Eventos Internos

Comissão Gestão do Site

Comissão Sócio Cultural e Formação

Mohomed Iqbal

Área administrativa/financeira

Comissão angariação de Fundos

Comissão projectos estratégicos

Comissão fundos comunitários

Hasina Saiyad

CIL Jovem

Comissão mulher e criança

Comissão resolução de conflitos

Comissão assessoria jurídica

Grupo de inserção de novos muçulmanos

Iacube Vali

Comissão Assuntos funerários

Comissão Educação religiosa

Comissão hajj/umra

Comissão Hallal

Comissão Iftar

Comissão Intermesquita

Comissão Mesquita

Comissão Zakat

ANEXO G

Imagens retiradas do programa *Caminhos* do dia 4 de Novembro de 2012⁶³



Imagem 1 – Mesquita Central de Lisboa



Imagem 2 - Sala de oração dos homens vista pela sala de oração das mulheres.



Imagem 3 - Sala de oração dos homens e das mulheres.



Imagem 4 – Cave.



Imagem 5 – Cave.



Imagem 6 – Sala de espera.

⁶³ Imagem 1 - fonte www.oislamismonomeucaminho.blogspot.pt; Imagem 16/17/19 – cartazes publicados no facebook da CIL Jovem; Imagem 20 – Fonte: www.islamnet.blogs.sapo.pt; Imagem 21- fonte: Freitas, 2010.



Imagem 7 – Sala de espera.



Imagem 8 – Zona de triagem.



Imagem 9 – Sala de composição dos ranchos.



Imagem 10 – Voluntários a fazer os ranchos.



Imagem 11 – Ranchos divididos pelos diversos escalões.



Imagem 12 – Refeitório preparado para a quebra do jejum.



Imagem 13 – Homens a confeccionar as refeições.



Imagem 14 – Homens a servir as refeições.



Imagem 15 – Preparação de cuvetes com alimentos para as pessoas levarem para casa.

Sessão de explicação e interpretação de
alguns capítulos do sagrado

Alcorão

SHEIKHMUNIR

Mesquita de Lisboa

Sábado – 15 de Junho pelas 15H

وَمَا عَلَيْنَا إِلَّا الْبَلْغُ الْمُبِينُ

"E nada nos compete, senão a proclamação da lúcida Mensagem" Surab Yâ-sin, Ver. 17



Imagem 16 – Cartaz de sessão de explicação e interpretação de capítulos do Alcorão na CIL.

PALESTRA 23.05

16h, na Mesquita de Lisboa

Tema: "Educação no Islão –
Importância do ensino secundário/superior"

No final será
servido um lanche!



Intervenientes:

Orador: Maulana Abdullah
Moderador / empregador: dr. Mahomed Iqbal
Jovem licenciado : Zakir Karim

Imagem 17 – Cartaz para divulgação de uma palestra na CIL.



Imagem 18 – Festa de Eid ul- Fitr 2011.



Imagem 19 – Cartaz para divulgação da Festa de *Eid* na CIL.



Imagem 20 – Vista aérea da Mesquita Central de Lisboa

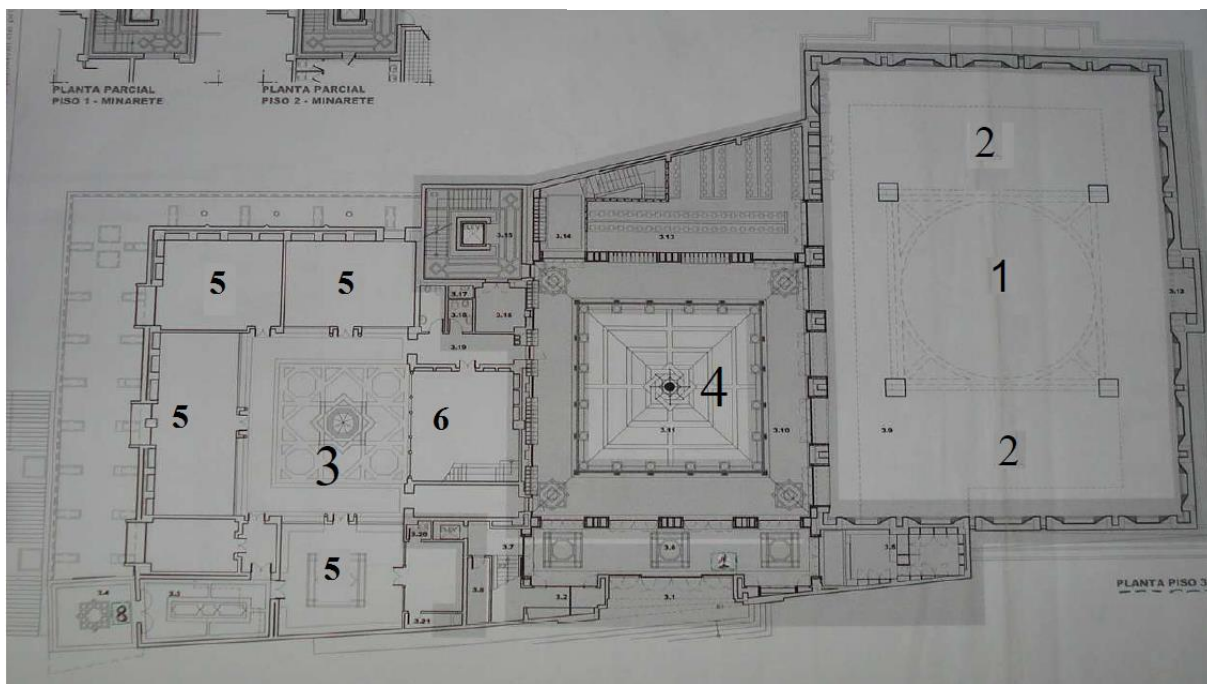


Imagem 21 – Planta da Mesquita Central (piso 3)

- 1- Sala de oração dos homens;
- 2 – Sala de oração das mulheres (piso 4);
- 3 – Pátio interior;
- 4 – Pátio exterior;
- 5 – Salas;
- 6 – Biblioteca.

CURRICULUM VITAE

FORMAÇÃO PESSOAL

Nome Cátia Alexandra Da Silva Fernandes
Morada Lisboa
Telefone 968542551
E-mail katyafernandez@gmail.com
Nacionalidade Portuguesa
Data de Nascimento 19/04/1988

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Janeiro 2011-Presente **Secretária do Comité Português do Projeto UNESCO "A Rota do Escravo"**
Comité Português do Projeto UNESCO "A Rota do Escravo"
Auxílio nas tarefas inerentes às exposições e catálogos organizados neste Comité
- 09/2014–11/2014 **Administrativa - BackOffice**
Reditus - Caixa Geral de Depósitos, Lisboa (Portugal)
Tratamento de processos e documentos; Inserção dos dados do cliente e pedido de emissão de cartão de estudante; Arquivo
- 08/2014–08/2014 **Rececionista**
Manpower - substituição de férias na American Nike s.a., Lisboa (Portugal)
Atendimento telefónico; Marcação de recolhas e entregas de encomendas; Receção e distribuição de correio e encomendas.
- 10/2013–11/2013 **Colaboradora na preparação da Exposição "Njinga A Mande e Aimé Césaire. Independência e Universalidade"**
República de Angola, Ministério da Cultura, Luanda (Angola)
Digitação de textos; Ajuda na escolha e procura das imagens; Revisão e retificação dos textos.
- 05/2012–10/2012 **Coordenadora do Encontro de Mestrandos em Estudos Africanos**
ISCTE-IUL, Lisboa (Portugal)
Conceção do evento; Organização do Programa e dos Painéis; Calendarização das etapas; Criação, manutenção e divulgação do site do Encontro de Mestrandos em Estudos Africanos; Responsável pela logística da conferência; Organização do programa social e cultural.
- 01/2011–05/2011 **Colaboradora na preparação da Exposição "Os Africanos em Portugal: História e Memória (séc. XV-XXI)", da autoria de Isabel Castro Henriques, produzido pelo Comité Português do Projeto UNESCO "A Rota do Escravo"**

Prof. Dr.^a Isabel Castro Henriques - Comité Português do Projeto UNESCO "A Rota do Escravo", Lisboa (Portugal)

Ajuda na escolha e procura das imagens; Revisão e retificação dos textos; Envio de convites; Montagem da exposição; Receção dos convidados aquando a inauguração da exposição

09/2010–09/2010 **Apoio às inscrições dos novos alunos na secção administrativa**

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa (Portugal)

Apoio aos alunos no preenchimento dos documentos; Verificação de documentos; Tratamento de dados; Organização de ficheiros

04/2009–05/2009 **Secretária do evento Quinzena de África da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa**

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa (Portugal)

Produção de cartazes e folhetos; Divulgação do evento (afixação e distribuição dos cartazes/folhetos, envio dos mesmos para as embaixadas e outras instituições); Projeção do filme Ilhéu de Contenda de Leão Lopes; Organização do beberete e workshop de Danças Africanas.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

02/2011–Presente **Mestrado em Estudos Africanos - ramo Gestão de Desenvolvimento Económico e Social**

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL), Lisboa (Portugal)

Gestão de Organizações Com e Sem Fins Lucrativos; Planeamento, Gestão e Avaliação de Programas e Projetos; Ética e Cooperação; Sociologia de África; Economia de África

09/2006–06/2010 **Licenciatura em Estudos Africanos, variante em História e Desenvolvimento**

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa (Portugal)

Comunicação Intercultural; Economia e Políticas do Desenvolvimento; Produção de Português Escrito; Cooperação e Desenvolvimento em África

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

Outras línguas	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
Inglês	A2	A2	A1	A1	A1
Francês	A2	B1	A1	A1	A1

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado

Competências de comunicação Capacidade de comunicação desenvolvida nas organizações dos vários eventos. Capacidade de trabalho em equipa desenvolvida no ECAS 2013: 5ª Conferência Europeia de Estudos Africanos "Dinâmicas Africanas no Mundo Multipolar"

Competências de organização Capacidade de liderança e de equipa adquiridas na organização do Encontro de Mestrados em Estudos Africanos (2012); Capacidade de organização, gestão de tempo e proactividade desenvolvidas nos vários projetos em que participei

Competências informáticas Conhecimentos de informática na ótica do utilizador (MS Word, MS PowerPoint, MS Excel, MS Publisher, MS Access)

INFORMAÇÃO ADICIONAL

- Preparação de Exposições e Catálogos - participação** (2013) Njinda e Aimé Césaire. Independência e Universalidade, Ministério da Cultura de Angola, República de Angola, (exposição e catálogo);
(2013) Lugares de Memória da Escravatura e Tráfico Negreiro (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe), Projeto UNESCO "A Rota do Escravo" (reedição do catálogo)
(2012) Os Africanos em Portugal: História e Memória (séculos XV-XXI), Projeto UNESCO "A Rota do Escravo" (exposição e catálogo).
- Voluntariado** (2013) ECAS - 5th European Conference on African Studies "African Dynamics in a Multipolar World", 26-29 de Junho de 2013, ISCTE-IUL, Lisboa;
(2010) Futúria - Salão de Oferta Educativa, Formação e Emprego, 10-13 de Março de 2010, Feira Internacional de Lisboa, Lisboa
- Cursos** (2013) Ação de Formação da Agência, de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)